



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

SALOMÉ MARGOT MELO FERREIRA

**“A MULHER BRASILEIRA ESTÁ NAS TRINCHEIRAS”: A ORGANIZAÇÃO DE
MULHERES PARA A AÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO BRASIL LIVRE**

CAMPINA GRANDE – PB

2019

SALOMÉ MARGOT MELO FERREIRA

**“A MULHER BRASILEIRA ESTÁ NAS TRINCHEIRAS”: A ORGANIZAÇÃO DE
MULHERES PARA A AÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO BRASIL LIVRE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva.

CAMPINA GRANDE – PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F383m Ferreira, Salomé Margot Melo.
"A mulher brasileira está nas trincheiras": [manuscrito] : a organização de mulheres para a ação política no movimento Brasil livre / Salomé Margot Melo Ferreira. - 2019.
178 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva , Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Movimento Brasil livre. 2. Discurso feminino. 3. Patriarcado. 4. Liberal-conservadorismo. 5. Gênero feminino. 6. Ação política. 7. Política brasileira. I. Título
21. ed. CDD 320.981

SALOMÉ MARGOT MELO FERREIRA

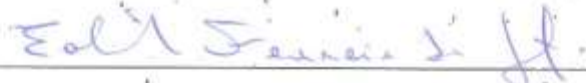
"A MULHER BRASILEIRA ESTÁ NAS TRINCHEIRAS": A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES PARA A AÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO BRASIL LIVRE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva.

Aprovado em: ____/____/____



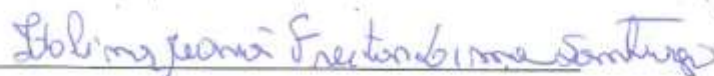
Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva (Orientador)

PPGSS-UEPB



Prof. Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza (Examinadora Interna)

PPGSS-UEPB



Prof. Dr.^a Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Examinadora Interna)

PPGSS-UEPB

Dedico este trabalho ao meu pai, Joaquim, que me iniciou na vida política com o pé “esquerdo”, e à minha mãe, Lourdes de Fátima, que, todo dia, me surpreende ao quebrar seus próprios (pre)conceitos e se aproximar da luta feminista. Os escritos deste trabalho contêm faces do que vi, vivi, sopesei, concordei e discordei na minha relação com eles.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, em primeiro lugar, sempre.

Escrever uma dissertação é uma tarefa de magnitude inexplicável. Diante dela, foi-me impossível controlar a ansiedade. Mudei de tema três vezes. Pensei e repensei meus objetivos. Qual tema seria mais interessante? Qual interessaria mais à banca? E se o tema que escolhi for irrelevante? No que meu trabalho poderia contribuir para alguma transformação no mundo? Eu mesma sou capaz de transformar o mundo? Como eu conseguirei as informações suficientes e necessárias pra elucidar meu problema de pesquisa? E se faltar falar sobre alguma coisa?

Não consegui resposta para nenhuma dessas perguntas, o que significa que minha inquietação diante de todas elas ainda subsiste. Mas maior que esta inquietação é a que detenho diante do problema a que me propus abordar. Eu compreendo o meu lado da “trincheira”. Eu conheço a Esquerda do espectro político nacional. Eu me apropriei das pautas feministas ao longo da minha vida. Mas eu não conhecia o outro lado deste campo de batalha. Eu via as mulheres à Direita, mas não ouvia o que elas falavam. Eu tinha inimigas políticas, mas não lhes dava nomes. Mas como combater o desconhecido? Como discordar de uma ideia sem saber no que ela se fundamenta? Como compreender a posição dessas mulheres se eu nunca estive daquele lado da trincheira?

Assim, meu agradecimento, a princípio, é para estas mulheres que me permitiram conhecer o outro lado e que, mesmo divergindo comigo em base ideológica, reivindicações, valores e posições, garantem que a luta feminina seja democrática e que nela todas as vozes sejam ouvidas. Elas, a seu modo, participam cotidianamente da emancipação política feminina e são também responsáveis por garantir que nós, mulheres, saíamos da reclusão da vida privada para ingressar na vida pública e sermos ouvidas nesta posição.

Entretanto, não estive sozinha com estas mulheres e meu problema de pesquisa durante o desenvolvimento deste trabalho. Houve, sim, esforço. Horas e horas de leitura, anotações, reflexões e escrita. E, em todas elas, a compreensão e o auxílio de muitas pessoas que, no cotidiano, me ajudaram a transformar uma simples ideia numa Dissertação.

Meu agradecimento é, assim, aos meus pais – “painho” e “mainha” -, Joaquim e Fatinha, que, mais que eu mesma, teimam em acreditar na minha capacidade, no meu talento para escrever e na possibilidade de que eu seja sempre mais. Foram eles que colocaram em ordem o mundo, a casa e a vida enquanto eu me reclusa no quarto e escrevia. Devo-lhes toda gratidão que eu possa oferecer pela proporção de todas as coisas que me foram dadas nesses meus anos, desde as pequenas doçuras do supérfluo, as amabilidades, os cuidados a mim dedicados, o amor e, principalmente, a presença constante na minha formação. Eu vos amo mais do que possam expressar as palavras.

Aos meus irmãos, Rapha e Nino, pela preocupação, pela afeição, pelo apoio sempre concedido nas minhas peregrinações e pela felicidade demonstrada com meus progressos. Eu tenho mil projeções para meu futuro, mas em nenhuma delas me vejo longe de vocês. Permaneçam sempre comigo!

Ao meu sobrinho, Heitor, pra quem dedico todos os meus esforços. Você foi o que me sobrou quando, um dia, todas as minhas certezas caíram por terra. Porque todas as vezes que a vontade de desistir bate à porta, é por você que eu desejo continuar. “A vida só importa se você estiver comigo”. Eu não tenho muito. Talvez nunca tenha o bastante. Mas tudo o que eu tenho é teu, inclusive minha gratidão.

Um agradecimento muitíssimo especial ao meu orientador, Edil Ferreira da Silva, que me acolheu como orientanda e abraçou meu problema de pesquisa, mesmo quando todos já haviam me desestimulado em estudá-lo. Além da supervisão científica, o senhor me incentivou, acreditando no meu trabalho e me tranquilizando nos momentos de tensão, dúvida e “aperreio”. Foi uma longa e difícil jornada, mas cá estamos, na linha de chegada.

Aos amigos que trouxe da vida, especialmente à Aurita Pereira, Kalyuca Santana, Duarte Nunes, Jéssica Oliveira, Taciana Oliveira, Jaquellyne Sousa, Maria Pereira, Ada Lira, Araceli Aleixo, Neto Cruz, Eduarda Dantas, Isabela Melo e Thaís Andrade. Amigos que eu reconheci na distância, porque mesmo não os vendo com mesma a frequência de outras épocas, todo encontro, conversa e risada demonstra carinho, amizade, companheirismo e compreensão. Pelo que vivemos e viveremos, recebam minha gratidão.

Aos amigos que o Mestrado me deu e que eu não ousa chamar de “colegas” porque considero que qualquer centelha de afeto que se acendeu vai além dos dias que passamos juntos em sala de aula. De modo especial, a Gut, pela conexão,

pelas conversas boas até de madrugada, pelas risadas, pelas cervejas fora de hora, por me acalmar na última fase dessa pesquisa e por estar sempre presente, até nos momentos mais difíceis (de internação hospitalar), mesmo a mais de 500 km de distância. A Jefitha, pela companhia nos intervalos, pela paciência de ensinar as bases do Serviço Social pra uma bacharela em Direito e por ser um espaço aberto pra conversar sobre todas as minhas dúvidas, inquietações, segredos e emoções. A Nataly, que dividiu comigo o mesmo orientador, os problemas com prazos, os bloqueios de escrita, as frustrações, o medo, a vontade de jogar tudo pro alto, a alegria de escrever mais uma página e a felicidade de concluir a pesquisa.

Ao meu chefe, Dr. Otoni Lima, com quem tenho aprendido que a vida profissional pode ser leve e divertida, mesmo que cheia de prazos, processos e audiências. Aos meus amigos do trabalho, Jaque, Jaci, Vlad, Douglas, Lúcia e Thiago, que estão comigo todas as tardes, pela simpatia e pequenas alegrias diárias.

A nenhum deles, porém, e nem ao meu orientador, se devem creditar as limitações, erros, contradições ou quaisquer outras falhas que ainda permanecem neste trabalho.

“A política, tanto quanto a economia, é um saber acerca das relações de poder. Ou você está jogando, ou estão jogando – com você na forma de “morto” –, às vezes as duas coisas ao mesmo tempo. Se todos souberem sobre essas relações, como elas funcionam, o que elas permitem, o que impedem, o que promovem, o que constroem, o que destroem, talvez queiram participar desses jogos com mais consciência”.

Márcia Tiburi

RESUMO

Nos últimos anos, têm surgido, no cenário político brasileiro, diversos agentes que, representando grupos ideológicos de diferentes matizes, reivindicam vez e voz no espaço público, com vistas à apresentação e ao atendimento de suas demandas. Na Direita, em específico, surgiram movimentos identificados como liberais e conservadores com objetivos diversos que, por vezes, se complementam e se confundem. Dentre esses movimentos, o Movimento Brasil Livre tem recebido destaque por sua participação política e espectro organizacional, sendo definido como um movimento liberal que, ao lado da defesa das liberdades individual e de mercado, age para a preservação de valores sociais conservadores, tendo papel significativo nas mudanças ocorridas no cenário público brasileiro, tais como o impeachment de Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016, incentivado por protestos populares organizados por este e outros movimentos semelhantes. Nos últimos anos, o MBL promoveu a integração feminina em suas mobilizações a partir da abertura de um espaço, em suas redes sociais, para que mulheres pudessem proferir ideias por meio da publicação de seus discursos cujos objetivos e posições político-ideológicas fossem ligadas aos valores propagados pelo movimento. Estes discursos se mostraram peças-chave na articulação e na eclosão dos movimentos populares pró-impeachment, além de conclamar a formação de uma opinião pública conservadora a respeito de temas caros às discussões de gênero, como aborto, igualdade, patriarcado e feminismo. Assim, esta pesquisa teve o objetivo de analisar, a partir de manifestações proferidas publicamente em vídeos divulgados no canal do Movimento Brasil Livre na rede social YouTube, os discursos de mulheres relacionados às perspectivas de gênero, ao patriarcado e aos ideais políticos defendidos pelo movimento. Com vistas ao alcance desse objetivo, as bases metodológicas em que está ancorada esta pesquisa se ativeram aos pressupostos da Análise de Discurso proposta por Michel Pechêux. Em relação às técnicas e procedimentos de pesquisa utilizados, foi realizada uma pesquisa descritiva e qualitativa segundo o método dedutivo, adotando a técnicas de pesquisa bibliográfica. O levantamento proposto por esta pesquisa teve, como limite temporal, os anos de 2015 a 2018, nos quais 21 vídeos com discursos femininos foram publicados. Este total foi submetido a uma apreciação inicial com o fim de determinar a possibilidade de sua inserção dentre as categorias de análise gênero, patriarcado e liberal-conservadorismo, do qual somente 19 foram selecionados e submetidos à análise. Ao fim, foi possível concluir que os discursos femininos analisados guardam grande apego à religião, ao nacionalismo e aos valores conservadores, colocando o MBL como um movimento pautado na definição de “liberal na economia e conservador nos costumes”. Também, observou-se que o quantitativo de vídeos com discursos femininos publicados no canal do MBL é significativamente inferior àqueles publicados por homens, denotando que a concessão de espaço às mulheres dentro do movimento não é sua prioridade. Apesar disso, este espaço concedido, ainda que pequeno, produz desdobramentos positivos no que diz respeito tanto à capacidade de organização política feminina quanto em sua emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Brasil Livre. Discurso Feminino. Patriarcado. Liberal-Conservadorismo. Gênero.

ABSTRACT

In the last years, several agents have emerged in the Brazilian political scene that represent ideological groups of different shades and claim space in the public sphere for the presentation and fulfillment of their demands. Specifically, on the Right of the political spectrum emerged movements identified as liberal and conservative with several objectives that sometimes complement each other and mingle. Among these movements, the Free Brazil Movement (FBM) has received prominence for its political participation and organizational spectrum, being defined as a liberal movement that defends individual and market freedoms and, at the same time, acts to preserve conservative social values. This movement was significant for changes in the Brazilian public scenario, such as Dilma Rousseff's impeachment of the Presidency of the Republic in 2016, encouraged by popular protests organized by this and other similar movements. In recent years, the FBM has promoted women's integration in their mobilizations by opening a space in their social networks for women, publishing their speeches that addressed political-ideological goals and positions related to the values propagated by the movement. These speeches proved essential in the articulation and outbreak of pro-impeachment popular movements, as well as helping to form a conservative public opinion on gender discussions and issues such as abortion, equality, patriarchy and feminism. Thus, this research aimed to analyze the discourses of women published on the Free Brazil Movement channel on YouTube and related to gender perspectives, patriarchy and political ideals defended by the movement. To achieve this goal, the research is methodologically based on the assumptions of Discourse Analysis proposed by Michel Pechêux. Regarding the procedures and research techniques used, a descriptive and qualitative research was performed according to the deductive method, adopting bibliographic research techniques. The survey proposed by this research was limited to the years 2015 to 2018, in which 21 videos with female speeches were published. This total was submitted to an initial appraisal in order to determine the possibility of its insertion among the categories of analysis gender, patriarchy and liberal-conservatism, from which only 19 were selected and submitted to analysis. In the end, it was possible to conclude that the feminine discourses analyzed have a strong attachment to religion, nationalism and conservative values, placing the FBM as a movement based on the concept of "liberal in economics and conservative in customs". It was also possible to observe that the amount of videos with female speeches published on the FBM page is significantly lower than those published by men, indicating that granting space to women within the movement is not the priority. Nevertheless, this space, albeit small, produces positive developments in terms of both women's political organization and their emancipation.

KEYWORDS: Free Brazil Movement. Female speech. Patriarchy. Liberal-Conservatism. Genre.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CDF	Cruzada Democrática Feminina
DEM	Democratas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPL	Estudantes Pela Liberdade
EUA	Estados Unidos da América
IES	Instituição de Ensino Superior
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queer</i> , Intersexuais e +
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONG	Organização Não Governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNA	Pesquisa Nacional de Aborto
ProUni	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SD	Solidariedade
SP	São Paulo
UCF	União Cívica Feminina

UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unecon	União Nacional dos Estudantes Conservadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A AÇÃO POLÍTICA FEMININA	25
1.1 SILÊNCIO, SILENCIAMENTO E LIBERTAÇÃO DA VOZ FEMININA NO ESPAÇO PÚBLICO	25
1.2 A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA	30
1.3 DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES PARA A AÇÃO POLÍTICA NO BRASIL .	33
1.4 “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: A AÇÃO DOS GRUPOS FEMININOS PARA A MANUTENÇÃO DA ORDEM NO BRASIL	37
CAPÍTULO II – O MOVIMENTO BRASIL LIVRE	44
2.1 A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO	44
2.2 O MOVIMENTO	49
CAPÍTULO III – O IDEAL LIBERAL-CONSERVADOR	54
3.1 “LIBERALISMO <i>versus</i> CONSERVADORISMO” E A FORMAÇÃO DE UM LIBERALISMO CONSERVADOR À LA BRASILEIRA	54
3.2 DO ESFORÇO PARA O ARREGIMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA À DESESTABILIZAÇÃO DOS GOVERNOS DE ESQUERDA	63
CAPÍTULO IV – UMA QUESTÃO DE GÊNERO	99
4.1 GÊNERO: SIGNIFICADOS	99
4.2 DAS TEORIAS DE GÊNERO À CRISE DA LEGITIMIDADE FEMINISTA: “NÃO NOS REPRESENTAM”	102
CAPÍTULO V – PATRIARCADO E RELAÇÕES DE PODER	133
5.1 O PODER PATRIARCAL E SUA INFLUÊNCIA NA DETERMINAÇÃO DO LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE	133
5.2 O DISCURSO PATRIARCAL: A POLÍTICA DO CONTROLE E DO MEDO ..	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	163

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cenário político brasileiro, sob o fundamento de uma sociedade pautada nas liberdades política e de expressão, tem dado grandes oportunidades para a integração de diversos agentes que, representando grupos ideológicos de diferentes matizes, reivindicam vez e voz no espaço público, com vistas à apresentação e ao atendimento de suas demandas.

O teor destas demandas, bem como das contradições existentes entre os variados grupos que, ao longo dos anos, compuseram os diferentes posicionamentos e partidos políticos no panorama nacional, têm sido objetos de estudo por pesquisadores de distintas ciências, como a ciência política, a sociologia e a história. Entretanto, ainda são escassos os registros que tendem a compreender e explicar a gênese, a emergência e os atuais lugares ocupados por um grupo específico de agentes políticos no Brasil: as mulheres ligadas aos movimentos conservadores.

Desde a Antiguidade, o cenário político fora um espaço público ocupado, predominantemente, pela presença masculina. Isto implicava, portanto, em reivindicações que colocavam em pauta discursiva somente as necessidades e pontos de vista destes agentes ou, em alguns casos, incluíam demandas que, indiretamente, subsidiavam garantias que se estendiam a todos, abarcando, neste sentido, também as mulheres.

Como explica Simões (1985), até anos mais recentes e, especificamente no Brasil, até meados da década de 60, a inclusão das mulheres no cenário político era considerada incompatível com a preservação de sua vida privada, bem como das características que lhe garantiam predicados que as descreviam como mulher honrada, honesta, digna e de boa reputação, a quem o casamento e a maternidade deveriam compor o futuro.

Contrariando todas estas qualidades, a “mulher pública”, por sua vez, era associada à imagem da prostituição, dotando o espaço público, assim, de um evidente sexismo que atribuía, em razão de características eminentemente biológicas, os lugares de cada indivíduo.

Mesmo quando permitida a participação feminina na política, esta se limitava a ações secundárias, coadjuvantes e auxiliares dos agentes masculinos, tais como assistentes e secretárias, não interferindo, ao menos diretamente, na produção de

discussões ou na direção dos negócios públicos. Quando alcançaram notoriedade histórica em razão de sua presença na vida pública, estas mulheres, agindo de forma autônoma e isolada, não conseguiram romper com o tradicionalismo masculino que envolvia o campo da política.

A partir de 1960, a voz feminina ganhou espaço. Necessário ressaltar que, segundo Sevillano (2010), esta época foi marcada por grandes movimentos sociais e políticos de rebeldia e contestação da ordem, os quais propunham novas formas de comportamento e de relacionamento a partir de estratégias como a Luta Armada, em Cuba, e a Contracultura. Estes movimentos garantiram a essa década a denominação de “Anos Rebeldes”, período que também teve como marco o próprio início da ditadura militar no Brasil e, dividindo espaço com esses movimentos, a mulher se tornou protagonista nas atividades públicas, na mídia e nas manifestações políticas pelo país, abandonando seu comportamento passivo frente às mudanças que ocorriam na sociedade.

O engajamento político feminino era, portanto, uma novidade, tornando-se tão ou mais importante para aquela época quanto o bom desempenho das atividades que as mulheres executavam na vida doméstica. As mulheres passaram a assumir, dentro de grupos organizados, a liderança de debates e responsabilidades pela proposta de mudanças no espaço público que somente foram permitidas através da militância em defesa de sua atuação pública e da conquista de novos espaços antes, essencialmente, masculinos.

Por constituir novidade, havia também a consciência da dupla responsabilidade que estas mulheres precisavam desempenhar. Assim, sem abandonar sua atuação nos espaços familiares, passavam também a atuar em nível político. Esta nova postura exigia mudanças culturais que não somente modificavam o conceito de “mulher pública”, mas também traziam grandes avanços nas relações interpessoais entre os gêneros.

Por esta razão, é possível compreender que, inicialmente, essas mulheres integraram a vida política ainda em sua condição doméstica-familiar, levando para o ambiente público suas responsabilidades privadas de mães, esposas e donas de casa.

Ainda, é preciso vislumbrar também que, de início, a participação de mulheres em movimentos sociopolíticos, inclusive dentro das entidades propriamente feministas, como, por exemplo, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino,

integrada por Berta Lutz, possuía um recorte social que demandava, mormente, os interesses das mulheres pertencentes às camadas intelectuais mais altas da sociedade, deixando em segundo plano as mulheres pertencentes às camadas populares.

A ideia que, a princípio, se evidenciou quando da inserção do viés feminino no espaço público foi, assim, uma extensão da vida privada destas mulheres burguesas, marcada, notadamente, pelo patriarcalismo que, em seu ímpeto conservador, assinalava a família e o lar como espaços naturais destas.

Apesar dos grandes avanços percebidos desde a década de 1960 até os dias atuais em relação à participação feminina nos espaços públicos e, notadamente, na política, marcados pela integração partidária das mulheres de todas as classes, pela formação de grandes grupos em defesa de seus direitos, pelo alcance de garantias de equidade entre os gêneros e pela chegada de mulheres aos cargos políticos de maior monta a nível nacional, não se pode afirmar, contudo, que esta posição paternalista inicial fora completamente abandonada dentro da militância feminina.

Fator relevante para explicar a ainda presente marginalização e discriminação feminina na sociedade brasileira, o patriarcalismo serve como importante aliado da manutenção e desenvolvimento do capitalismo, condicionando, através de ideias conservadoras, a forma como a mulher é vista, discutida e inserida nos diversos espaços sociais.

Esta visão interfere na elaboração de leis, na aceitação feminina em determinadas áreas trabalhistas, nas políticas públicas de educação e assistência e, conseqüentemente, na manutenção de sua posição passiva e desvalorizada no âmbito político. Estes aspectos produzem, em conseqüência, a naturalização e valorização, inclusive pelas próprias mulheres, das responsabilidades domésticas, fortalecendo, assim, os preconceitos entre gêneros como forma de produzir e reproduzir a vida social.

O resultado disso é a perpetuação do domínio masculino nos espaços públicos e a rejeição da atuação feminina ao segundo plano. Tal conseqüência pode ser vislumbrada, ainda hoje, inclusive nos partidos políticos de Esquerda, notadamente reconhecidos por suas pautas revolucionárias. Entretanto, é claramente nos partidos que compõem o Centro e a Direita que este conservadorismo se torna mais evidente, agindo, por vezes, de forma explícita e contrária às demandas feministas atuais.

A princípio, é necessário considerar que as mesmas liberdades política e de expressão que fundamentam o Estado brasileiro e garantiram a participação das mulheres no espaço público também alimentaram, por outro lado, oportunidades para o surgimento de diversos posicionamentos e opiniões que visam determinar os melhores direcionamentos para a atuação estatal e, conseqüentemente, para as políticas públicas aplicadas aos mais diversos setores sociais.

Para compreender estas vertentes, é preciso esclarecer, conforme Bobbio (2012), que a diferença entre estes posicionamentos políticos envolvem variáveis centrais e, por vezes, antípodas, como hierarquia/participação, ordem/autonomia, democracia/autoritarismo, igualdade/desigualdade/liberdade, reforma/revolução e liberalismo/coletivismo.

Em meio a essas dicotomias e de modo simplista, Cepêda (2018) explica que a Direita seria, assim, o campo de vertentes políticas orientadas pelo reconhecimento da desigualdade como ordem natural, a qual limita a inclusão social, a ação política e o acesso ao poder. A Esquerda, contrariamente, seria o campo ideopolítico em que emerge o desejo de superação dessa ordem e a instauração da igualdade material entre os indivíduos. Ambos os espectros possuem variantes, permitindo se falar em extremos, além de vias intermediárias, como ocorre com o Centro.

Neste panorama, além dos posicionamentos de Esquerda, de Centro e de Direita que comumente se apresentam politicamente, observa-se a ascensão de posicionamentos extremistas, dando origem ao que, popularmente, tem sido denominado como “Nova Esquerda” e/ou “Nova Direita”. O termo “nova”, conforme Chaloub e Perlatto (2016), dá sentido a novos meios de atuação, à multiplicação dos instrumentos de luta política, às novidades no cenário político e ao alvo a que se destinam. Assim, a Nova Esquerda e Nova Direita são tendências que, apesar de preservarem os ideais característicos de cada posicionamento, começam a emergir sem vínculos partidários explícitos e a conduzir mobilizações sociais de grande monta.

De modo específico, a Nova Direita traz uma roupagem diferenciada dos antigos ideais liberais, conservadores e anticomunistas, símbolos clássicos da Direita. Parte de uma maior representatividade e visibilidade concedidas pelas mídias atuais que facilitam a reunião de seus simpatizantes para a elaboração de estratégias de mudança governamental e, conseqüentemente, estatal e social.

A capacidade de mobilização destes indivíduos segundo seus interesses tem permitido a segmentação da Direita brasileira em grandes grupos, normalmente identificados como “movimentos liberais/neoliberais” ou “movimentos conservadores/neoconservadores”. Seus objetivos, apesar de se proporem diversos e, por vezes, divergentes, se complementam e se confundem, guardando as semelhanças necessárias para enquadrá-los como “de Direita”.

Neste contexto, o Movimento Brasil Livre – MBL, registrado oficialmente desde 2014, tem recebido destaque nos últimos anos por sua participação política e seu espectro organizacional que compreende unidades espalhadas por grande parte do país, inclusive no Estado da Paraíba.

Definindo-se como um movimento liberal, as propostas do MBL são, majoritariamente, pautadas no interesse em promover uma política de Estado mínimo, preservando as liberdades individual, de mercado, de expressão e de imprensa. Apesar disso, seus discursos sobre liberdade têm uma prerrogativa moral e o objetivo direto de preservação de valores sociais, mormente patriarcais, denotando, assim, um ímpeto conservador.

Seu poder de mobilização engendrado pela participação juvenil, pela popularidade de suas propostas e pelo alcance promovido pelas redes sociais, foi essencial para alocar o MBL como um dos novos atores políticos da última década. Isto porque teve papel significativo nas mudanças ocorridas no cenário público brasileiro neste período, tais como a destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016, incentivada por protestos populares organizados por este e outros movimentos semelhantes.

Neste contexto, o surgimento do MBL no âmbito político, enquanto declarado representante da Direita, guarda algumas semelhanças com movimentos do tipo presentes em outras épocas, dentre as quais a extensa campanha político-ideológica de desgaste do governo, a condenação das propostas da Esquerda como subversivas e a mobilização de classes, notadamente da classe média, como ferramentas para impulsionar a conquista de seus objetivos.

Ainda, neste interim, compreendendo a importância da integração feminina em movimentos do tipo como forma de atrair adesões e, conseqüentemente, maior eleitorado, sobretudo quando se considera que as mulheres representam a maioria no universo de eleitores brasileiros, o MBL preocupou-se, recentemente, em inserir suas propostas a partir de discursos femininos. Estas vozes femininas também

eclodiram nas ruas já nos movimentos pró-impeachment e que, de forma mais recente, vem ocupando as redes sociais do movimento desde o ano de 2015.

Tais discursos inseridos dentro das pautas daquele movimento são condicionados, portanto, a objetivos e posições político-ideológicas específicas ligadas aos valores propagados pelo MBL. Eles se mostraram peças-chave na articulação e na eclosão dos movimentos populares pró-impeachment, além de conclamar a formação de uma opinião pública conservadora a respeito de temas caros às discussões de gênero, como aborto, igualdade, patriarcado e feminismo.

Por esta razão, a presente pesquisa tem sua relevância demonstrada, na medida em que pretende compreender esta presença feminina no cenário político conservador, buscando entender sua emergência, seus objetivos e suas motivações. Aspira, assim, conhecer quem são as mulheres que integram este movimento e que se apresentam como “liberais-conservadoras”.

Os estudos acerca da política, de modo geral, e, especificamente, das mudanças sociopolíticas ocorridas no Brasil nas últimas décadas, se mostraram, para esta pesquisadora, intrigantes e merecedores de maiores investigações. Principalmente, considerando a dificuldade de encontrar estudos que tenham por objeto movimentos e discursos femininos liberais-conservadores, notadamente em contraste com aqueles que se destinam a conhecer os movimentos de mulheres revolucionárias. Entendo a Universidade como espaço dialógico em que as ideias de todos os matizes devem ser colocadas e discutidas criticamente. Neste sentido, justifica-se o interesse por esta vertente de estudo.

Necessário ressaltar que, ao analisar tal movimento, este trabalho pretendeu visualizá-lo como representante de uma linha de ação concreta e particular, dotada de recortes de classe, raça e orientação sexual e que se organizou e permanece inserida em um contexto sociopolítico específico.

Essas especificidades conduziram esta pesquisadora ao tema em comento, no ímpeto de compreender algumas questões como: Qual a inserção social dos discursos femininos desvelados dentro do MBL? Quais os seus objetivos? Qual o ímpeto discursivo de suas ideias políticas? Como se posicionam frente às discussões feministas atuais?

Assim, esta pesquisa teve o objetivo de analisar, a partir de manifestações proferidas publicamente em vídeos divulgados no canal do Movimento Brasil Livre

na rede social YouTube, os discursos de mulheres relacionados às perspectivas de gênero, ao patriarcado e aos ideais políticos defendidos pelo movimento.

De modo específico, foram também objetivos deste trabalho: a) Descrever o Movimento Brasil Livre, pontuando seus objetivos, motivações, posicionamento ideológico e estratégia de atuação; b) Investigar o contexto sociopolítico em que esse movimento emergiu e sua relação com as pautas conservadoras; c) Perquirir os discursos das mulheres veiculados pelo MBL em seu canal no YouTube e verificar sua consonância e/ou discordância com as pautas do movimento feminista; e d) Problematizar o discurso do grupo de mulheres analisado por este trabalho em seu aspecto político e ideológico.

Com vistas ao alcance dos objetivos pretendidos por este trabalho, as bases metodológicas em que está ancorada esta pesquisa se atêm aos pressupostos da Análise de Discurso como um dispositivo que, nos termos elaborados por Orlandi (2005), permite analisar a textualização do político para compreender a relação entre o simbolismo do discurso e as relações de poder que sobre ele se materializam.

Apoiadas neste ímpeto, as análises propostas nesta pesquisa têm o condão de investigar a eventual incidência de poderes sobre os discursos propagados por mulheres e disponibilizados ao acesso público no canal do Movimento Brasil Livre no YouTube. Questiono, frente a isso, o contexto social em que estão inseridos, os seus objetivos, a autonomia de suas interlocutoras e suas concepções acerca do universo político e dos temas atinentes às atuais discussões feministas.

Com o fito de realizar essas análises, este estudo se apoia no conceito de discurso de Michel Pêcheux (1981, p. 148), para quem:

[...] as formações ideológicas, assim definidas, comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e o que deve ser dito (articula-se sob a forma de uma briga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma determinada posição dada conjuntamente: o ponto essencial aqui é que não importa a natureza das palavras usadas, mas também (e especialmente) as construções nas quais estas palavras se combinam, na medida em que elas determinam o seu significado. Assim, as palavras mudam de significado de acordo com as posições ocupadas por aqueles que as empregam, podendo passar de uma formação discursiva para outra¹. (PÊCHEUX, 1981, p. 148).

¹ No original: “[...] les formations idéologiques ainsi définiées comportent nécessairement, comme une de leurs composants, une ou plusieurs formations discursives interreliées, qui déterminent ce qui peut

O discurso em Pêcheux, assim, é impossível de ser analisado como um texto, um objeto primeiro ou empírico, tendo em vista toda a trama social, histórica e ideológica que o constitui dentro de um estado definido das condições de produção. Nas palavras de Malidier (2003), a ótica pêcheuxtiana considera o discurso como um lugar teórico em que se intrinca todas as suas questões sobre a língua, a história e o sujeito.

Neste sentido, Brasil (2011) explica que, para sua devida apreciação nos termos da Análise de Discurso proposta por Pêcheux, o discurso não deve ser visto como um processo linear de transmissão de informações, mas como um objeto histórico ideológico produzido socialmente, cujo significado não é óbvio ou transparente. Ele somente é apreendido por meio do desvelamento de seu processo de produção, da determinação histórica de seus sentidos, de seu lugar de discussão, de sua inter-relação teórica e da ideia que interpela o sujeito.

Acerca, especificamente, dos discursos proferidos pelo MBL de caráter, inicialmente, liberal, Noto (2010) aponta que este tipo de discurso, de modo geral, procura apoio em conhecimentos e lugares que agem no interior de regimes de verdade, como a ciência e os veículos de informação, se apresentando, assim, de modo atrativo para se tornar, por fim, inquestionável.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que a luta política do MBL tem por objeto um discurso liberal conservador orientado para a ação e para a promoção da transmissão desse ideário e dos valores que por ela são protegidos, inclusive por vozes femininas, disputando a construção de um consenso e de espaço dentro do contexto político tradicional brasileiro.

A apropriação desse tipo de análise como base teórico-metodológica marca, como atentam Traversini e Ferreira (2013), uma forma sutil e produtiva de abordar os materiais a serem estudados. Segundo os autores, se os escarássemos como documentos, pressupor-se-ia que seriam registros de uma história, um fato e, por

et doit être dit (articule sous la forme d'un harangue, d'un sermon, d'un pamphlet, d'un exposé, d'un programme, etc.) à partir d'un position donnée dans conjoncture donnée: le point essentiel ici est qu'il ne s'agit pas seulement de la nature des mots employés, mais aussi (et surtout) des constructions dans lesquelles ces mots se combinent, dans la mesure où elles déterminent la signification que prennent ces mots: comme nous l'indiquions en commençant, les mots changent de sens selon les positions tenues par ceux qui les emploient; on peut préciser maintenant: les mots "changent de sens" en passant d'une formation discursive à une autre".

isso, seria necessário verificar constantemente se são verdadeiros ou apócrifos para se chegar ao real.

Esta perspectiva analítica documental não nos parece, portanto, a mais acertada para o objetivo central deste trabalho, sobretudo considerando que, ao analisar discursos, é necessário estar atento às suas especificidades, não havendo uma dinâmica pré-definida para realizar uma leitura de todas as suas idiossincrasias e dos signos que os compõem.

Dessa forma, a escolha pela Análise de Discurso proposta por Pêcheux vem da crença de que os sujeitos cujos discursos serão analisados por este trabalho foram interpelados por uma formação discursiva dominante e pré-constituída, resultante de sua relação com a história, a ideologia e também com outros indivíduos.

Conforme os termos utilizados por Araldi (2017), a relevância de se utilizar esta abordagem está no fato de perceber e reconhecer o Movimento Brasil Livre como um importante ator social que circunda os mecanismos do Estado e é capaz de se apropriar de discursos de caráter hegemônico para exercer influência sobre pessoas e sobre mecanismos políticos institucionalizados que passam também a agir como transmissores daqueles discursos.

Assim, operar com a noção do discurso a partir de uma abordagem Pêcheuxiana como ferramenta metodológica desta pesquisa implica, ainda, em compreender as interlocuções e seus múltiplos significados como integrantes de um construto social influenciado por valores, identidades, ideias, contextos, crenças e normas que incidem, são absorvidos e reproduzidos pelo indivíduo que as expressa.

Apresentados esses poucos sinalizadores das bases teórico-metodológicas adotadas neste estudo, passamos a descrever os procedimentos e técnicas de pesquisa utilizadas.

A princípio, é necessário explicitar que as análises ser focadas nos discursos das mulheres publicados pelo Movimento Brasil Livre em seu canal do YouTube acerca de temas que envolvem gênero, liberalismo e patriarcado, bem como de eventuais mudanças destas concepções ocorridas ao longo do período estabelecido para a pesquisa.

Assim, as ações retóricas indicativas dos discursos desse grupo de mulheres foram buscadas entre vídeos publicados no canal do MBL no Youtube, uma plataforma de compartilhamento na qual os vídeos são disponibilizados pelos

próprios usuários para que possam ser assistidos e compartilhados de forma pública e gratuita. A participação do MBL nessa plataforma data de 17 de outubro de 2014 e, atualmente, seu canal já conta com mais de um milhão e duzentos mil inscritos, os quais têm acesso aos vídeos que, diariamente, são nele disponibilizados e que versam acerca dos mais variados temas da atualidade.

Apesar de ter surgido ainda em 2014, somente em 2015 começaram a ser publicados vídeos com discursos femininos, razão pela qual o levantamento proposto por esta pesquisa teve como limite temporal os anos de 2015 a 2018. Neste período, foram publicados no canal do MBL, ao todo, 1.789 (mil setecentos e oitenta e nove) vídeos, dos quais somente 21 (vinte e um) foram gravados por mulheres ou tinham participação feminina, quantidade que representa apenas 1,17% (um vírgula dezessete por cento) de todos os vídeos do canal.

Todos os 21 (vinte e um) vídeos gravados por mulheres foram submetidos a uma apreciação inicial com o fim de determinar sua relevância para a presente pesquisa a partir de sua possibilidade de inserção dentre as categorias de análise gênero, patriarcado e liberal-conservadorismo. Após esta triagem, somente dezenove discursos continham discussões cujos temas se enquadravam dentro de uma ou mais dessas categorias e, portanto, foram submetidos à análise.

Ressalte-se que, considerando que os vídeos foram disponibilizados em modo público e que na própria narrativa de suas interlocutoras já existe, em muitos deles, a indicação de seus próprios nomes, não se mostrou necessária a preservação de suas identidades e a garantia do anonimato.

Apoiando-se na proposta de Orlandi (2015), o processo de análise desses discursos teve por base os conceitos de sujeito, linguagem e discurso, a partir dos quais o *corpus*, ou seja, a fala materializada nas ações descritas nas redes sociais será analisada. Essa proposta de procedimento analítico passou, então, por três etapas: a passagem da superfície linguística para o texto (discurso); a passagem do objeto discursivo para a formação discursiva; e a constituição dos processos discursivos e formação ideológica.

Na primeira etapa, como lembra Dantas (2013), a transcrição do *corpus* ocorreu de forma literal, preservando os sentidos produzidos na enunciação como forma de reconhecer os recursos linguísticos utilizados para, saindo da superficialidade linguística, adentrar no objeto discursivo. Na segunda etapa, identificaram-se os dispositivos analíticos, a paráfrase, os efeitos metafóricos e o

interdiscurso, de modo a resgatar os processos discursivos utilizados pela interlocutora, a partir do que foi possível articular o objeto discursivo com os processos sociais em que ele foi produzido.

Seguidamente, passou-se, assim, à identificação das formações discursivas, ou seja, das regras que regem a produção dos discursos. Sobre o tema, Lima et al. (2017, p. 4) explicam que “a formação discursiva em uma formação ideológica determina o que pode e deve ser dito no interior de um aparelho ideológico inscrito em uma relação de classes”. A partir de então, foi possível compreender o conjunto de atitudes e representações que dão origem às regras impostas sobre a produção do discurso em dado contexto, bem como observar a função discursiva de eventuais silenciamentos.

Ainda, para cumprir com os objetivos atribuídos a este trabalho fez-se necessário o uso do método dedutivo, partindo de premissas gerais, a partir da análise dos discursos das mulheres publicados pelo Movimento Brasil Livre em seu canal no YouTube, para uma análise específica. Esses discursos foram utilizados como fundamento para uma melhor compreensão das divergências e convergências existentes dentro do movimento a respeito das suas finalidades e dos posicionamentos adotados em relação a temas diversos.

Trata-se, ainda, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual, segundo Godoy (1995), sustenta a perspectiva de que um objeto de estudo poder ser melhor compreendido dentro do contexto do qual é parte. A partir disso, os discursos daquelas mulheres foram analisados em uma perspectiva integrada, tendo em consideração o contexto social em que estavam inseridos, o momento histórico em que foram proferidos e as condições particulares de quem os proferiu, com a finalidade de compreender sua dinâmica.

Ainda, em relação à leitura teórica proposta, foi relevante o uso das técnicas de pesquisa bibliográfica, desenvolvidas a partir da análise de textos, artigos e livros elaborados pelos principais autores da temática abordada.

Ressalte-se que os discursos escolhidos dentro de temas diversos como, por exemplo, partidos políticos, comunismo, igualdade, feminismo, entre outros, foram estudados a partir das categorias de análise delimitadas no referencial teórico, quais sejam gênero, patriarcado e liberal-conservadorismo, consideradas concepções fundamentais para a compreensão do objetivo desta pesquisa.

Esta dissertação ficou assim composta: esta introdução, que apresenta a problematização da pesquisa, sua justificativa, os objetivos e a metodologia da pesquisa. No Capítulo 1, deu-se especial atenção à libertação da voz feminina no espaço público, com foco em sua emancipação e na organização de mulheres para a ação política, tanto de caráter progressista quanto conservador, que foram importantes para as transformações da sociedade brasileira.

Seguidamente, o Capítulo 2 dedicou-se a discutir o Movimento Brasil Livre, explicando sua criação, formação e modo de atuação, bem como o contexto socioeconômico nacional que forneceu os elementos suficientes e necessários para a emergência deste movimento e de outros situados mais à Direita do espectro político.

O Capítulo 3, por sua vez, discorre acerca da primeira categoria de análise elencada neste trabalho, qual seja, o liberal-conservadorismo. Inicialmente, o capítulo se dedica a explicar as nuances que tornam o liberalismo e o conservadorismo brasileiros tão específicos e diferentes de ideias semelhantes observadas em outros países. Após estas explicações iniciais e necessárias para a compreensão das apreciações propostas no referido capítulo, foi dado início às análises dos discursos proferidos pelas mulheres e publicados pelo MBL em seu canal do YouTube que se enquadraram na referida categoria.

Continuamente, o Capítulo 4 traz discussões atinentes a gênero. A princípio, este capítulo aborda conceitos e teorias clássicas sobre gênero, pontuando sua inserção histórica no Movimento Feminista e suas imbricações dentro dos debates acerca dos mais variados temas atinentes ao universo feminino, como sexualidade, reprodução, aborto, corpo, etc. As análises dos discursos apostos nesta categoria, portanto, se coadunam com estas mesmas temáticas, as quais foram abordadas pelas mulheres integrantes do MBL.

O último Capítulo traz considerações acerca do patriarcado, tanto como sistema social e histórico de opressão, quanto como categoria de análise essencial para a compreensão de determinados discursos proferidos por mulheres e propagados pelo MBL.

Nas considerações finais foram feitas observações importantes para o deslinde do trabalho. Por fim, foram apresentadas as referências bibliográficas utilizadas.

CAPÍTULO I – A AÇÃO POLÍTICA FEMININA

“Os menores atos de protestos dos quais participamos podem tornar-se as raízes invisíveis da florescência de mudanças sociais”.

Howard Zinn

1.1 SILÊNCIO, SILENCIAMENTO E LIBERTAÇÃO DA VOZ FEMININA NO ESPAÇO PÚBLICO

A história política das mulheres, sobretudo em épocas mais remotas, é uma história perpassada pelo silêncio, não somente em seu sentido literal, representando o calar-se diante de outros, mas aquele que também está relacionado à ausência de posicionamento, de participação nos assuntos públicos.

Obviamente, deve-se, a princípio, explicitar que alguns destes silêncios compreendem um espectro da liberdade da mulher em se manter somente como plateia do cenário político. No entanto, é necessário ressaltar que, ao lado dessa passividade, o silêncio feminino, ao longo dos anos, possuía também, e principalmente, uma face cogente.

Há, assim, uma diferença entre o silêncio e o silenciamento. Para Orlandi (2007, p. 11), esta diferença está em que o silêncio é “um modo de estar”, no qual “as próprias palavras transpiram silêncio”, enquanto o silenciamento corresponde ao “por em silêncio”, um processo no qual as relações de poder se enunciam sob um aspecto político, corretivo, de censura, produzindo “sentidos silenciados que nos fazem entender uma dimensão do não-dito”.

Neste sentido, Solnit (2017) explica que o que não se diz em razão da introspecção, do exercício da liberdade de calar diante de determinadas situações, difere daquilo que não se diz por que as barreiras são impeditivas e os riscos são grandes. Num ou noutro caso, entretanto, o silêncio ou silenciamento do ouvinte abre espaço para a voz do outro.

Este outro é, historicamente e em sua maioria, uma figura masculina, cujo privilégio de atuar publicamente foi construído estrategicamente sobre os silêncios de outros atores sociais. A voz pública é, portanto, um exercício de poder e, de modo específico, de um poder político, o qual se reflete não somente nas relações macrossociais, como também, e sobretudo, nas relações micro.

Existem, sem dúvidas, inúmeros fatores de ordem social, econômica, religiosa, cultural e psicológica que determinam as atitudes discriminatórias entre os gêneros nas atividades políticas e conduzem, assim, ao silenciamento de mulheres e a uma marginalização da voz feminina nos espaços públicos.

Dentre estes fatores, Simões (1985) ressalta a importância da cultura do patriarcalismo, sobretudo sua presença como meio de reprodução das relações de poder, as quais são produtos do capitalismo, expressando-se na posição subalternizada da mulher no mercado de trabalho, na educação, nas leis do Estado e na conseqüente internalização da desvalorização do papel feminino na política pelas próprias mulheres.

Lira (2013) denota que, sendo o patriarcalismo uma forma de organização e dominação social, enquanto sistema, ele legitima e institucionaliza a autoridade masculina sobre os demais sujeitos, imprimindo, através do sexismo, uma ideia da supremacia dos homens sobre as mulheres em razão, meramente, de suas diferenças biológicas, as quais são essenciais para a atribuição dos lugares socialmente ocupados por estes indivíduos. Assim, sendo a maternidade uma função histórico-biológica insuperável, a procriação e o desempenho dos cuidados domésticos e familiares é considerada uma vocação natural feminina, necessários à reprodução da vida, da sociedade e do capital.

Logicamente, não se pretende afirmar que o patriarcalismo é fruto do capital, tendo em vista o reconhecimento de sua presença em sociedades pré-capitalistas, mas, sim, relatar a importância de sua articulação com esta forma de ordem social.

Isto porque é, sobretudo, a partir do desenvolvimento das sociedades industriais que a divisão sexual do trabalho se torna mais evidente, implicando em mudanças na estrutura e na direção da família nuclear. Neste sentido, Martins (2015) explica que o capitalismo aprofunda o abismo já existente entre o local de trabalho e o lar e, apoiado na hierarquia patriarcal, torna as funções de reprodução social, desempenhadas na vida privada, exclusivas das mulheres, enquanto que as tarefas da produção da vida, ou seja, a vida pública se torna função dos homens.

O capitalismo promove, então, a divisão dos ambientes público e privado, o primeiro constituindo o lugar de fala do homem, espaço reservado à atuação masculina e o segundo se mostrando como o ambiente no qual a mulher, domesticada, de forma subalterna e dependente do *pater familias*, desempenha

suas funções exclusivamente domésticas, produzindo e reproduzindo força de trabalho a ser vendida para o capital.

Isto pode, inclusive, ser visualizado dentro dos esforços educativos propostos pela sociedade capitalista que, na tendência de reproduzir a atual ordem social, conduzem, sob um discurso notadamente sexista, os homens a um protótipo de sucesso, influenciando-os à coragem, ao discurso e ao topo, e as mulheres à passividade e ao desempenho das atividades domésticas.

Estes valores patriarcais têm sido, inclusive, sustentados, ao longo dos anos, pelo próprio Estado através de leis e políticas públicas que legitimam a dependência e subalternidade da mulher em relação ao homem. Além da figura do Estado, outras instituições de grande visibilidade como a Igreja, por exemplo, foram instrumentos de reprodução da passividade feminina ante o discurso masculino.

Notadamente, a condução da mulher a uma vida privada não foi proposta por estas instituições somente com o teor de proibição, mas utilizando de artifícios argumentativos que tendiam a hipervalorizar atributos femininos como a maternidade, a quietude, a obediência, o espírito servil e, inclusive, o silêncio.

Tais argumentos ainda são explorados hodiernamente por estas instituições com a mesma finalidade. Neste sentido, é possível observar que, conforme Porto (2002), apesar do Estado e das demais instituições que compõem e servem à sociedade procurarem avançar em suas posturas frente a temas que, ainda que intrinsecamente, discutem os papéis sociais ocupados pelos gêneros, como casamento, família e trabalho, as mudanças se dão para a manutenção do controle social-sexual, não alterando a estrutura organizacional destes núcleos, mas, ao contrário, procurando fortalecê-la.

Pode-se, inclusive, citar como exemplo disso a postura adotada atualmente pela Igreja Católica, instituição de grande importância para a propagação de valores morais, considerando o alcance de suas pregações e o número de fieis. Recentemente, a instituição, sob a liderança do Papa Francisco, publicou, no ano de 2016, a Constituição Apostólica *Vultum Dei Quarere* sobre a vida contemplativa feminina que, assim, prescreve: “nisto sirva-nos de exemplo o silêncio de Maria Santíssima, que pôde acolher a Palavra porque era mulher de silêncio”. E continua no seguinte apelo: “sede tochas que acompanham o caminho dos homens” (VATICANO, 2016).

A valorização da “mulher de silêncio” como mulher poderosa, honrada, auxiliar, “tocha” necessária para “iluminar” o caminho dos homens, mostra, assim, a essência vigente do patriarcalismo, intentando sempre e em última instância o calar da voz feminina para abrir espaço para o discurso masculino.

Segundo Rezzutti (2018), durante muitos anos a maior glória feminina consistia em viver de maneira oculta, não chamar atenção para si, posto que ser discreta e solene a conduziria, naturalmente, a ser respeitada, devendo, portanto, se limitar às obrigações de mãe e esposa. Deveriam, assim, ser modelos cristãos de virtude e caridade, mas nunca modelos de estadistas, qualidade somente atribuída aos homens.

Como bem observa Solnit (2017), se as vozes são aspectos essenciais da humanidade, ser privado de voz é um ato desumanizador, excludente da humanidade de um indivíduo, de modo que silenciar as mulheres seria privá-las da solidariedade e da comunhão que a fala pode solicitar ou provocar.

Da mesma forma, situar-lhes exclusivamente dentro de um espaço doméstico, dando-lhes somente a vida privada, impede que estas mulheres tenham acesso a histórias semelhantes à sua e que possam, em razão dessas semelhanças, unirem-se em grupos organizados para discutir problemas e soluções. Assim:

A separação entre dimensões sociais – pública e privada – irá negar à mulher uma função social que não seja reprodutiva, de índole privada, emocional e doméstica, caberia a esta dedicar-se à casa, aos filhos, à família. E aos homens caberia o lugar do espaço público, por sua índole racional, caberia a este dedicar-se ao exercício das decisões no âmbito político e econômico. (LIRA, 2013, p. 05).

Dessa forma, a masculinização dos espaços públicos, notadamente os econômicos, também chegou ao âmbito político, de modo que, mesmo após os processos de democratização das nações, as mulheres foram, a princípio, sistematicamente excluídas, negando-lhes o direito ao voto e, do mesmo modo, à candidatura.

Historicamente, o rompimento com estes grilhões da vida exclusivamente privada e a libertação da voz feminina para a vida pública puderam desenhar seus primeiros contornos a partir do século XX. Isto porque, apesar do afastamento das mulheres do mercado de trabalho para dedicação doméstica exclusiva ter sido uma

realidade característica do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo no século XX e a crescente necessidade de mão de obra, sobretudo aquela que representasse um baixo custo em detrimento de uma produtividade regular, fez com que a força de trabalho feminina passasse a ser requisitada pelo capital.

Note-se que, a esta época, a força de trabalho feminina já era utilizada pelas indústrias. Isto porque, ainda que em menor número quando comparadas aos homens, as mulheres e, inclusive, as crianças das camadas mais pauperizadas da sociedade já integravam o mercado de trabalho com o objetivo de auxiliar nas despesas domésticas. Esta abertura característica do século XX foi, assim, uma promoção da integração das mulheres pertencentes às demais camadas sociais neste meio.

Segundo Singer (1980, p. 113), isso não constitui motivo para que a mulher deixe de desempenhar suas funções domésticas, “acarretando-lhe o duplo encargo de cuidar da produção de bens e serviços (na empresa) e da reprodução da força de trabalho (no domicílio)”.

Esta ocupação pelas mulheres de espaços além de seus próprios lares e sua aquisição de uma vida pública proporcionou o início de sua emancipação, dando-lhes lugares de fala e, conseqüentemente, oportunidades para romper com os silêncios.

Isto porque, segundo Delgado, Capepellin e Soares (2000), a conquista destes novos espaços também criava para as mulheres, sobretudo aquelas pertencentes às classes média e alta da sociedade, novas perspectivas, modificando a forma como seu trabalho e elas próprias eram vistas socialmente.

Contudo, é necessário ressaltar que, inicialmente, esta prorrogação do espaço destinado à atuação feminina também impunha distinções entre os gêneros, de modo que a questão do público e do privado se apresentava de forma díspar para homens e mulheres.

Assim, havia diferenças entre as figuras do “homem público” e da “mulher pública” que se perpetuaram mesmo após a democratização dos espaços econômicos e políticos. Enquanto o primeiro era visto socialmente como indivíduo sério, de reputação ilibada e competência para dialogar e determinar os assuntos comuns a todos, a última foi atrelada ao conceito de prostituta, de mulher fácil e mal vista, a serviço da sexualidade de todos.

Como bem lembra Rezzutti (2018, p. 35), esta desigualdade nos significados da denominação público/pública pode ser visualizada mesmo quando da reforma da educação nas diversas nações, o que permitiu à mulher a conquista de uma formação acadêmica. Neste ponto, o autor cita uma reportagem veiculada à Gazeta Acadêmica da Bahia, datada do ano de 1937, a qual afirma que “ninguém iria querer casar com uma futura médica corrompida pelo contínuo costume de frequentar as ruas”.

No entanto, apesar deste preconceito ainda jacente na sociedade, conforme elucida Bruschini (1994), a inserção da mulher em outros espaços além do doméstico repercutia diretamente nas relações com os outros indivíduos, sobretudo com os homens. O que determinava a instituição de novos costumes e a emergência de novas necessidades, dando azo, em detrimento disso, à sua organização para reivindicação de seus direitos individuais e sociais.

No ambiente político, de modo específico, essas reivindicações não se expressavam somente na luta de mulheres pelos direitos de votar e de serem votadas, mas também, no âmbito do exercício do poder político, de serem capazes de manifestar suas opiniões e de, ao fazerem públicas as suas vozes, conduzirem juízos de valor sobre candidatos e projetos e, conseqüentemente, influenciar em processos eleitorais.

Não é possível, contudo, afirmar que a presença da voz feminina nos espaços públicos é generalizada nos dias atuais, tendo em vista que o patriarcado, enquanto estrutura psíquica, social e econômica, ainda tende a influenciar a desigualdade dos lugares de fala entre os gêneros. Essa desigualdade pode ser visualizada também na história política feminina das nações, inclusive a brasileira, como se discutirá em sequência.

1.2 A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

Quando se atrela o termo “emancipação” a relações políticas, costuma-se dar a conotação de independência política de um Estado ou de uma nação em relação ao controle de outros.

Como lembram Souza e Domingues (2012), o conceito de uma emancipação política, ou seja, uma independência voltada para a política foi discutido em seus

pormenores por Karl Marx em um ensaio datado de 1844 acerca da questão judaica na Alemanha daquela época.

A obra intitulada “Sobre a Questão Judaica”, uma crítica expressa às discussões de Bruno Bauer sobre a emancipação política dos judeus, limitadas ao aspecto teológico, é fundamental para discutir este tema na atualidade, inclusive sob o aspecto da emancipação política feminina.

Sobre o assunto, se pronunciou Marx:

A emancipação política do judeu, do cristão, do homem religioso de modo geral consiste na emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo, à religião como tal. Na sua forma de Estado, modo apropriado à sua essência, o Estado se emancipa da religião, emancipando-se da religião do Estado, isto é, quando o Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado. A emancipação política em relação à religião não é a emancipação já efetuada, isenta de contradições, em relação à religião, porque a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuada, isento de contradições, da emancipação humana. (MARX, 2010, p. 38).

A compreensão de Marx acerca da emancipação política tem um sentido macro, posto que relacionada à emancipação do próprio Estado em relação aos dogmas religiosos. A emancipação dos indivíduos, assim, estaria condicionada à emancipação do Estado em que vivem. A emancipação política seria, portanto, o resultado da revolução burguesa, da emancipação da burguesia.

Apesar de este ponto demandar maior tempo para discussão, a proposição de Marx que decorre dessa sua constatação anterior se mostra de grande relevância, sobretudo para os propósitos deste trabalho: a ideia de que a emancipação política do Estado ou dos indivíduos, mesmo constituindo um avanço, possui limites evidentes, não sendo capaz de eliminar as contradições existentes na sociedade ou de produzir igualdade entre os indivíduos.

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o estado ser capaz de ser um “Estado Livre sem que o homem seja um homem livre”. (MARX, 2010, p. 39).

Sobre esta afirmação, Netto e Braz (2007) explicam que, nela, Marx traz o significado de emancipação política como meras liberdade e igualdade jurídicas, na

qual a máxima “todos são iguais perante a lei” nunca poderá ser traduzida em uma igualdade econômico-social. Em outros termos, Ivo Tonet (2010) assim elabora:

A emancipação política, expressa pela cidadania e pela democracia é, sem dúvida, uma forma de liberdade superior à liberdade existente na sociedade feudal, mas, na medida em que deixa intactas as raízes da desigualdade social, não deixa de ser ainda uma liberdade essencialmente limitada, uma forma de escravidão. A inclusão dos trabalhadores na comunidade política não ataca os problemas fundamentais deles, pois eles podem ser cidadãos sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados). (TONET, 2010, p. 27).

Obviamente, essas teorias propostas por Marx foram destinadas aos acontecimentos de sua época, mas isso não impede que sejam utilizadas para explorar acontecimentos historicamente atuais, como a emancipação política feminina, por exemplo.

A princípio, necessário ressaltar que a expressão “emancipação política feminina” ainda se mostra pouco usual no campo acadêmico, sobretudo porque, como mencionado anteriormente, “emancipação política”, comumente, denota a condição de um Estado e não, especificamente, de indivíduos.

No entanto, em livre apropriação do termo, a emancipação política feminina teria o condão de demonstrar a conquista da autonomia feminina no âmbito político e a aquisição de suas liberdades políticas de falar publicamente, votar, ser votada e assumir postos e cargos de gestão pública.

Ressalte-se que, ao falar de política, nos referimos às atividades que são frequentemente consideradas como políticas, tais como as atividades sindicais, partidárias, manifestações, protestos, entre outras que tenham como objetivo discutir e determinar o poder Estatal.

Assim, esta autonomia feminina, como tratada anteriormente, possui relação direta com a conquista da liberdade política das mulheres, o que lhes permitiu, além dos direitos políticos, a possibilidade de promoção de atividades em praça pública e o lançamento de manifestos políticos, diferenciando-se do tradicional comportamento sociopolítico feminino passivo.

Como bem lembra Simões (1985), a partir de sua emancipação política, as mulheres assumiram gradativamente, para o público, o protagonismo das atividades políticas, ocupando a linha de frente de debates e manifestações e rompendo com a posição de mera clientela que, por anos, foi incorporada e reproduzida em seus papéis.

A emancipação política feminina, portanto, demonstra sua independência diante dos homens e de todas as instâncias de poder que as reprimem no espaço político, revelando, assim, sua passagem do domínio privado do lar para sua condição de ser público.

No entanto, utilizando de liberdade interpretativa sobre as citações marxistas anteriormente compiladas, a emancipação – a liberdade – política da mulher, expressa pela conquista de sua cidadania e da participação na democracia, apesar de ser uma conquista relevante para as lutas pelos direitos femininos, possui limitações. Isto porque, como sugere Tonet (2010) na passagem retromencionada, sua inclusão na comunidade política não modifica as raízes da desigualdade entre os gêneros, não decompondo seus problemas fundamentais.

Neste sentido, Blay (1975) explica que, na sociedade em que a emancipação feminina constitui uma realidade, não há a instituição de uma nova compreensão sobre o papel social da mulher, posto que as condições materiais, inclusive aquelas determinadas pelo capital, ainda se apoiam na sua inferioridade ao homem.

Desse modo, o que se pretende não é demonstrar a emancipação política feminina como o marco histórico da total liberdade e igualdade das mulheres diante dos sistemas masculinos e patriarcais, mas, por outro lado, como um passo significativo da conquista do espaço público como ambiente de atuação, de reivindicação, de autonomia e de poder de decisão.

1.3 DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES PARA A AÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

A princípio, é necessário considerar que, como alude Pinheiro (2007), a discussão acerca da participação política de mulheres deve partir de dois pressupostos: o primeiro é a observação do contraste entre a inserção feminina em instâncias da vida social, como a educação e o trabalho, e sua pequena presença nas esferas formais e informais de exercício de poder e, o segundo, é a análise de ações afirmativas praticadas no âmbito político que promoveram a participação de mulheres em movimentos sociais e nas esferas representativas de governo.

Sob estes pressupostos, é possível afirmar que a história política das mulheres no Brasil, além de constituir uma história caracterizada pela desigualdade de gênero, também traduz uma questão de classe. As figuras femininas comumente retratadas nos livros como grandes percussoras da emancipação política feminina

compõem, em sua maioria, um grupo de mulheres brancas, burguesas e que tiveram acesso à educação formal para, então, serem consideradas inteligentes e capazes de atuar publicamente.

Um grande exemplo relatado por Rezzutti (2018) é o de que, nos livros de história do Brasil que minimamente abordam a questão da mulher na política, existe a menção da médica paulista Carlota Pereira de Queirós, a primeira mulher eleita deputada para a Constituinte de 1934, porém não citam que, naquela assembleia, também havia a presença de Almerinda Farias Gama, mulher alagoana, negra, pobre e sindicalista.

Registre-se, portanto, que a ação política feminina foi construída sobre os fundamentos de uma tripla opressão: a de gênero, raça e a de classe, de modo que foram as mulheres de classe média que, através do acesso à educação, encontraram primeiro as melhores oportunidades no setor público.

Todavia, é importante destacar que a mesma educação que fornecia oportunidades na esfera pública também reproduzia a discriminação entre os gêneros, fazendo com que as mulheres internalizassem o dever de assumir e valorizar seus papéis naturais de mães e donas de casa.

Desse modo, as mulheres que ousaram assumir uma vida pública e desligada da domesticidade pregada pela educação, pelas leis e pelo próprio Estado eram consideradas discrepantes e despossuídas de todas as virtudes que sua feminilidade era capaz de, naturalmente, lhes fornecer.

Obviamente, não se pretende afirmar que somente as mulheres de classe média, brancas e formalmente educadas tiveram atuações significativas na história política das mulheres brasileiras, mas, conforme Simões (1985):

Pode-se dizer que marcaram com força sua presença na vida pública e política brasileira apenas certos tipos especiais e mitificados de mulher: *heroínas históricas*, como Maria Quitéria ou Bárbara Heliadora; *amantes* de homens de destaque público, como Chica da Silva e Dona Beija ou *companheiras* de marginais e *marginais* elas mesmas, como a cangaceira Maria Bonita; *mulheres libertárias* na política e/ou no comportamento que vão de artistas ousadas para os padrões de suas épocas, como Chiquinha Gonzaga, Luz del Fuego ou Tarsila do Amaral a *militantes de Esquerda*, como Patrícia Galvão (Pagu), Ernestina Lesina e Elisabetta Valentini. (SIMÕES, 1985, p. 11).

Houve também aquelas que lutavam não somente pela conquista de objetivos ou de direitos específicos, mas que ansiavam pelo poder abertamente. Em épocas em que as mulheres não eram consideradas aptas para tanto, conseguiram destaque em território brasileiro D. Carlota Joaquina, Rainha e Imperatriz Consorte do Brasil, e D. Leopoldina, princesa e, posteriormente, imperatriz regente.

Apesar da importância que estas e outras tantas mulheres tiveram para o alcance do espaço público pelas mulheres brasileiras e, posteriormente, para sua emancipação política, sua participação nestas atividades, como lembra Porto (2002), ocorreu através de presenças individuais, de ações políticas isoladas, em circunstâncias pontuais que não implicaram em continuidade de sua atuação pública e nem em organização autônoma e própria das mulheres.

Essas mulheres iniciaram sua vida pública sem romper com a sua condição de seres privados, se estendendo ao seu cotidiano e carregando consigo e aos olhos dos outros as suas qualidades de esposas, donas de casa e mães, bem como todas as idiosincrasias que, comumente, eram associadas ao universo feminino.

Mesmo aquelas que se organizaram em determinados momentos históricos, tais como, por exemplo, as abolicionistas, em 1884, que formaram a Associação das Aves Libertas, em Pernambuco, e a Sociedade das Cearenses Libertadoras, no Ceará. Apesar de contribuírem com a conquista da abolição da escravatura nas províncias e, seguidamente, no país, não o fizeram em posições de liderança, nem participaram de debates sobre o tema.

Suas funções na vida pública, portanto, continuaram sendo auxiliares daquelas desempenhadas pelos homens. Eram elas as responsáveis pelo levantamento de doações, pela preparação de campanhas, entre outras atividades secundárias e consideradas, até então, tipicamente femininas.

Paul Singer (1980) explica que, mesmo nos partidos de Esquerda, a organização das mulheres em movimentos femininos tinha a função de servir como tropas auxiliares do proletariado na luta de classes. Na prática política desses partidos, a superação do sistema capitalista seria o objetivo primeiro, pois qualquer conquista feminina, dentro de seus limites, seria parcial e sua completa emancipação seria impossível nos quadros deste modo de produção.

A mobilização feminina, portanto, se dava para a luta por objetivos gerais. Não havia espaço para o debate de reivindicações especificamente femininas que pudessem colocar em pauta as necessidades e os direitos das mulheres daquela

época. O espaço público, assim, ainda não era propício à autonomia e à emancipação política feminina.

No entanto, a partir do século XIX, as mulheres passaram a se unir sob a pauta de alcançar direitos políticos e, inclusive, alcançar o poder. Até então, o voto feminino não era permitido e, apesar de não haver proibição expressa na legislação brasileira, a possibilidade de exercício do sufrágio por uma mulher ainda não era algo socialmente imaginável.

Esta possibilidade somente passou a ser questionada a partir dos movimentos feministas iniciados naquele século. Ressalte-se que a organização para esses movimentos fora pensada a partir de reflexões e ações de mulheres isoladas, como a potiguar Nísia Floresta que, em 1831, publicava artigos que combatiam o patriarcalismo e expunham as desigualdades e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, frutos da educação díspar entre os gêneros.

Apesar de isoladas, essas intenções reverberaram em outras mulheres que, em 1910, deram origem ao Partido Republicano Feminino, fundado por Leolinda de Figueiredo Daltro, e, em 1922, à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida por Bertha Lutz.

A luta iniciada por ambas as organizações ficou nacionalmente conhecida como o movimento das sufragistas, exigindo, além de direitos políticos, também igualdade de direitos sociais entre os gêneros através de protestos, debates, manifestações, panfletagens, audiências oficiais e passeatas.

Os resultados dessas lutas foram diversos, segundo Schumacher e Brazil (2000): primeiro, a aprovação da Lei Eleitoral do Rio Grande do Norte, autorizando o direito de voto para mulheres; segundo, a eleição de Luísa Alzira Teixeira Soriano como prefeita de Lajes em 1928, primeira mulher no cargo na América Latina; por último, a reforma do Código Eleitoral nacional em 1965, permitindo às mulheres os direitos de votar e serem candidatas.

Entretanto, a despeito de sua importância, o movimento das sufragistas, como lembra Simões (1985) teve o condão de mobilizar tão somente um pequeno segmento da população de mulheres brasileiras, tendo sido liderado por profissionais liberais e intelectuais das camadas médias e da burguesia, persistindo, portanto, um recorte de classe.

Apesar disso, é historicamente perceptível que este movimento serviu de base e inspiração para o surgimento de muitas outras organizações femininas no

âmbito nacional, inclusive na atualidade. Suas pautas se diversificaram e assumem distintas roupagens para exigir visibilidade, respeito, direitos individuais, como liberdade e igualdade, direitos trabalhistas, espaço na vida pública, assistência do Estado, dentre inúmeras outras pautas.

Obviamente, tanto as primeiras quanto as atuais reivindicações políticas representam e externam os valores socialmente impressos e internalizados por cada grupo de mulheres em específico. Hodiernamente, o espaço público pode ser dividido, de forma sumária, em grupos femininos progressistas, revolucionários, liberais e conservadores, os quais, por vezes, confrontam-se diretamente e são utilizados como porta-vozes de diferentes camadas da sociedade, cujos interesses e necessidades são também diversos.

No âmbito acadêmico, muitos são os textos, artigos e obras completas que têm discutido, ao longo de muitos anos, os objetivos, a forma de atuação, os discursos e a amplitude de movimentos de mulheres que se propõem a destruir o sistema patriarcal e as bases masculinizadas das instituições públicas ora existentes, chamados, então, de movimentos feministas, como, por exemplo, “Uma história do feminismo no Brasil”, de Céli Regina J. Pinto, “Breve história do Feminismo no Brasil e outros ensaios”, de Maria Amélia de Almeida Teles, e “Breve História do Feminismo”, de Carla Cristina Garcia, entre muitos outros.

Por outro lado, poucas são as bibliografias encontradas acerca das organizações de mulheres que, inclusive a nível nacional, se propõem a resgatar e preservar o tradicionalismo dessas instituições, valorizando as virtudes da moral, da honra e da feminilidade impressas por séculos de costumes patriarcais e desigualdades entre os gêneros.

Apesar de suas pautas, que se diferenciam das pautas de Esquerda, estes movimentos femininos conservadores são pouco abordados na literatura e, quando o são, se ressalta seu lado negativo. No entanto, é preciso reconhecer que as organizações, nomeadas, por vezes, como tradicionalistas, outras como conservadoras ou mesmo liberais, também tiveram seu papel na conquista do espaço público pelas mulheres ao lança-las às ruas como sujeitos reivindicantes.

1.4 “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: A AÇÃO DOS GRUPOS FEMININOS PARA A MANUTENÇÃO DA ORDEM NO BRASIL

No cenário brasileiro, muitos foram os grupos políticos de mulheres que se destacaram na história, não somente por constituírem novidade diante de um panorama marcado, majoritariamente, por homens, sobretudo nos primeiros anos do século passado, mas também por suas formas de atuação e de investida em face da opinião e do poder público, maculados pelos valores patriarcais.

Além dos grupos feministas, que assumiam um caráter revolucionário, requerendo mudança nas estruturas tradicionais das instituições públicas para que seus direitos individuais e sociais fossem também garantidos de forma equivalente àqueles conferidos aos homens, outras mulheres com objetivos diversos também passaram a ocupar espaços políticos de destaque.

Estas mulheres defendiam, ainda que de forma não declarada, ideias conservadoras e, por vezes, liberais-conservadoras, agindo, sobretudo, contra uma vertente comunista em crescimento no país e que ameaçava os interesses das classes favorecidas.

Na década de 1960, essas mulheres passaram a promover atividades em praça pública, lançando manifestos políticos, realizando passeatas, fazendo declarações nos meios de comunicação disponíveis e recebendo e cedendo seu apoio ao poder militar, sob alegada necessidade de preservação da ordem nacional.

Estas mulheres, novos atores na sociedade da época, foram integradas naquele cenário de crise política. Dentre elas, ganharam destaque aquelas que não eram prontamente militantes, mas mães e donas de casa que, de forma repentina, se dispuseram a deixar o ambiente de seus lares e se lançar às ruas em manifestações políticas.

Obviamente, tais grupos femininos, exaltados por militares e políticos favoráveis ao golpe, sucederam o espaço público antes ocupado por outros grupos de mulheres com ideias contrárias às políticas do militarismo e à ordem social vigente. Destacam-se a Federação das Mulheres do Brasil e o Comitê das Mulheres pela Anistia, os quais tiveram seu funcionamento suspenso logo nos primeiros anos do Governo Kubitscheck, mas, em anos posteriores, representaram grande importância para a conquista da democracia.

Para os fins deste trabalho, considera-se democracia, segundo o conceito proposto por Bobbio (1986), como um modelo de organização política fundamentado em decisões coletivas e plurais do povo e resultado de construções históricas que, contrariando a o autoritarismo dos regimes, se mostrou como forma legítima de sustentação do Estado e da perpetuação do contrato social.

Necessário ressaltar que, mesmo a partir destas participações no cenário político daquela época, essas mulheres não conseguiram de forma ampla, pelo menos até a reforma do Código Eleitoral, que ocorrera duas décadas depois, romper com o papel passivo que desempenhavam na tomada de decisões políticas.

Isto porque, como lembra Simões (1985) em sua dissertação de mestrado acerca da participação desses grupos femininos no golpe militar de 1964, até então, as mulheres eram conduzidas ou impedidas de atuar no espaço público de acordo com as necessidades e conveniências dos homens envolvidos na política. Essa marginalização feminina se consolidou na internalização pelas próprias mulheres da desvalorização de seu papel político.

A princípio, é necessário dizer que a articulação desses grupos se iniciou durante o governo de João Goulart, o qual, a partir de um programa nacional-reformista, abria espaço para mobilizações de estudantes, intelectuais, políticos, e de trabalhadores rurais e urbanos. Algumas de suas propostas contrariavam as classes dominantes, sobretudo porque limitavam os interesses do capital multinacional no país com o controle das remessas de lucro.

Como explica Cordeiro (2009), outro fator que acabou influenciando para a formação de grupos femininos foi a crescente organização do movimento sindical, que reduzia as condições de manipulação das massas permitida pelo populismo getulista.

Em vista disso, contrariando esse novo panorama que se apresentava, a burguesia capitalista se unificou sob o complexo IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais que coordenou campanhas de desgaste do Governo Goulart.

Estas campanhas, segundo Goulart (2014), tinham o objetivo de obstar a mobilização e sindicalização das classes trabalhadoras, apoiar correntes ideológicas de direita e utilizar, como massa de manobra, a classe média, também insatisfeita com o governo em razão da falta de controle da inflação, para a consecução dos fins burgueses. Esta mobilização das classes média e burguesa tinha, ainda, como

objetivo principal viabilizar um golpe militar, de fato ocorrido em 1964, e justificá-lo como resposta de um apelo das massas.

O IPES viu, assim, na organização política feminina um meio de arregimentar a opinião pública como forma de desestabilizar o governo, utilizando dos atributos femininos, sobretudo da imagem de mães, donas de casa e esposas, então selos de honestidade, para convencer as camadas médias dos perigos das reformas de base e, principalmente, para incentivar as Forças Armadas ao golpe. Para isso, elas usaram de todos os recursos disponíveis: panfletagem aérea, redes de TV, programas de rádio, capas de jornais e revistas, etc.

A estratégia do IPES para organizar essas mulheres em uma ação política apelava para valores morais presentes na sociedade daquela época sob o trinômio conservador “Deus, Pátria e Família”. Assim, os militares e os empresários que integravam o referido instituto procuraram demonstrar a essas mulheres que os problemas econômicos e políticos existentes no país eram frutos do sindicalismo e do nacional-reformismo proposto pelo Governo Goulart, que

[...] seria, de acordo com a propaganda burguesa, a primeira forma assumida por um “comunismo ateu” que “aboliria as classes sociais”, proletarizando as classes médias, que separaria os filhos dos pais, destruindo a família, e que, por fim, proibiria o livre exercício das religiões, destruindo, assim, de maneira radical e total, os supostos valores ocidentais e cristãos da sociedade brasileira. (SIMÕES, 1985, p. 37).

Obviamente, esta preocupação com a preservação da ordem, do *status quo* e dos valores cristãos da sociedade brasileira escondia, por trás desta face conservadora antirreformista, um apelo liberal, mais preocupado com a intentona do Estado que limitava os lucros das empresas.

Isso, no entanto, foi suficiente para causar medo às mulheres da época, as quais passaram a se organizar em agremiações políticas que surgiram nos principais centros econômicos do país, dentre os quais podem ser citados o CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) no Rio de Janeiro, a UCF (União Cívica Feminina) em São Paulo e a CDF (Cruzada Democrática Feminina) em Pernambuco, dentre outras. Essas agremiações possuíam também núcleos representantes em outros estados, como é o exemplo da UCF na Paraíba, em João Pessoa.

Estas mulheres, estimuladas e orientadas por homens, saíram declaradamente em defesa do que alegavam ser a democracia, mesmo que, para isso, tivessem que depor um Presidente legalmente constituído, fato que muito se assemelha ao que ocorrera recentemente em 2016 com a então Presidenta Dilma Rousseff. Acima disso, elas defendiam seus lares, sua família e, considerando que, em sua maioria, constituíam mulheres pertencentes à classe burguesa, os interesses do empresariado. Discutiam também questões econômicas, como o aumento da inflação e do custo de vida.

Foram elas, inclusive, que receberam os méritos pela organização das chamadas “Marchas da família com Deus pela Liberdade” com o fito de não mais influenciar na opinião pública, mas, agora, de mobilizar o povo para a efetiva ação política.

É importante salientar que esses grupos eram formados, majoritariamente, por mulheres da classe burguesa, as quais se empenharam no engajamento das mulheres de classe média para auxiliar no seu intento. A integração das mulheres de camadas mais baixas da sociedade somente ocorria de forma esporádica e instrumental, como forma de caracterizar as ações contra o Governo como movimentos populares.

Impressionados com o engajamento político feminino, o jornal O Globo (1962 apud CORDEIRO, 2010) publicou uma matéria de primeira página com o título “A mulher brasileira está nas trincheiras”, narrando sua mobilização política naquela época. No entanto, necessário ressaltar que as mulheres integravam o âmbito político com o fito de ajudar os homens, de dar os subsídios necessários para que o golpe fosse aplicado pelos homens, ou seja, apesar de integradas na ação política, não eram seus os papéis principais.

De fato, como a história demonstra, a instrumentalização destas entidades femininas serviu à desestabilização do Governo Goulart e da criação de um ambiente propício à intervenção militar, legitimando a instauração de um novo regime que durou mais de vinte anos.

Decerto, essas mulheres nunca chegaram aos centros de poder e, na verdade, nunca foi essa a sua intenção. Simões (1985, p. 53) lembra que, apesar destas mulheres ocuparem o espaço público e, publicamente, levantar as bandeiras da democracia e dos valores morais, “elas não foram até lá defender o ‘público’, mas sim o ‘privado’: a família, a propriedade e as liberdades individuais”.

Não se nega, portanto, a importância destas agremiações para a abertura, ainda que mínima, do espaço público para a inserção de mulheres. De fato, as Guerrilheiras Perfumadas daqueles anos não modificaram sua condição passiva perante o poder masculino, posto que ainda dependiam dos homens para materializar o golpe, mas conseguiram provar a capacidade de mobilização feminina e a possibilidade de atuar de forma autônoma no cenário político.

Nos anos que se seguiram após a conquista da democracia na década de 80, os movimentos femininos que adotavam uma postura de Direita, voltados às ideias conservadoras e liberais, se mostraram escassos e, quando existentes, não conseguiram alcançar a abrangência nacional, o apoio popular e a significância daqueles existentes nos anos 60. Ao contrário destes, os movimentos feministas, ao longo dos anos, alcançaram inúmeras demandas e novas adeptas.

Obviamente, mulheres que continuam tentando a preservação daqueles valores ainda existem e, inclusive, com a ampliação dos direitos políticos femininos e a evolução dos meios de comunicação, têm expressado suas opiniões publicamente. No entanto, o que se observa atualmente é a existência de ações isoladas e não organizadas em grupos que possam, de fato, influenciar a opinião pública e mobilizar outras mulheres.

Uma tentativa de agrupar os objetivos políticos e ideológicos destas mulheres foi, talvez, a fundação, no ano de 2008, do Partido da Mulher Brasileira (PMB). Inicialmente formado como um partido progressista que se solidariza com as mulheres vítimas de opressão e exclusão, o PMB tinha, como principal objetivo, a ampliação do número de mulheres na política nacional (PMB, 2018).

No entanto, em 2015, seus primeiros filiados com mandato no Congresso Nacional eram, unicamente, homens. Ao final desse mesmo ano, contava com 22 Deputados, dentre os quais apenas duas mulheres. Apesar de se declarar como um partido de Centro-Esquerda, a Presidente do PMB, Denise Abreu, declarou: “Sou liberal na economia e conservadora nos valores da sociedade. Defendo a liberdade de mercado e os valores da família”, demonstrando, portanto, um apego à ideia do liberalismo conservador (MELO, 2016, p. 12).

Como as agremiações políticas de 1960, o PMB se mostrou como um espaço público para negociar interesses privados e, sobretudo, interesses masculinos, vestindo a roupagem de um partido feminino e usando a participação feminina como instrumento para angariar eleitores.

Além desta tentativa, mulheres com posições políticas que acompanham o liberalismo conservador, por vezes uma ideia mais presente que a outra, têm se lançado candidatas e conquistado cargos políticos, militando por seus objetivos de forma individualizada.

No entanto, o que se observa também é a inserção destas mulheres em movimentos de abrangência nacional com os mesmos ideais e caracterizados mais por um recorte de classe do que de gênero, apesar de serem compostos por uma maioria masculina, como, por exemplo, o levante Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre, cuja emergência ainda é recente no país.

Dentro destes, as mulheres têm constituído núcleos menores nos quais promovem debates públicos e discutem ideias acerca dos mais diversos temas atinentes à política nacional e a assuntos próprios do público feminino, como feminismo, desigualdade, gênero, aborto, entre outros.

Apesar de reunir algumas diferenças quando comparado a épocas anteriores em que a atuação destas mulheres na vida política foi consideravelmente importante para a transformação do cenário público brasileiro, o atual contexto socioeconômico e político no qual surgem grupos femininos engajados em pautas liberais-conservadoras, tal como aquele existente dentro do Movimento Brasil Livre, detém características singulares a serem pontuadas.

CAPÍTULO II – O MOVIMENTO BRASIL LIVRE

“Porque as crises são momentos reveladores das falhas de um sistema e, portanto, exercem a mediação entre as tendências de fundo de uma sociedade, a consciência dos problemas e as práticas que emergem para modificar as tendências percebidas como prejudiciais às pessoas”.

Manuel Castells

2.1 A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO

O propósito deste tópico é narrar o contexto sociopolítico no qual emerge o Movimento Brasil Livre para delinear, em linhas gerais, a emergência da sua atuação política e, de forma particular, da participação das mulheres nele engajadas. Entendo ser necessário evidenciar este contexto para compreender o processo de formação e a importância destes grupos de mulheres inseridas em movimentos maiores para a ampliação das possibilidades femininas na vida pública e política do país.

De início, ressalte-se que o contexto narrado sobre o movimento de mulheres ocorrido em 1964 em muito se assemelha ao recentemente vivido pela população brasileira. Inclusive no que diz respeito aos seus objetivos e consequências em depor um Presidente legalmente constituído em nome da preservação da democracia e da luta contra os aludidos perigos comunistas, supostamente causados pelo Partido dos Trabalhadores e seus aliados, além de outras motivações.

Apesar destes desfechos em comum, a emergência do MBL, bem como de outros movimentos sociais semelhantes, deve ser compreendida dentro de um contexto político específico, notadamente marcado por crises econômicas e de governabilidade.

Antes de adentrar nas minúcias deste contexto, é necessário pontuar que, neste trabalho, identificamos como movimentos sociais os grupos organizados para a ação política que têm como objetivo a promoção de mudanças nas instituições públicas, reivindicando-as por meio de protestos que requerem a adoção de uma nova agenda política institucional e/ou governamental. Neste ponto, é preciso considerar que:

[...] alguns movimentos sociais destoam da identificação com reivindicações progressistas, por direitos civis, ou de busca por direitos voltados a minorias étnicas ou grupo socioeconômicos desfavorecidos. São movimentos orientados por tendências políticas regressivas e valores reativos. Influenciados por valores liberais e conservadores e de reação aos pressupostos democráticos, os movimentos sociais regressivos são expressão de forças políticas sustentadas em concepções intransigentes e autocráticas. (BARBOSA, 2017, p. 2).

Estes movimentos considerados regressivos insurgiram recentemente no cenário político brasileiro após o desgaste das representações políticas dos governos de Esquerda, de modo específico, do Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupava a Presidência desde 2003, sobretudo em razão da exposição do envolvimento do partido com escândalos de corrupção.

Acrescente-se que a imagem do governo perante as classes média e alta da sociedade também sofria reprovações, mormente em vista das políticas de redistribuição de renda e de cotas dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) voltadas para as classes mais pobres. A adoção dessas políticas contrariava a meritocracia, modelo de hierarquização e premiação bastante defendido entre os integrantes das classes superiores.

A insatisfação dessas classes se aprofundou no final do ano de 2012, primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, cuja atuação já ensaiava a continuidade e o aprofundamento da política neodesenvolvimentista adotada pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos anos anteriores.

Segundo Sussai (2017), foi por esta razão que, no ano seguinte, o Brasil se deparou com a formação de um novo bloco político burguês, formado por importantes setores do capital, como a indústria, os bancos e os meios de comunicação de massa, além do apoio da classe média. Deste modo, adquiriu feições de um movimento de massas cujas exigências por reordenação do governo e das políticas públicas, mascaradas sob a bandeira de um levante que defendia um país sem corrupção, culminaram nas manifestações contrárias ao Governo Dilma nos anos seguintes.

As mudanças sociopolíticas que inauguraram o cenário público para o surgimento de movimentos como o MBL e outros semelhantes tiveram como

precursores as mobilizações ocorridas no mês de junho de 2013, conhecidas como “Jornadas de Junho”.

Como lembra Firmino (2016), essas mobilizações apresentavam uma miríade de pautas e reivindicações, o que possibilitou que diversos setores da sociedade disputassem o sentido político das manifestações, destacando, de um lado, de forma seletiva, algumas pautas apresentadas ou, de outro, tentando deslegitimar a ação dos manifestantes em geral ou de determinados grupos específicos.

Inicialmente, é preciso recordar que estas Jornadas foram iniciadas no dia 6 de junho de 2013 em protesto pela redução da tarifa dos transportes públicos em São Paulo, organizado pelo Movimento Passe Livre. Em poucos dias, o movimento se disseminou, ganhando simpatizantes espalhados pelas diversas capitais do país, que reivindicavam melhoria na prestação dos serviços públicos.

Àquela época, Nogueira (2013) explica que as expressões das ruas demandavam, claramente, um Estado menos dependente do capital, das multinacionais, dos bancos e dos empresários, mais preocupado com o social do que com o econômico.

No entanto, a expansão dos protestos pelo país acabou por gerar diversas interpretações sobre as demandas e suas causas, de modo que, por fim, acreditou-se que elas representariam uma insatisfação generalizada com as políticas públicas adotadas pela chefe do Poder Executivo.

Assim, as reivindicações se fragmentaram em pautas diversificadas, as quais, a despeito de suas diferenças, tendiam agora a uma crítica ao governo e à sua política neodesenvolvimentista. Além disso, denunciavam os crescentes esquemas de corrupção desvendados pela polícia, num ímpeto tanto de penalizar os políticos envolvidos em esquemas de corrupção quanto de influenciar nas eleições de 2014.

Necessário ressaltar que Telles (2016) identifica uma tendência nestes movimentos em comparação com outros mobilizados pela Direita: a adesão decisiva das classes médias, sobretudo em círculos ligados à ideia neoliberal e/ou conservadora. O autor também indica que essas mobilizações são mais comuns em desfavor de governos reformistas com políticas de redistribuição de renda direcionadas à população pobre e aos trabalhadores, opostas aos interesses das classes superiores, as quais estão preocupadas em intervir, de forma conservadora, para restaurar o elitismo.

Apesar dessas tendências, a massa de pessoas, sobretudo de jovens, que ocupou as ruas naquele ano não assumia o apoio a qualquer partido ou bandeira, ostentando as cores verde e amarela como representativas de todo o povo brasileiro em combate à corrupção. Com o passar do tempo, aos poucos foram surgindo os gritos de “Fora Dilma”, “Fora Lula” e “Fora PT”, em alusão ao governo de Esquerda que estava no poder.

Neste período, três grupos com características bastante semelhantes começaram a ganhar destaque no cenário de protestos: o Vem Pra Rua, o Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre. Messias, Souza e Espiñeira (2017) lembram que depois de 2013, as manifestações não tiveram continuidade em termos de mobilização de massa, mas os atores presentes nas manifestações, sobretudo os três movimentos mencionados, continuaram atuando nas redes sociais e protestando de forma mais tímida.

Necessário ressaltar que o marco inicial da então conjuntura político-econômica brasileira teve seu início no ano de 2008, quando do fim do Governo Lula e início do Governo composto pela chapa Dilma-Temer, e suas maiores consequências no ano de 2014, a partir da reeleição desta chapa.

Era o fim do ciclo lulista de economia política, notadamente marcado pela conciliação dos interesses de classes. Apesar das boas expectativas de desenvolvimento socioeconômico em relação ao governo sucessor, sobretudo sendo este composto por uma chapa apoiada pelo ex-Presidente Lula, o último Governo Dilma-Temer contrariou essas perspectivas.

Segundo Trevizan (2017), o cenário de instabilidade que se instaurou no país após as Jornadas de Junho afetou também as disputas políticas de 2014. Este novo contexto sociopolítico atingiu negativamente a economia que passou de um “*boom econômico*” para uma retração significativa, com a redução do PIB para uma porcentagem negativa nos períodos que se sucederam. Tais mudanças também atingiram o sistema financeiro nacional, com repercussões no setor produtivo, provocando o aumento do desemprego e da inflação e criando um contexto de incertezas que desestimularam o investimento e a financeirização de atividades.

Tudo isso não passou despercebido aos olhos dos novos atores sociais, representados pelos movimentos de classe que haviam emergido nas Jornadas de Junho. Assim, com a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, novas mobilizações

foram articuladas com o intuito de desestabilizar o governo que, além da crise econômica crescente, passava agora a enfrentar também uma crise política.

Messias, Souza e Espiñeira (2017) explicam que, assim como os protestos ocorridos em prol das “Diretas Já”, em 1984, e do impeachment de Fernando Collor, em 1992, o período eleitoral de 2014 foi o momento que condensou a energia das Jornadas de Junho, com todas as suas contradições e seu multifacetado desejo de mudança.

A narrativa das mobilizações ocorridas após as eleições de 2014 ganhava, deste modo, não somente uma conotação anticomunista ou antiesquerdista, mas, sobretudo, antipetista, responsabilizando o Partido dos Trabalhadores e seus aliados pelos problemas do país.

O pico atingido por estas mobilizações ocorreu através da desestabilização da base governista no Congresso Nacional, culminando no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e na consequente ascensão de Michel Temer ao Poder.

Em 17 de abril de 2016, como lembram Prandi e Carneiro (2017), a Câmara dos Deputados aprovou, por 367 votos favoráveis em detrimento de 137 votos contrários, a admissibilidade do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, cabendo ao Senado a retirada do cargo de Chefe do Poder Executivo da primeira mulher eleita democrática e legalmente pela maioria da população.

Torna-se mister ressaltar que não somente os diversos protestos e mobilizações foram motivos suficientes para o alcance da empreitada antipetista proposta pelo MBL e por outros movimentos com ideias e objetivos semelhantes. Ayres (2017) destaca que também constituiu estratégia importante para o sucesso do processo de impeachment a articulação desses movimentos com partidos políticos e parlamentares por meio de ações que não foram desvendadas ao público. Destaca-se dentre as ações realizadas pelo MBL, ainda, o uso das redes sociais virtuais para propagar o seu posicionamento e convocar ações públicas, bem como a chamada Operação Minerva, que consistia, basicamente, na exposição de e-mails e telefones de Deputados Federais com a finalidade de permitir ao povo intensificar as pressões pessoais pelo impeachment.

Mesmo após o desfecho das mobilizações pró-impeachment, alguns movimentos envolvidos nos protestos continuaram fazendo frente em alguns períodos da política nacional. Enquanto alguns, como o “Vem Pra Rua”, timidamente se reservaram em discussões de pouco alcance em suas páginas na internet,

outros, como o Movimento Brasil Livre, participaram ativamente das eleições de 2016, elegendo candidatos, inclusive.

Recentemente, o MBL promoveu campanhas em prol da mobilização popular pela condenação e prisão do ex-Presidente Lula pelos escândalos de corrupção envolvendo o Poder Público e empreiteiras, o que ocorrera no início de 2018.

Nos intervalos entre as ações políticas antipetistas, o MBL tem se dedicado a outras discussões levantadas em congressos e palestras ministradas por ativistas e intelectuais liberais e conservadores que tendem a discutir não somente o destino político do país, mas também pautas diversas. Destaquem-se, inclusive, aquelas destinadas a disseminar as ideias liberais, discutir direitos, programas sociais, gênero, entre outros temas.

2.2 O MOVIMENTO

O ciberespaço, ambiente preenchido por diversas redes sociais, *sites*, *blogs* e outras ferramentas de comunicação que rompem com as barreiras espaço-temporais que a realidade impõe, transformou-se em um meio interativo de disseminação de ideias constituído, principalmente, de jovens, possibilitando o acesso a um número ilimitado de informações e dados.

Em observância a essas potencialidades, os movimentos sociais têm se utilizado do ciberespaço como um canal de comunicação aberto, objetivando não somente a doutrinação de pessoas para as ideias e objetivos que seguem, mas também a mobilização de grupos, inclusive para manifestações públicas e protestos, e a discussão de temas atuais e históricos.

Fazendo também parte desta cultura, o Movimento Brasil Livre – MBL emergiu no cenário nacional por meio de manifestações políticas centradas em sites como Facebook, YouTube e Twitter. Necessário ressaltar que, apesar de ter sido oficializado somente em novembro de 2014, logo após o fim da disputa presidencial, o MBL já protagonizava algumas cenas de grande repercussão no cenário político nacional, como as citadas Jornadas de Junho.

Acerca do assunto, Araldi (2017) traz a relevante informação de que a origem do MBL está vinculada ao movimento dos Estudantes pela Liberdade – EPL, uma organização estudantil sustentada por recursos provenientes de *think-tanks* estadunidenses, tais como a *Atlas Research Economic Foundation*, ligada a

empresas petrolíferas. Estas empresas financiam entidades e movimentos com o objetivo de difundir ideias de interesse de determinados grupos empresariais e de agir em defesa dos interesses de empresas dos EUA no Brasil. Impedidos pela legislação norte-americana de desempenhar atividades políticas, os membros do EPL decidiram, então, agir enquanto pessoas físicas, criando uma marca para sua participação nas manifestações daquele ano: o MBL.

Nessa nova proposta, Kim Kataguirí, então um estudante de economia com dezenove anos de idade e alguma fama entre os jovens que seguiam suas redes sociais e assistiam aos vídeos que postava acerca de temas atinentes à política, economia e sociedade, foi escolhido para liderar a campanha do MBL nas ruas.

Segundo Amaral (2016), ao contrário de Fábio Ostermann, diretor do EPL, o qual era um cientista político, Kim Kataguirí não possuía cursos de formação de lideranças promovidos pela *Atlas Research Economic Foundation*, nem possuía parentesco com empresários militantes da Direita ou qualquer contato direto com as *think-tanks*. Entretanto, detinha a capacidade de atrair jovens de classe média para aderirem às ideias liberais e aos movimentos nas ruas, assim como Fernando Holiday, negro e outro importante ator dentro do MBL que desempenha papel contra as cotas raciais em debates públicos.

Em sua página no Facebook, o movimento se define como uma entidade que objetiva mobilizar cidadãos para a promoção de uma sociedade livre, justa e próspera. No seu perfil na rede social Twitter, o grupo se autocaracteriza, ainda, como “suprapartidário”, indicando, assim, sua desvinculação a qualquer partido político (MBL, 2017).

Ainda, em seu Manifesto, recentemente excluído de suas redes sociais, o MBL defendia: uma imprensa livre e independente de verbas ou regulamentações governamentais, liberdade econômica, respeito à separação dos poderes e à ordem constitucional, o fim dos subsídios diretos e indiretos destinados à financeirização de ditaduras. Defendiam, ainda, os tributos cobrados ao povo brasileiro deveriam ser investidos no próprio país e não em nações estrangeiras sob regime ditatorial, além de outras pautas (MBL, 2015).

Em seu primeiro Congresso Nacional, realizado no ano de 2015 em São Paulo, o MBL debateu sobre assuntos diversos, como: empreendedorismo, liberalismo nas redes, conservadorismo e liberalismo, dentre outros. O resultado fomentou a elaboração de um programa de propostas, publicado no ano de 2017,

que versa sobre políticas públicas ligadas à educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, etc. O teor dessas propostas denota uma inclinação à privatização de serviços públicos, ao Estado mínimo, ao fim das políticas públicas distributivas e à desburocratização e redução de impostos para determinados empreendimentos.

Lembra Ayres (2017) que, no ano de 2017, o Movimento Brasil Livre se consolidou como o grupo que mais provoca interações e cresce em número de adeptos na rede social Facebook. Com isso, seu intuito era trabalhar para a identificação e a capacitação de lideranças estudantis para difundir ideias relacionadas às suas propostas nas universidades e nos grupos formadores de opinião.

Apoiado, portanto, em uma cartilha liberal, o discurso do MBL, por vezes, se confunde com o apoio a outras ideias, como o conservadorismo. Sobre o assunto, Gohn (2017) assim se pronuncia:

O perfil político do MBL situa-se no campo contraditório de ideias que misturam o liberal e o neoconservadorismo. Liberal porque defende o livre mercado e é antiestatista no que diz respeito à forma como interpreta o papel do Estado na sociedade e na economia. O Estado é visto como problema quando regula ou intervém no mercado. A corrupção não é vista pelo MBL como um problema endêmico do capitalismo, mas como um efeito colateral da intervenção do Estado nas empresas (privadas e estatais). [...] É conservador por ser contra vários direitos sociais e culturais modernos. (GOHN, 2017, p. 45- 47).

Declaradamente, o MBL segue a doutrina econômica proposta por Ludwig von Mises, discutida a seguir. Em suas manifestações, levanta bandeiras de “Menos Marx, mais Mises”, mas também se inclina sobre as teorias neoliberais de Friedrich Hayek, o liberalismo conservador de José Osvaldo de Meira Penna e as propostas conservadoras de Edmund Burke, dentre outros teóricos.

As contradições presentes dentro do MBL também dizem respeito ao discurso de “suprapartidarismo” e de Estado mínimo. Isto porque, mesmo persistindo em tais discursos, desde 2016 o movimento vem tentando eleger o maior número de candidatos possíveis. Conquistou, naquele ano, sete cargos de vereador e um de Prefeito, todos oriundos dos partidos DEM, SD e PMDB. Nas eleições de 2018, um dos próprios líderes do grupo, Kim Kataguirí, é candidato a Deputado Federal pelo

DEM, além de outros candidatos que seguem filiados a partidos que compõem a Direita nacional e são, notadamente, antipetistas.

Ante essas discrepâncias, o Jornal Gazeta do Povo (2017) publicou uma entrevista de Kataguirí, que, fazendo referência a Edmund Burke, argumentava que a função das legendas partidárias seria fazer oposição ao poder e evitar abusos. Externou, ainda, que acredita que, hoje, o MBL consiste em um partido político no sentido *burqueano*, pois apresenta quadros e pessoas que se unem em função de um mesmo ideal para disputar o poder.

Dentre estas pessoas estão também inseridas mulheres que, em menor número e com menos visibilidade, também se propõem a discussões, participam de congressos e palestras, gravam vídeos, estimulam debates em rede e apoiam o ideal proposto pelo movimento. Servem também como peças-chave para a mobilização de outras mulheres aos movimentos e protestos, inclusive os pró-impeachment, e que constituem importantes veículos de campanha para os candidatos lançados pelo grupo nas eleições de 2018.

Além de seus objetivos políticos, estas mulheres também têm espaço para a discussão de outros temas caros ao universo feminino, como o feminismo, gênero, aborto, igualdade salarial, dentre outros, os quais foram desvelados nas análises propostas por esta pesquisa.

Dentre as militantes do MBL, tiveram destaque em cenário nacional, sobretudo em razão de seus discursos acalorados disponibilizados nas redes sociais, muitos dos quais serão analisados nos capítulos que se seguem, a paranaense Francine Galbier, formada em teatro e ex-estudante de Direito, considera uma das principais lideranças femininas e organizadora das redes sociais do movimento, responsável, inclusive, pelo chamamento do povo à participação em passeatas e protestos (PAES; CORTÊS, 2018).

Além de Francine, outra mulher conhecida pela participação no MBL é Nanda Xiê, coordenadora da juventude do movimento e do Movimento Brasil Livre Estudantil – MBLE. Sua atuação entre os jovens se firmou como de grande importância para a mobilização de estudantes em prol da causa liberal e a promoção nacional de projetos educacionais como o “Escola sem Partido”, que objetiva a retirada de vieses ideológicos da ministração das disciplinas em escolas e universidades (LUSTOSA, 2019).

Os discursos dessas mulheres, além dos de outras que também integram o MBL ou espelham as ideias defendidas pelo movimento serão discutidas nos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO III – O IDEAL LIBERAL-CONSERVADOR

“Os homens se qualificam a ter liberdades civis na proporção exata da sua disposição de atar grilhões morais aos seus apetites: na proporção em que seu amor pela justiça está acima da sua ganância”.

Edmund Burke

3.1 “LIBERALISMO *versus* CONSERVADORISMO” E A FORMAÇÃO DE UM LIBERALISMO CONSERVADOR À LA BRASILEIRA

Historicamente, conforme Moraes (2014), os termos “liberal” e “liberalismo” sofreram mudanças de significado ao longo dos anos. De início, as palavras possuem suas raízes num ideal de liberdade individual que, entre os séculos XVIII e XIX, tornou-se objeto de produções literárias, de teorias filosóficas e de discursos políticos.

Em síntese, Woods (2010) explica que o liberalismo se origina das lutas burguesas que, em 1789, deflagaram a Revolução Francesa sob o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Em sua forma clássica, representa, assim, uma ideia que defende, como princípios fundamentais para a realização material e externa do homem, a propriedade privada, as liberdades individuais, o livre comércio e a paz.

Para a construção dessa ideia, um dos principais pensadores foi Adam Smith, cujos preceitos elucidados no livro “A riqueza das nações” são considerados a pedra fundamental do liberalismo por muitos adeptos. Em sua doutrina, há o endossamento da ideia de privatização das atividades econômicas como meio de diminuir as formas de atuação e intervenção do Estado na vida dos indivíduos e, principalmente, dos agentes econômicos.

Segundo Coelho (2006), a atuação do Estado seria necessária, basicamente, em três situações: para a manutenção da segurança interna e externa, para prestar os serviços essenciais de utilidade pública e para garantir a executividade dos contratos.

Em suma, os preceitos liberais propostos por Smith sugerem a criação de um sistema ordenador das ações humanas, guiado pelo que chama de “mão invisível”, que, assim, pode ser explicado:

[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. (SMITH, 2009, p. 47).

Esta é a base, portanto, dos princípios do livre mercado e da livre concorrência, repousados na lei da oferta e da procura que, naturalmente, dividiria e distribuiria o capital de acordo com os interesses dos indivíduos de cada sociedade.

Além deste processo de distribuição e acumulação de capital, Smith ainda traçou discussões acerca de outros assuntos como a teoria do valor-trabalho, posteriormente analisada de forma crítica por Karl Marx. Suas proposições também inspiraram inúmeros outros estudiosos, os quais integraram as chamadas Escolas do Pensamento Econômico em diversos países, como é o caso do austríaco Ludwig von Mises, cuja doutrina foi referência teórica para diversos movimentos liberais, como o MBL.

Explica Von Mises (2010) que o liberalismo é uma doutrina voltada para o progresso do bem-estar material, exterior do homem e não se refere ao suprimento de suas necessidades vitais, interiores ou espirituais, de modo que não promete felicidade, mas a satisfação dos desejos materiais.

Aranha (1997) explica que o liberalismo clássico proposto por Mises tem, como principal ferramenta, a razão, de modo que sua defesa esteja sempre arraigada em argumentos racionais que possam se sobrepôr ao irracionalismo da emoção e da histeria presente em outros ideários que o utilizam para agitar as massas.

Mesmo que suas análises tenham sido produzidas no século passado, as observações daquele autor respondem bem aos tempos atuais. Von Mises (2010) percebera que as crises econômicas e fiscais que assolavam o mundo constituíam um momento perigoso da história, tendo em vista que impunham decisões difíceis e ameaçavam uma onda de agitação civil.

Para abrandar o quadro, é comum que os Estados proponham políticas assistencialistas, consideradas pelo autor como promessas impossíveis, pois nenhum substituto para a livre economia pode ser estável em longo prazo, tampouco o intervencionismo estatal, que, mesmo em benefício de uma causa positiva como o

bem-estar social, produz mais problemas que soluções, porquanto leva a mais intervencionismos até que o sistema se torne inteiramente socializado, gerando um colapso (WOODS, 2010).

No entanto, é necessário salientar que os princípios liberais formulados entre os séculos XVIII e XIX, apesar de muito citados por adeptos, partidos políticos e movimentos sociais, tornaram-se diluídos em inúmeras outras filosofias que em muito fogem do liberalismo clássico.

Cada país parece ter adaptado o liberalismo às suas necessidades. Leibão (2015) cita alguns exemplos, como a Inglaterra, no qual o termo “liberal” diz respeito a um programa de governo que se assemelha ao totalitarismo. Os EUA, por sua vez, definem atualmente o liberalismo como um ideal político que busca a presença do governo no planejamento empresarial, assemelhando-se ao socialismo pela intervenção estatal para o progresso e a promoção do bem-estar social.

Toda medida que vise a confiscar algum dos ativos dos que possuem mais que a média, ou a restringir os direitos de propriedade, é considerada liberal e progressista. Um poder discricionário, praticamente ilimitado, é atribuído aos órgãos públicos, cujas decisões não são passíveis de revisão judicial. Os poucos cidadãos íntegros que ousam criticar essa tendência ao despotismo administrativo são qualificados de extremistas, reacionários, monarquistas econômicos e fascistas. Chega-se, até mesmo, a sugerir que um país livre não deveria tolerar atividades políticas por parte desses “inimigos públicos”. (VON MISES, 2010, p. 26).

Estes “novos liberalismos” também passaram a sugerir outras pautas, como, por exemplo, a utilização da força estatal para a defesa dos princípios e valores tradicionais e religiosos, destoando completamente do que, de início, se propunha o liberalismo clássico. A partir de então, surgiram novas tendências no liberalismo que em muito se confundem com outras ideias, tais como o socialismo e o conservadorismo.

Sobre este último, Coutinho (2011) explica que não é casual que uma dessas novas tendências liberais, por exemplo, apresente como “reformas” todas as suas propostas de desconstrução dos direitos sociais, quando, na verdade, o que propõe são contrarreformas. Desse modo, o autor aponta a necessidade de se adotar um ponto de vista crítico para que seja possível perceber os locais em que, por trás de afirmações supostamente reformistas e liberais, se oculta o novo pensamento conservador.

O pensamento conservador moderno nasce a partir de uma reação ao Iluminismo e, particularmente, como uma reação contrária aos resultados da Revolução Francesa. Ao longo dos anos, este pensamento se desenvolveu de muitas formas, apresentando inúmeras e diferentes faces com o intento de, a cada época, preservar uma forma de governo ou um *status quo* social específico, tais como o antigo regime, o absolutismo e, de forma mais recente, o próprio capitalismo.

Dentre os pensadores mais influentes acerca do conservadorismo clássico está Edmund Burke, parlamentar do século XVIII, cujas principais teorias estão inseridas em sua obra intitulada “Considerações sobre a Revolução na França”, datada de 1790. Suas discussões demonstram uma oposição ao movimento revolucionário francês em defesa das tradições historicamente construídas pela monarquia, condenando a tentativa da revolução de construir uma ordem social a partir de uma razão abstrata, uma possibilidade ilusória.

Para Netto (2011), Burke deu início ao que se poderia chamar de um *conservadorismo liberal*, ou seja, em sua concepção, algumas reformas poderiam ser admitidas, desde que resultassem de um longo processo de experimentação e não de uma ruptura radical com as tradições e o passado.

Isto porque, para Burke, as tradições não seriam normas arbitrárias, mas respostas descobertas a partir de muitas tentativas e erros de pessoas no sentido de ajustar seus comportamentos ao mundo moderno, sendo incorporadas, ainda que implicitamente, nas práticas sociais, posto que necessárias à reprodução da sociedade.

As tradições seriam, assim, um elemento de conhecimento que, caso destruído de forma negligente, eliminaria as garantias oferecidas por uma geração à outra, somente devendo ser reformado por outro conhecimento por muitas vezes testado, experimentado e comprovadamente benéfico à manutenção da harmonia e da ordem sociais.

Adotado em diferentes tempos históricos e com a finalidade de propor a manutenção de diferentes ordens sociais ao longo dos anos, após a revolução de 1848 o pensamento conservador ganhou novas características em um ímpeto não mais de resgatar o antigo regime, mas de preservar a nova ordem social formada pós-revolução: a ordem burguesa do capital.

Diante deste novo contexto, os adeptos do conservadorismo passaram a compreender como necessária a Revolução que levou a burguesia ao poder,

instaurando uma nova ordem que precisava, agora, ser mantida. O objetivo da revolução, segundo Levin (2017), seria o de estabelecer uma nova ordem, mas não um estado revolucionário permanente, de modo que somente a promessa dessa nova ordem, a ordem burguesa capitalista, juntamente com os abusos da antiga, é que justificariam uma insurreição com o objetivo de estabelecer um arranjo político novamente estável.

O medo da continuidade do movimento revolucionário, permeado pelo conflito de classes, se apresentou à burguesia como uma necessidade teórico-ideológica de interromper o ciclo progressista e suas possibilidades de explicitar as contradições sociais ocasionadas pelo capitalismo, tendo em vista que estas se chocam com os limites do projeto de sociedade por ele proposto. Inicia-se, assim, o que Lukács (1968) convencionou chamar de “decadência ideológica”, marcado pela produção científica que escapa da realidade social, pela mistificação do pensamento e pela intenção de assegurar a ordem social.

Entre outros, merecem destaque os seguintes princípios conservadores: a legitimação da autoridade e liberdade fundadas na tradição; liberdade restrita; a concepção de democracia como ineficiente forma de governo; repúdio à laicização; percepção da razão em níveis destrutivos e incapaz de ordenar a vida social; naturalização da desigualdade. Esse destaque se justifica porque é possível perceber a atualização desses princípios na agenda política de sujeitos individuais, movimentos e partidos políticos de direita e extrema-direita do Brasil contemporâneo. (SOUZA; OLIVEIRA, 2018, p. 5).

A par dessas discussões iniciais, a compreensão das referências teóricas e ideológicas assumidas pelo Movimento Brasil Livre, que se manifesta como adepto do liberalismo conservador, demanda, a princípio, uma breve explanação acerca da construção e do desenvolvimento histórico dos eixos partidários nacionais, tendo em vista que as ideias por ele propagadas diferenciam-se, em determinados pontos, do liberalismo e do conservadorismo clássicos anteriormente apresentados.

Segundo Mourão (2008), a genealogia dos movimentos, ideários e partidos políticos brasileiros remonta ao período imperialista. Nesta época, a política era fundamentada em torno de dois grupos específicos, um formado por brasileiros e o outro por estrangeiros, representando, respectivamente, duas tendências nítidas: a independência e a consolidação dos vínculos coloniais, o liberalismo e o conservadorismo.

Os conservadores eram, portanto, monarquistas, herdeiros diretos do trono. Por sua vez, os liberais eram, essencialmente, brasileiros que propunham a liberdade da nação perante seus colonizadores. Franco (1980) explica que, a par de seus objetivos, o grupo liberal sofreu com discussões internas que o dividiram em duas vertentes: os moderados, que passaram a pleitear reformas no sistema monárquico, os quais, hodiernamente seriam chamados de reformistas, e os exaltados, que, radicalmente, requeriam a proclamação da república e do Estado federativo, espectro dos atuais partidos revolucionários.

Após a abdicação de D. Pedro I, estes grupos tornaram-se, a partir do alcance das camadas populares, partidos políticos de fato, nomeados como Sociedade Conservadora, Sociedade Defensora da Liberdade e Independência e Sociedade Federal, os quais, apesar de se constituírem em três organizações distintas, ainda guardavam a mesma dupla divisão ideológica de monarquistas e republicanos.

Segundo Paim (2018), esta dinâmica tripartite foi desconcertada em 1835 pela regência do Padre Feijó, considerado o fundador do Partido Liberal. A partir de então, a política retornou à velha bipolarização, de modo que monarquistas e alguns moderados fundaram o Partido Conservador, enquanto os radicais e outra parcela dos moderados formaram o Partido Liberal.

Os dois partidos não se distanciavam por ideologias diversas. Situavam-se ambos na filosofia liberal clássica, defendendo a livre iniciativa, o mínimo de intervenção do Estado no domínio econômico e as ideias gerais do liberalismo típico do século XIX. [...] Tanto os conservadores como os liberais eram, de modo geral e em número e peso igual, oriundos da burguesia ou da nobreza cujo poder se fundava na propriedade rural. Na pauta de uns e de outros esteve sempre, prioritariamente, a defesa dos interesses agrários. (MOURÃO, 2008, p. 50).

Neste sentido, os conservadores eram, assim, adeptos das ideias fundamentais do liberalismo, tal como eram os liberais. Apesar disso, as diferenças entre ambos se baseavam no fato de que os conservadores lutavam pela proteção do *status quo*, a manutenção da monarquia e a independência das decisões do governo em relação à vontade da população, enquanto que os liberais demandavam o sufrágio, requeriam a autonomia das províncias, pretendiam o parlamentarismo e proclamavam o poder do povo.

Embora estes fossem objetivos primários destes partidos, seus membros divergiam na forma como compreendiam que estes poderiam ser alcançados. Tais dissidências internas foram as propulsoras da pluralidade partidária, iniciada a partir do Segundo Reinado.

Com a Proclamação da República em 1889 e a força política adquirida pelos militares, a formação dos partidos políticos que compunham o Congresso, nitidamente, foi influenciada por duas correntes: a dos militares (conservadores) e a dos civis (liberais). Entretanto, com o objetivo de remediar os conflitos entre eles, o governo de Floriano pôs fim aos partidos existentes, reunindo as diversas militâncias no chamado Partido Republicano Federal e favorecendo o surgimento de partidos republicanos regionalizados.

Conforme explica Paim (2018), devido ao fato de que, durante a República, não foram formadas grupos partidários duradouros, o país não dispunha de correntes de opiniões nítidas, passando a ser típica somente a dicotomia governo *versus* oposição.

Somente nas primeiras décadas do século XX é que voltaram a surgir as correntes do militarismo e do civilismo. O primeiro, conforme Motta (2008), em seu ímpeto conservador, lutava pela continuidade das oligarquias estaduais no Partido Republicano Conservador, que reunia todos os governadores dos estados, com exceção da Bahia que era civilista, enquanto o segundo retomava as ideias liberais, dando origem, de modo sucessivo, ao Partido Republicano Liberal, à Reação Republicana e ao Partido Democrático, de alcance regional.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, estes partidos deixaram de existir, sendo substituídos por clubes de militares e civis e pequenos núcleos ideológicos, dentre os quais o do Partido Comunista e a chamada Ação Integralista Brasileira (AIB). Esta última, segundo Mourão (2008), orbitava no mesmo contexto sociopolítico do fascismo italiano, reunindo integrantes da classe média, militares e da burguesia de Direita, com propostas violentamente anticomunistas, encontrando seu fim com a instauração do Estado Novo em 1937.

Durante a política do Estado Novo, os partidos políticos nacionais foram extintos, de modo que todos os partidos que participaram da Constituinte de 1934 eram de nível estadual e, após a aprovação da Carta Constituinte, estes também foram abolidos.

Com o fim do Estado Novo, esboçaram-se algumas agremiações afeiçoadas às correntes de opinião. Simplificadamente, o Partido Social Democrata (PSD) correspondeu ao segmento conservador, a União Democrática Nacional (UDN) ao liberal e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao trabalhista (social-democrático). Mas a vigência do sistema eleitoral não ajudou a que o processo se concluísse. (PAIM, 2018, p. 106).

Além dessas, existiam também outras agremiações que, apesar de se proporem nacionais, tinham maior representação estadual, sendo todos extintos pelo Ato Institucional n. 4 em 1965. Com o fito de auxiliar na aprovação de matérias no Congresso, o governo militar pretendia reduzir o número de partidos para dois, obrigando deputados e senadores a se filiarem a eles.

As correntes partidárias voltaram a se reduzir somente em partido do governo e partido da oposição. Nasceram, assim, respectivamente, a Arena – Aliança Renovadora Nacional e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Como consequência, o bipartidarismo induziu a união de liberais, socialistas, comunistas e também alguns conservadores contrários ao golpe no partido de oposição, aglutinando essas diversas correntes de opinião, e a de conservadores da extrema Direita no partido do governo.

A partir da Anistia, na década de 1980, foi instituído o pluripartidarismo, permitindo que cada indivíduo pudesse se filiar àquele que correspondesse à sua corrente ideológica. Ao lado dos partidos, movimentos sociais também passaram a se formar e a propagar livremente diversos ideais.

A aglutinação dessas diferentes ideias ao longo dos anos, sobretudo nos períodos de extinção de partidos políticos e bipartidarismos, permitiram que dois opostos, o conservadorismo e o liberalismo, promovessem concessões recíprocas e formassem os ideários do Conservadorismo Liberal e Liberalismo Conservador, as quais combinaram valores e posições de cada corrente em relação a determinados temas.

O Conservadorismo Liberal é explicado por Pondé (2013) como uma ideia adotada por indivíduos que são conservadores no campo político-econômico, defendendo a Constituição, o Estado de Direito, a vida dentro das instituições e não qualquer forma de ruptura institucional a favor de uma utopia, resguardando, ainda, o mercado como a melhor forma de fazer com que pessoas desconhecidas cooperem para produzir riqueza e serviços para toda a sociedade. Apesar disso,

esses indivíduos são liberais em termos de moralidade, compreendendo que as pessoas devem ser capazes, uma vez vivendo dentro da lei, de agir e de decidir livremente dentro das relações de que participam.

Por outro lado, nos termos simples descritos por Verde Sobrinho (2018), os adeptos do Liberalismo Conservador defendem o liberalismo econômico, pregando a liberdade plena e desvigiada do mercado, sem interferências estatais na livre iniciativa, e o conservadorismo social, requerendo, dentro das relações sociais, a força e a censura do Estado, o qual deve impor regras comportamentais como sustentáculos da moral, da família tradicional e dos bons costumes, tendo em vista que a liberdade nesse contexto traria desordem social.

Paim (2018), inclusive, explica que foi na fase de consolidação do liberalismo clássico nos principais países, decorrente dos processos de democratização ocorridos entre 1780 e 1860 que a vertente do liberalismo conservador surgiu.

Obviamente, estes ideários não são produtos da construção da política brasileira ao longo dos anos, mas correntes de pensamento presente em diversas nações. No entanto, a conturbada formação dos ideais políticos brasileiros, bem como a instituição do pluripartidarismo foram fatores facilitadores da inserção destes ideais na dinâmica dos movimentos políticos nacionais, como o MBL.

Segundo Firmino (2016), os levantes propostos por estes movimentos em defesa dos princípios do livre mercado se combinam com objetivos conservadores que tendem a naturalizar a histórica desigualdade socioeconômica do país, rejeitando, sobretudo, mesmo as tímidas medidas de distribuição de renda e inclusão social adotadas pelo Estado.

Essa combinação de ideias, inclusive propagadas pelo MBL, promove a insurgência de um liberalismo *à la brasileira*, que, apesar de guardar semelhanças com os ideias do liberalismo conservador de outras nações, tem conotações próprias que se encaixam, como se discutirá a seguir a partir das análises dos discursos levantados neste trabalho, no contexto sociopolítico e econômico do Brasil.

3.2 DO ESFORÇO PARA O ARREGIMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA À DESESTABILIZAÇÃO DOS GOVERNOS DE ESQUERDA

Um Governo do povo, pelo povo, para o povo. Esta definição de Democracia trazida de modo simplista por Abraham Lincoln foi perpetuada ao longo da história como a indicação da essência desta forma de Estado. Adotada por uma maioria dentre as nações, a democracia deixa em evidência um ator principal, que detém o poder de governar segundo seus próprios interesses: o povo. O “povo”, no entanto, não é uma população definida e, por esta razão, levanta debates que tendem a incluir e excluir populações que, ao reunir indivíduos com características socioeconômicas semelhantes, forma o que Marx chamou de classe:

Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e a sua cultura daqueles das outras classes e as colocam em posição hostil a essas outras classes, elas formam uma classe. Na medida em há apenas uma interconexão local entre esses camponeses de pequenas propriedades, e a identidade de seus interesses não gera nenhuma comunidades, nenhum elo nacional e nenhuma organização política entre eles, tais pessoas formam uma classe. (MARX, 2011, p. 180).

Esta ideia também traz o sentido de que a divisão da sociedade e, conseqüentemente, do próprio povo em classes não é recente. Conforme Marx e Engels (2010, p. 7), “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”, repartidas em uma escala graduada de condições sociais que produzem divisões hierárquicas. No entanto, é na presente época que os antagonismos de classe foram simplificados, dividindo, cada vez mais, a sociedade em campos opostos e intensificando a luta entre eles pelo alcance do poder e de seus interesses.

Butler (2018, p. 10), ao pensar sobre este assunto, traz o argumento de que “quando a luta para definir quem pertence ao ‘povo’ se intensifica, um grupo contrapõe sua própria versão de ‘povo’ àqueles que estão de fora, os que considera uma ameaça ao ‘povo’ ou opositores da versão proposta de ‘povo’”. O que significa que qualquer versão de “povo” tende a não ser completamente inclusiva, apesar de isso ser um objetivo permanente na democracia.

Estas linhas que delimitam quem pertence ou não ao povo provêm, mormente, de movimentos discursivos traçados dentro de comunidades nas quais as pessoas são unidas por características identitárias em comum, como questões raciais, por exemplo, ou por ideais político-partidários similares.

Observa-se, no entanto, que em países tomados por desigualdades sociais, a democracia tende a apresentar contradições internas. Isto porque é a partir delas que surgem diferentes pontos de vista e objetivos nos governos. Estas desigualdades tendem, assim, a formar minorias que, reconhecendo-se também como parte da sociedade, requerem sua participação no que se denomina “povo” e, assim, no poder.

Em 1825, Thomas Jefferson, terceiro Presidente dos Estados Unidos, trazia que, em razão das circunstâncias em que se encontram, os homens exprimem suas opiniões e as transformam em ideais de poder. Assim, alguns se denominam democratas, liberais, conservadores, aristocratas, etc. Segundo ele, os três últimos grupos temem o povo e querem transferir o poder para as classes mais altas da sociedade, enquanto o primeiro considera o povo como o mais seguro repositório de poder.

O exercício da democracia envolve, assim, um jogo de interesses e poderes que são defendidos e exercidos por pessoas influentes econômica e socialmente, autoridades públicas eleitas para cargos políticos e por organizações da sociedade civil que buscam, por meio de estratégias de convencimento, influenciar a sociedade a aderir a suas demandas e ideias.

Compreender essas diferentes interfaces e interesses que compõem a democracia é necessário para entender como determinadas expressões da vontade popular, como as Jornadas de Junho, ocorridas em 2013 e já debatidas anteriormente, por exemplo, podem colocar em cheque um determinado governo ou forma política que se reconhece e se autodenomina democrática, ainda que seus opositores questionem essa denominação.

Da mesma forma, Butler (2018) sugere que os discursos políticos, assim como os levantados nesta pesquisa, devem ser lidos não apenas nos termos da versão de povo que eles anunciam representar, mas das relações de poder por meio dos quais esses discursos são apresentados.

Ressalte-se que o embate destes discursos ideológicos no campo político é um fato recorrente, dando origem a inúmeras teorias, argumentos, réplicas, tréplicas

e explicações que tentam, de um lado, justificar os interesses de determinadas expressões da vontade popular e, de outro, condenar os interesses de outros movimentos, classes ou ideias.

Debatendo este tema, Ferreirinha e Raitz (2010) explicam que as relações de poder existentes entre o Estado, o mercado e a sociedade civil são tão complexas, intrínsecas, tácitas e interdependentes que, muitas vezes, é possível encontrar discursos desenhados por interesses individuais, o que pode ser chamado de relação de forças, as quais estão distribuídas de forma difusa por todo o tecido social.

Neste contexto, o MBL surge, assim, como um movimento mobilizado em prol de discursos de caráter liberal-conservador que tenderam a influenciar, como mencionado anteriormente, na derrocada do Estado Neodesenvolvimentista que, há pelo menos três mandatos políticos, fora promovido pelos governos petistas, além de propagar ideias de poder que se interligavam com ideais presentes tanto no liberalismo político quanto no conservadorismo dos costumes.

Saliente-se que tal mobilização, assim como ocorrera com outros movimentos de Direita surgidos no cenário político nacional em épocas anteriores, como discutido anteriormente em tópico específico, possuía um recorte de classe, representando os interesses de uma versão de “povo” concebida pelas classes mais abastadas da sociedade e caracterizada por valores heteronormativos e capitalistas.

Apesar de o MBL ter emergido em 2013 e ter feito uso de diversos meios de comunicação para alcançar adeptos, suas publicações de vídeos no YouTube somente se iniciaram no final de 2014 com críticas a apoiadores do então Governo Dilma Rousseff e convocando pessoas à financiarem e participarem dos movimentos pró-impeachment que já ocupavam as ruas.

Importante notar que o MBL, idealizado e criado por homens, tinha entre seus adeptos mais conhecidos também figuras masculinas, como Kim Kataguirí e Fernando Holiday. Esta face masculinizada do movimento também se fez presente entre os vídeos publicados no YouTube, os quais, inicialmente, foram gravados por figuras masculinas que, individualmente ou em grupo, expunham suas ideias. O chamamento de uma voz feminina ao canal somente ocorreu em 20 de agosto de 2015 quando Ollin, uma suíça, foi convidada a analisar as manifestações ocorridas no Brasil naquele e nos anos anteriores.

Neste ponto, passo a realizar, assim, uma análise acerca dos vídeos de mulheres publicados pelo canal do movimento no YouTube a partir da referida data, trazendo à tona as ideias por elas expostas e seus conteúdos.

Dessa forma, o vídeo gravado por Ollin e intitulado “Como uma estrangeira vê as manifestações no Brasil” conta com 2min21seg (dois minutos e vinte e um segundos) de duração e foi acessado via rede por mais de cinco mil internautas. Considero que, aparentemente, este vídeo não fora, de pronto, uma tentativa do movimento de incluir uma voz feminina para discutir pautas de seu interesse, tendo em vista que outros vídeos do tipo com mulheres discorrendo em um cenário sobre temas específicos somente voltaram a ser publicados em fevereiro de 2017, mais de um ano depois (MBL, 2017).

Na verdade, o fato de o MBL ter escolhido uma estrangeira proveniente de um dos países mais ricos do mundo, considerado um modelo de democracia participativa, para analisar os movimentos e a própria política brasileira naquele ano serve, aparentemente, como forma de dar maior confiabilidade aos seus próprios discursos.

Isso também se comprova quando Ollin inicia o vídeo afirmando que “é uma estudante de ciência política na Suíça” que acabou de “voltar de dois meses de estudo em Harvard”, provando, assim, ter conhecimento científico sobre o assunto. Seu discurso contextualiza a situação do país em termos políticos a partir das manifestações e questiona porque não ocorreram mudanças, como vemos a seguir:

Eu venho de um ambiente completamente diferente e o que eu estou vivendo aqui é completamente insano pra mim porque só a baixíssima aprovação da Dilma já teria causado uma reação enorme na Europa e aqui, mesmo com dois milhões de pessoas nas ruas, não há respostas dos políticos. As massas que observei no domingo não seriam ignoradas na Europa e não deveriam ser ignoradas aqui. E é por isso que as pessoas aqui estão ficando tão frustradas com o sistema. As manifestações não são apenas sobre tirar um político do poder, são sobre lutar contra um sistema profundamente corrupto que está destruindo todo o país. Vocês pagam os mesmos impostos que os europeus pagam, mas vocês não recebem nada em troca. Todo esse dinheiro apenas sustenta uma elite política corrupta que só trabalha por interesse próprio. E, ao mesmo tempo, vocês veem todo dia como a economia e as pessoas que fazem parte dela estão sofrendo. A elite política que vocês têm ficou muito distante da população e isso não é aceitável e está muito longe de ser democrático.

O que se percebe no discurso de Ollin, inicialmente, é que, ao tempo em que, aparentemente, demonstra conhecer a realidade brasileira em termos políticos, seu discurso evidencia a desconsideração das políticas sociais adotadas pelo governo de Dilma Rousseff que, assim como seu antecessor, voltava-se para o suprimento de demandas sociais e a mitigação das desigualdades por meio de intervenções estatais nos mais diversos setores da sociedade, com destaque para os investimentos na educação básica e superior e a ampliação de recursos e programas destinados à saúde, à moradia e à infraestrutura, como a criação do Programa Universidade Para Todos – PROUNI, do Programa Mais Médicos, do Programa Minha Casa Minha Vida e da transposição do Rio São Francisco, entre muitos outros.

Assim, ao afirmar em seu discurso que os impostos recolhidos pelo Governo Federal sustentam apenas os esquemas de corrupção, além de demonstrar um desconhecimento das políticas sociais implementadas pelos governos de Esquerda, Ollin também demonstra a tomada de uma posição de contestação daqueles governos, calcada em uma visão deturpada da realidade que aprecia somente suas possíveis falhas.

Ainda, Ollin, em sua narrativa, também coloca as políticas social e econômica europeias como um modelo a ser seguido e perseguido pelo povo brasileiro, notadamente no que diz respeito à ideia do Estado de Bem-Estar Social, adotada em países da Europa Ocidental, como é o caso da Suíça, por exemplo.

Este modelo favorece a adoção da ideia de que o Estado, para garantir o exercício dos direitos fundamentais pelo povo, deve utilizar de mecanismos da política social para proteger os indivíduos da “mão invisível” do mercado.

Como explicam Wolf e Oliveira (2016), o Estado de Bem-Estar Social deve ser compreendido como instrumento capaz de intervir nos processos de produção e distribuição da riqueza. Assim, com o objetivo de atender as necessidades individuais fundamentais, este modelo de Estado implementa políticas públicas que resultam da correlação de forças entre os diferentes grupos que compõem a sociedade em um determinado momento histórico.

No entanto, constituindo as políticas públicas um resultado da interação entre esses grupos e da capacidade que cada um deles possui de impor seus interesses sobre os demais, o que é, mormente, determinado pela representação que possuem no Estado, é correto considerar que as políticas públicas são a materialização dos

interesses dos grupos que detêm o poder, a depender de circunstâncias econômicas, políticas e sociais específicas.

Este Estado de Bem-Estar Social europeu, portanto, tende a impor as ideias dos grupos mais fortes sobre os mais fracos, menos numerosos e marginalizados. Assim, as políticas públicas que, aparentemente, visam assegurar os direitos dos indivíduos a partir, por exemplo, da aplicação dos impostos em serviços de utilidade pública, tendem, de um lado, a assegurar a reprodução das relações entre esses grupos, mas ocultam, por outro, a hierarquia existente entre eles, promovendo uma falsa ideia de igualdade social que, facilmente, é aceita pelo povo.

Desse modo, a ideia do Estado de Bem-Estar Social é, aparentemente, divergente do modelo liberal-conservador em razão das ideias por este propostas de não-intervenção do Estado. No entanto, como explica Santin (2000), em muitos contextos histórico-sociais este modelo tende a adotar, dependendo de quem se encontra no poder, alguns princípios liberais, tomando o Estado um papel residual, atendendo as necessidades básicas dos indivíduos e, ao mesmo tempo, assegurando o funcionamento da economia, sem modificar, portanto, os interesses do capital para atender aos interesses do povo.

Conforme Wolf e Oliveira (2016), esse modelo, além de se restringir somente ao atendimento das necessidades mais básicas, se caracteriza também por uma regulamentação mínima do mercado e das relações de trabalho, bem como pela ausência de estímulo à oferta e demanda por trabalho. Isto implica em um baixo grau de coesão social, fazendo com que os indivíduos dependam mais do mercado para recorrer a serviços como educação e saúde de qualidade, levando, assim, a níveis mais acentuados de desigualdade social, miséria e pobreza, como ocorre em alguns países que adotam o modelo de Estado de Bem-Estar Social anglo-saxão.

Esta preocupação com os interesses econômicos transmutada em uma preocupação com o povo foi, inclusive, expressa no discurso de Ollin acima transcrito, se sobressaindo no argumento de que “[...] vocês veem todo dia como a economia e as pessoas que fazem parte dela estão sofrendo”.

Para Chomsky (2018, p. 143), discursos como este recorrem ao que ele chama de “engenharia do consentimento” ou “fabricação de consumidores”: para os grupos que propagam essas alocuções, mormente grupos da elite, como o MBL, por exemplo, é necessário controlar as massas por meio de crenças e atitudes, fabricando nelas necessidades e tornando indispensável a suas vidas a aquisição de

determinados serviços, posições ou políticas públicas do Estado. Na verdade, como afirma o autor, esta é uma forma de manipular a concordância da população em relação às decisões da minoria elitizada, colocando-a “em seu devido lugar” e tornando-a “um rebanho confuso” que não questionará qualquer comando.

Esta estratégia de controle das massas também pode ser vislumbrada no discurso da advogada Janaína Paschoal, proferido em praça pública em 05 de abril de 2016. Apesar de Janaína não ser militante do MBL, seu discurso foi veiculado por ele em seu canal do YouTube e publicado sob o título “Discurso de Dra. Janaína Paschoal em ato pró-impeachment”, o qual já conta com mais de 78 mil visualizações², abaixo transcrito:

[...] estamos no momento de reflexão. Mais do que parar pra refletir sobre o impeachment, para o que há motivos de sobra, é o momento de discutir a que Deus nós queremos servir. É ao dinheiro? Nós queremos servir a uma cobra? O Brasil não é a república da cobra. [...] Mas nós não vamos abaixar a cabeça, porque desde pequeninha que o meu pai me disse, Ricardo o meu pai, ‘Janaína, Deus não dá asa pra cobra’. Aí eu digo pra ele: ‘mas pai, as vezes a cobra cria asa’. Mas quando isso acontece Deus manda uma legião para cortar as asas da cobra. Nós queremos libertar o nosso país do cativeiro de almas e mentes e não vamos abaixar a cabeça pra essa gente que se acostumou com o discurso único. Acabou a República da cobra!

A construção do consentimento popular ou a “fabricação de consumidores” naquela época se beneficiou, conforme se apercebe do citado discurso, da orientação religiosa da população brasileira, cuja maioria pertence à crença cristã, sendo esta associação entre política e religião fundamental para a articulação dos movimentos pró-impeachment também junto às Igrejas, fazendo da religiosidade um elemento importante para levar o povo a combater o Governo de Dilma Rousseff.

Para Simões (1985), a associação da política com a religião é um argumento constante nos movimentos políticos brasileiros, sendo, inclusive, mais preponderante que aqueles relativos a projetos político-econômicos. É comum, portanto, que, sobretudo nos movimento mais conservadores da Direita, os oradores associem os governos de Esquerda a uma ameaça comunista à moral e à nação, agindo os políticos de Direita como defensores de Deus, da pátria e da família, mobilizando, a partir deste ideal, amplos setores da população. Estes discursos,

² O quantitativo de visualizações é referente à data de 12 de janeiro de 2019, quando foram coletados os dados em análise na presente pesquisa.

portanto, são marcados por um ímpeto conservador que tende a colocar a moral, sobretudo a moral religiosa, como um condicionante importante dos atos governamentais, os quais não devem contrariá-la.

Apesar de Janaína Paschoal não ter relações diretas com o Movimento Brasil Livre, sua presença em mobilizações liderados pelo MBL, bem como a propagação de seus discursos pelos canais digitais do movimento promoveram uma associação popular de sua figura com ele. Em seu discurso, é clara a intenção de mobilizar o povo contra o que chama de “governo da cobra”, promovendo, por meio do uso da fé em atos políticos, o sentimento de que o povo seria a “legião” mandada por Deus para acabar com o veneno da cobra que contamina toda a sociedade, ou seja, de Dilma Rousseff, bem como do Partido dos Trabalhadores (PT) e demais representações da Esquerda brasileira.

O apelo a este conteúdo ideológico religioso foi, inclusive, repetido por parlamentares ao motivar seus votos favoráveis ao impeachment da então Presidenta. A religião, portanto, tem um efeito prático para o liberal-conservadorismo proposto pelo MBL: a capacidade de despertar, ao mesmo tempo, o temor e o apoio do povo aos seus discursos.

Este temor religioso também se sobressai no argumento, há muito difundido, da ameaça ateísta que representa o comunismo. Historicamente, o posicionamento filosófico, político e ideológico de socialistas foi contextualizado sob uma ideia de contrariedade aos princípios religiosos. Isto porque, como explica Piva (2005), muitos adeptos desta ideia eram, manifestamente, ateus, como Marx, Engels, Lenin e Meslier, compreendendo a religião como um instrumento de dominação do povo, cuja finalidade era sua manipulação por reis, sacerdotes e demais pessoas que estivessem no poder.

Ames (2006) explica que a fé é compreendida, assim, como um instrumento de governo, levando o povo a temer o Estado e alguns governantes como se seus atos fossem uma ofensa a Deus. Obviamente, o ateísmo não é um posicionamento aceito universalmente por todos os adeptos da doutrina socialista, mas foi utilizado, por grupos conservadores, como recurso desabonador de governos e movimentos de Esquerda, atribuindo-os ações de proibição do livre exercício das religiões e de destruição dos valores familiares e cristãos.

Ainda, o discurso religioso propagado por vozes femininas, como a de Janaína, por exemplo, reitera um padrão histórico de mobilização social presente no

Brasil e que remete à ideia de que as mulheres, por estarem mais envolvidas e ter maior participação nos trabalhos da Igreja, como a organização de grupos de apoio e oração, podem representar um grande impulso às campanhas de desgaste governamentais através do uso de símbolos cristãos em um país cuja população é, predominantemente, cristã, arregimentando, assim, a opinião pública.

Donadia e Mulinari (2016) fazem uma observação relevante para a análise do referido discurso ao explicar que, para alguns liberais, os discursos políticos pautados em crenças religiosas se contrapõem à defesa da neutralidade das instituições públicas e da autonomia e liberdade dos indivíduos em seguir ou não uma religião. Sendo assim, a religião deveria permanecer somente na esfera privada para que os valores liberais democráticos continuassem abertamente expressos.

No entanto, ao observar o uso de fundamentos religiosos no discurso de Janaína, é possível perceber que este apelo a credices, ainda que contraposto aos referidos ideais liberais, servem a esta ideia quando auxiliam sua expansão entre os adeptos de determinada crença ao evocar princípios e valores a ela consonantes.

Neste ponto é necessário atentar para o fato de que os discursos anteriormente analisados demonstram que a participação das mulheres no MBL em seus canais de internet não é sistemática e não representa uma política do movimento, sobretudo quando consideramos que estes dois primeiros discursos não foram proferidos por mulheres que, de fato, participassem do movimento.

São usados, assim, vídeos de mulheres representativas na sociedade que, de alguma forma, contribuem para questionar o direcionamento político e econômico vigente, principalmente aqueles situados mais à Esquerda do espectro político. Este fato também pode ser comprovado em razão da falta de veiculação de conteúdos expressos por mulheres através do MBL logo após a conclusão do impeachment. Ainda, é certo afirmar que o próprio MBL arrefeceu suas críticas e suas mobilizações em praça pública após o impeachment.

Sobre isso, Butler (2018) traz que essas representações populares nas ruas são, invariavelmente, transitórias e essa transitoriedade está relacionada justamente à sua função crítica, se perdendo nas formas de governo que apoiam e instituem. Isso significa que, ao perder sua função crítica, o movimento dá legitimidade ao governo que se instituiu em razão das movimentações por ele produzidas, tendo, portanto, seu apoio.

A teoria levantada por Butler se comprova quando postos em análise os vídeos no canal do MBL. Isto porque, após a “conquista” do impeachment e a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, as críticas relacionadas ao Poder Executivo cessaram, restando somente, como se observará a partir dos discursos colacionados a seguir, aquelas direcionadas à Esquerda, aos partidos deste espectro e, em alguns casos, ao Poder Legislativo.

Neste sentido, o primeiro discurso feminino publicado no canal do MBL no YouTube após o impeachment foi uma reprodução de um vídeo publicado nas redes sociais da vereadora Carol Gomes, no dia 06 de janeiro de 2017, que versa sobre questões pontuais da Prefeitura do Município de Rio Claro – SP.

Sob o título “Vereadora Carol Gomes luta contra o aumento de assessores em Rio Claro”, o discurso é uma crítica direcionada a um projeto que aumentava os gastos do Município em R\$ 15 milhões com a contratação de pessoas em cargos comissionados. Em seu discurso, Carol mobiliza a população a pressionar vereadores para que barrassem a aprovação do projeto na Câmara Municipal.

Necessário ressaltar que a vereadora Carol Gomes, filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e eleita em 2016, é também coordenadora do Movimento Brasil Livre, sendo uma dentre os sete candidatos lançados pelo movimento e eleitos naquele ano. Sem adentrar no mérito da legitimidade do discurso de Carol acerca dos gastos no Município de Rio Claro, o conteúdo do vídeo ainda traz críticas a partidos de Esquerda, especificamente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), conforme se depreende do trecho abaixo:

[...] A cidade enfrenta uma crise muito grande gerada pela administração passada, PT, PMDB. Hoje não temos dinheiro em caixa pra pagar o nosso funcionalismo público e nem as férias remuneradas dos funcionários da educação. Por isso, eu peço ajuda contribuinte em todos os quatro anos do meu mandato para que possamos fazer desse mandato o mandato que vai atender a demanda da população acima de qualquer interesse individual e é por isso que eu vou continuar lutando.

A culpabilização da Esquerda pelo desmoronamento da política, da economia e dos maus resultados da Administração Pública não é uma novidade atinente apenas ao liberal-conservadorismo brasileiro. Na verdade, o Memorando Powell, datado de 1971 e enviado por Lewis Powell para a Câmara de Comércio dos

Estados Unidos denota que esta é uma estratégia adotada pelos idealistas liberais há muitos anos. Segundo o memorando, os comunistas e a Esquerda são os responsáveis por destruir o sistema inteiro, tanto o político quanto o econômico, tomando força na mesma medida em que seus adeptos crescem a cada ano e em que têm acesso a mais recursos financeiros, públicos ou privados (HOELEVER, 2016).

Ainda, o discurso acima transcrito, conforme Chomsky (2018), traz uma tendência característica do liberalismo: a contestação da autoridade de instituições políticas, como o Poder Executivo, incitando uma maior participação e controle da população contra uma suposta concentração de poder no âmbito destas, em favor da restauração deste poder aos legítimos representantes do povo situados nas instituições legislativas, como é o caso do Congresso e da referida Câmara Municipal de Rio Claro, por exemplo.

O discurso de Carol Gomes revela, assim, não apenas uma simples oposição política ou uma crítica ao que compreende como uma má gestão dos recursos públicos, mas a prática de tendências próprias das ideias liberais, como a utilizada pelo Memorando Powell acima descrita, que também são levantadas pelo MBL em outras alocações.

Dentre essas alocações, pode-se citar a reprodução de um vídeo no canal do Movimento no YouTube que foi copiado de uma sessão no Senado realizada em 30 de junho de 2017 e que narra críticas da Senadora Ana Amélia Lemos, do Partido Progressista, ao ex-Ministro da Casa Civil José Dirceu. Sob o título “Senadora Ana Amélia destrói Dirceu e seu artigo na Folha de São Paulo”, o vídeo descreve, por meio de uma crítica veemente, a defesa de Ana Amélia à Operação Lava-Jato e a condenação daquilo que chama de “herança do PT” e com a qual o MBL exprime concordância.

Eu pergunto ao articulista José Dirceu: que herança? Que legado? Inflação elevada? Zuru nas alturas? 13 milhões de desempregados (agora 14 milhões)? Déficit público aumentado? Déficit na previdência? Falta de credibilidade? Falta de investimento? Aparelhamento do Estado? Mensalão? Petrolão? Foi essa a herança? Ou não? Nós tínhamos uma taxa de juros no final do Governo Dilma Rousseff de 14%, hoje, decisão do Banco Central ontem, 10,25%. A inflação, pelos dados que temos, saltou de 5,9% para 9,2%. O desemprego subiu de 5,3 para 8,2. O PIB partiu de um crescimento de 7,5 ao ano para uma retração, decréscimo de 3,9% ao ano. A dívida interna aumentou em mais de 70%. E algumas das

maiores empresas do país tiveram perda expressiva de valor de mercado, como a Vale, com uma queda de 63,4% no valor da ação, e a Petrobrás, com recuo ainda maior, de 55,8% na cotação do papel. Este é o legado. Esta é a herança deixada pelos 13 anos.

Antes de adentrar no discurso propriamente dito, é necessário fazer considerações acerca do título do vídeo, especificamente do termo “destrói”. Em comparação aos demais vídeos publicados pelo canal do MBL, inclusive recentemente, este termo tem sido comumente aplicado para definir o que seus integrantes chamam de “mitadas históricas”, acompanhado de uma cena de óculos³ caindo sobre o rosto do interlocutor com a expressão “*deal with it!*”⁴ e ao som do rap “Turn Down for What?”⁵.

Para Gouveia (2016), o uso desses elementos, assim como o termo “destrói”, é uma reinvenção do personalismo na política criado por uma nova geração de idealistas, mormente de Direita ou Extrema-Direita, como é o caso do MBL, no intento de construir uma figura de linguagem que alcança, através de seu discurso, a humilhação do oponente e do partido de oposição. Esta via, segundo o autor, apesar de ter um grande apelo popular e alcançar carisma para o interlocutor, não frutifica quando se retira o foco do discurso proferido para as ações de quem profere, as quais, na maioria das vezes, não o evidenciam como um político diferente dos demais.

Esta teoria proposta por Gouveia (2016) de que o discurso político não condiz com a ação política pode ser, inclusive, exemplificada com o caso específico da própria Senadora Ana Amélia que, apesar das críticas veementes à corrupção dos governos de Esquerda, em 2018, concorreu ao pleito eleitoral como vice do candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin, do PSDB. Naquela época, Alckmin era acusado de estar envolvido, assim como alguns políticos filiados ao PT e PMDB, em esquemas de corrupção ligados à construtora Odebrecht.

Isso demonstra que, a despeito da “destruição” e da “mitada história” do discurso de Ana Amélia, ela ainda representa “mais do mesmo”, inclusive porque,

³ O uso deste discurso visual representado pelos óculos escuros surgiu em fóruns da Internet no ano de 2011, aproveitando-se da frase “*deal with it*” já difundida desde 2005 por um usuário da rede social MySpace chamado Matt Furie. A partir de então, a prática foi difundida para os diversos países e utilizada no Brasil para diversos fins e por apoiadores de todos os espectros políticos nacionais (SANTOS; CHAGAS, 2018).

⁴ Em tradução livre: “Lide com isso!”.

⁵ Música do artista francês DJ Snake em colaboração com Lil Jon. Em tradução livre: “Pegar leve pra quê?”.

como informa Macedo (2017), ela mesma encontra-se citada nas listas de políticos beneficiados por propina da referida construtora, sob o codinome “coluna”.

Em relação ao discurso proferido por Ana Amélia e acima compilado, é necessário ressaltar que, quando de sua enunciação, Michel Temer já ocupava a Presidência da República há, pelo menos, dez meses e que, apesar da redução da inflação e dos juros mais baixos, mencionados pela Senadora, todos os demais indicadores econômicos e sociais daquela época apresentaram saldos negativos: a economia havia recuado 1,4%, a indústria caiu 2,1%, o setor de serviços recuou 1,7%, o consumo das famílias apresentava retração de 1,9%, o investimento externo tinha perda de 6,1% e a taxa de desemprego havia disparado de 11,3%, no final do Governo Dilma, para 13,7% após o primeiro trimestre de 2017 (CARNEIRO, 2017).

Na análise de Dunker (2019, p. 22) esta atitude de responsabilizar os governos anteriores da Esquerda, inclusive, pelos resultados negativos do governo atual é uma característica dos partidos, movimentos e idealistas de Direita, dentre os quais o MBL. O autor denomina de “atitude de aposta” a postura destes movimentos que observam a barbárie sempre no outro lado e, mesmo quando visualizam pontos negativos no seu próprio modo de governar, pensam “melhor assim, porque outra coisa não dá”.

Esta atitude, inclusive, reflete no próprio discurso e na ideia das “mitadas”, tornando-os um ciclo ininterrupto. Isto porque, como novamente explica Dunker (2019) o sujeito pode sair orgulhoso de um debate por ter “destruído” o argumento daquele que considera como seu oponente, mas este orgulho funciona como uma anestesia provisória da moral. Segundo o autor, esta anestesia vai sendo corroída pela observação de que a barbárie e os pontos negativos também estão presentes no seu ideário, de modo que esta necessitará, cada vez mais, de outros atos de exibição “mitadores históricos” que purifiquem sua moral. É o que ocorre, por exemplo, com os discursos do MBL.

Ainda, é interessante ressaltar a menção, no discurso de Ana Amélia, a episódios de corrupção política, como o Mensalão, emanado do repasse periódico de recursos públicos a parlamentares no Congresso Nacional para apoio ao Governo Federal, e o Petrolão, correspondente ao esquema de corrupção ocorrido na Petrobrás que envolvia desvio de recursos, superfaturamento de obras e lavagem de dinheiro.

Apesar do envolvimento de filiados de partidos de Esquerda e Direita em ambos os episódios, o discurso de Ana Amélia, assim como ocorre em muitos outros debates propostos pelo MBL, tende a determiná-los como uma “herança” de governos da Esquerda, mormente em razão de terem sido esquemas revelados durante os mandatos de Lula e Dilma (2003-2016).

Entretanto, Castells (2018) aponta para uma incongruência nesta determinação, tendo em vista que é o modelo neoliberal que apoia a ideologia do consumo como valor e do dinheiro como sucesso, dando grande relevância à satisfação imediata monetizada do indivíduo. E é justamente esta ideologia aplicada na política que faz com que os indivíduos que detêm posições de poder aproveitem-se destas para buscar o sucesso pessoal e a acumulação de capital através da política. A ironia, neste sentido, é de que corrupção é, assim, um resultado do modelo neoliberal, ora pregado pelo MBL, e não das ideias tradicionais, sejam as igualitaristas de Esquerda ou as conservadoras de Direita.

A despeito dos discursos emanados de mulheres que, ainda que somente em determinado momento histórico, tiveram grande espaço nos debates públicos, como a advogada Janaína Paschoal e a Senadora Ana Amélia, somente em 13 de junho de 2017 é que o Movimento Brasil Livre voltou a publicar, em seu canal do YouTube, vídeos de mulheres que, de fato, integravam o movimento discorrendo acerca de críticas à política nacional com conotações liberais e conservadoras.

Naquela data, o Movimento publicou o discurso de Francine Galbier, uma de suas principais lideranças femininas, responsável pela organização das redes sociais do movimento e que se tornou, por meio de seus discursos inflamados e sua eloquência, uma das mulheres mais conhecidas do MBL.

Necessário ressaltar que grande parte dos discursos que tem como tema discussões sobre a política nacional publicada a partir da referida data guardam apontamentos não somente sobre ideais liberais-conservadores, ainda que camuflados em uma crítica aos fatos, mas também menções indiretas a questões de gênero e ao patriarcado que serão discutidas em momento oportuno.

No vídeo “Petistas atacaram jornalista e culpam a vítima”, Francine discorre acerca de agressões feitas, supostamente, por eleitores do PT à economista Miriam Leitão dentro de um voo em que ela estava. Segundo Francine:

[...] ela foi agredida por sicários delegados do PT que estavam no mesmo voo que ela. Ela foi xingada, perseguida, constrangida, humilhada, chamada de terrorista durante duas horas por essa gente que não sabe como conviver num ambiente democrático porque o que eles gostam, o que eles querem, o que eles defendem é uma ditadura.

Esta crítica remonta, inclusive, uma dúvida pertinente na teoria conservadora de Edmund Burke, a de que: seria possível a sobrevivência do Estado Democrático diante das expressões indisciplinadas de soberania popular ou estas, assim como os governos populares, se degenerariam em uma tirania da maioria? (SCRUTON, 2017).

A tirania da maioria, segundo Fontana Filho et al (2017, p. 203), refere-se ao quantitativo político se sobrepondo àquilo que não lhe é de competência discutir, analisar ou mudar, dentro do que se inserem os direitos individuais. De forma mais simples, os autores explicam este conceito através do seguinte exemplo: “se eu não machuco outras pessoas, não devo, em decorrência, ser impedido de prosseguir com meus hábitos e interesses e, se o for, haverá tirania da maioria”.

Ao que indica o discurso acima transcrito, o advento da tirania da maioria, consubstanciada, como mencionado, numa “ditadura” que poderia impedir Miriam Leitão de analisar e criticar o Partido dos Trabalhadores e seus filiados nos meios de comunicação, enquanto jornalista e economista, é o resultado mais condizente com os efeitos dos governos de Esquerda (ou do PT, propriamente) nas estruturas do Estado Democrático.

Esta forma de conceber os governos de Esquerda ou a própria democracia é, como alude Souza (2016, p. 364), uma consequência do conservadorismo, do estreitamento do horizonte sociopolítico burguês, previsto por Marx (2011). Em seu livro “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, afirmou que toda e qualquer reivindicação de reforma financeira, do mais formal republicanismo ou da mais banal forma de democracia é punida, pelos conservadores, como um “atentado contra a sociedade”.

O discurso de Francine continua da seguinte forma:

[...] O PT teve a capacidade, a cara de pau, a coragem de soltar uma nota oficial tentando colocar a culpa na vítima, dizendo que a jornalista trabalha pra Globo e a Globo é uma das grandes responsáveis pelo clima de radicalização e ódio que existe hoje no país. A grande mídia tem a sua parcela de culpa nisso, mas os grandes responsáveis pelo clima de radicalização e de ódio que

existe hoje no país são os partidos de extrema Esquerda, o PT e os outros partidos de Esquerda que agridem, que perseguem, que tentam censurar, que praticam violência contra todo mundo que não concorda com eles. São eles que são terroristas, eles são fascistas e eles não aceitam divergência de ideias.

A partir destes argumentos da componente do MBL, é possível observar, na prática, o que Butler (2018) quis demonstrar ao afirmar que a democracia é um termo discursivo estratégico: as alianças políticas estratégicas exigem que se considere, em determinadas ocasiões, um grupo como terrorista. Isto é uma forma de discurso que se apoia em um esforço do marketing e da propaganda para materializar a ideia na população de que alguns tipos de governo ou movimentos populares não devem ser chamados de democráticos. Com base nisso, requerem apoio desta mesma população para que concretizem uma democracia mais inclusiva e substantiva que não pode ser materializada pela ideia de governo do grupo oposto.

Ressalte-se que a atribuição do fascismo aos governos de Esquerda ou Direita tem formalizado debates constantes entre apoiadores de ambos os posicionamentos políticos. A princípio porque, como informam Fontana Filho et al (2017), os líderes de regimes fascistas e nazistas alcançaram o poder por vias legais e democráticas. Posteriormente, o utilizaram de maneira absoluta para suprimir a democracia e os direitos individuais, o que, inicialmente, poderia ser um ato concretizado por qualquer um que conseguisse governar, independente do espectro político em que se posicionasse.

Segundo porque, como explica Rollemberg (2017), o fascismo surgiu logo após a Primeira Guerra Mundial, proposto por um egresso da Esquerda socialista – Mussolini – como um movimento do campo da Direita contrário ao socialismo marxista, vitorioso na Revolução Russa de 1917, e ao capitalismo liberal que ainda havia na época, trazendo, por isso, uma confusão acerca das posições políticas que assume, assim como o nazismo.

Esta confusão, inclusive, ainda persiste nas discussões trazidas por membros do Instituto Ludwig von Mises Brasil, organização que promove a difusão dos ensinamentos econômicos de Mises, os quais, inclusive, são expressamente adotados pelo MBL.

Segundo Mueller (2015, p. 7), membro deste Instituto, apesar das ideias anticapitalistas e antifascistas que são propagadas hoje pelos movimentos de

Esquerda, na realidade, a ideia deste grupo é a que mais se aproxima do fascismo, principalmente em razão das similaridades das demandas que socialismo e fascismo perfazem. Realizando comparação entre o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, e o Manifesto Fascista, de Alceste de Ambris e Tommaso Marinetti, o autor compreendeu que aquilo que os socialistas expressam como “a cada qual segundo suas capacidades e necessidades” é igual a máxima fascista do “tudo dentro do estado, nada fora do estado, nada contra o estado”, agindo ambos como regimes repressores que não geram prosperidade.

Apesar deste argumento, compreendo que, historicamente, o nazismo, o fascismo e os regimes ditatoriais estão, ideologicamente, relacionados mais ao espectro político de Direita que de Esquerda. Explicando este entendimento, Rollemberg (2017) denota que, de fato, o fascismo foi gestado na recusa dos valores liberais da Revolução Francesa, em um discurso anticapitalista e contrário ao individualismo. No entanto, este movimento encontra-se ligado por parentesco ideológico e conveniência política aos ideais conservadores, pois, apesar de propor um futuro diferente, recorria aos valores do passado para mobilizar as massas. Isto leva o seu conceito, principalmente diante de seu intenso combate à revolução socialista, para o campo da Direita, não rompendo com as suas bases ideológicas pautadas na ordem capitalista, na hierarquia e na desigualdade social.

Esta também é a compreensão de Iasi (2009) ao explicar que o pensamento conservador, presente unicamente na Direita, saldou o fascismo e procurou justificá-lo, mas acrescenta que o liberalismo, da mesma forma, tentou conviver com ele, criticando-o superficialmente para, posteriormente, tornar a usá-lo como parte de sua ofensiva antissocialista. Dessa forma, a autora define o fascismo como uma expressão política eminentemente de Direita, ligando-se ao capitalismo monopolista para reafirmar a necessidade do Estado para a manutenção desse sistema e a reprodução do capital, exprimindo-se como uma política favorável à concentração de riquezas e às ambições e privilégios da pequena burguesia.

Neste sentido, Konder (2009, p. 27) chega a considerar Mussolini e Hitler como pioneiros de uma nova concepção política da Direita, sendo “a direita o gênero de que o fascismo é uma espécie”, posto que ambos estão empenhados em conservar determinados privilégios de classe. Para isso, o fascismo, segundo o autor, buscou ideias no campo do marxismo, mistificando-as e tornando-as úteis aos seus propósitos, como os conceitos de luta de classes e ideias, por exemplo. Ele

deu a essas ideias marxistas um sentido social conservador, de modo que os trabalhadores eram convidados a ver os capitalistas não como exploradores, mas como colegas proletarizados, vítimas de um sistema de exploração internacional, o que valorizava, assim, o nacionalismo.

Finalmente, o último trecho do discurso de Francine também merece especial atenção:

[...] Inclusive o Lula diz que se for eleito em 2018 vai mandar prender os jornalistas que discordarem dele. [...] Então essa é a democracia da extrema Esquerda. Eles gostam mesmo é de perseguir, é de humilhar, é de constranger as pessoas que não concordam com eles porque eles não sabem conviver em democracia, eles só sabem conviver em ditadura.

À época do discurso, Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de estar respondendo a processo judicial em razão de seu suposto envolvimento em esquemas de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato, ainda encontrava-se em liberdade e havia propensão, tanto sua, quanto do PT, de que fosse lançado como candidato à Presidência da República no ano seguinte, em 2018.

Esta propensão não provinha apenas de uma intenção político-partidária de dar continuidade à manutenção de governos de Esquerda no poder, mas dos altos níveis de popularidade de Lula que conduziu a um apelo do povo para que retornasse ao Poder Executivo Federal. Ressalte-se que, como lembra Miguel (2018), esta popularidade não foi afetada com o deslinde do processo e do desvelamento dos esquemas de corrupção em que Lula, possivelmente, estava envolvido. Ao contrário, foi reforçada em razão da percepção popular das arbitrariedades do processo, apontadas por muitos juristas, além da parcialidade das decisões e da desproporção entre o tratamento conferido a Lula e a outros líderes políticos em situações semelhantes.

Esta popularidade, como explicam Terron e Soares (2010), decorre de características pessoais do próprio Lula e de seu governo, não se estendendo à ideia que prega ou mesmo ao PT, cujas associações com os esquemas de corrupção têm, em muito, prejudicado o desempenho eleitoral de seus filiados.

Isto conduz a uma personalização da política, construindo em torno da liderança de alguém, como Lula, por exemplo, a confiança na positividade de um projeto benéfico a todos. Obviamente, esta não foi uma característica que passou

despercebida pelos defensores do ideário liberal-conservador brasileiro, inclusive o MBL.

Como se pode vislumbrar do discurso acima, o ataque à imagem de Lula, caracterizando-o como um ditador, perseguidor e antidemocrata, é um recurso que tem sido vastamente utilizado pelos movimentos e partidos de Direita brasileiros para macular a imagem do ex-Presidente e, por consequência, da Esquerda do qual figura como representante popularmente consolidado.

Esta, como informa Castells (2018), é uma das estratégias políticas mais eficazes na luta pelo poder quando observada a personificação da política em um indivíduo ou candidato específico: a destruição da moral e da imagem daquele que se postula como líder. Isto porque, segundo o autor, as mensagens negativas são potencialmente mais eficazes em sua influência do que as positivas, daí a necessidade dos grupos que têm, notadamente, menos propensão a assumir o poder de buscar e publicar materiais prejudiciais aos políticos que detêm maior popularidade. O resultado disso é a concessão de maior tempo e importância para a destruição desta popularidade e o desaparecimento de debates de fundo sobre temas que, de fato, interessam aos eleitores, como políticas públicas, por exemplo.

Este empenho na produção e difusão de notícias de ordem política com a finalidade de manipular a opinião popular a respeito de determinados assuntos e pessoas foi, inclusive, conteúdo de outro vídeo publicado por Francine Galbier no canal do MBL em 27 de junho de 2017. Neste, por meio de palavras inflamadas e carregadas de ironia e exaltação, ela alega que o MBL está sendo acusado por uma agência de *fact-checkers*, ou seja, uma organização empenhada na checagem da veracidade de fatos e notícias, de publicar notícias falsas, as chamadas *Fake News*.

Sob o título “Agência de censura financiada por George Soros persegue MBL”, Francine inicia o vídeo alegando que uma repórter de uma entidade denominada “Agência Pública” solicitou ao MBL o envio das fontes das informações dadas por Kim Kataguirí em um vídeo para que pudesse ser verificada a veracidade ou falsidade de alguns dados. Em resposta à solicitação, Francine pede o apoio dos seguidores do movimento para que investiguem quem são os financiadores da entidade solicitante, discorrendo que:

[...] Vocês vão descobrir que não passa de uma cambada de militantes de extrema Esquerda. Outra coisa que vocês podem

verificar aí é a origem dessa história de fact-checkers. Vocês vão descobrir que isso surgiu ano passado, depois que a extrema Esquerda teve um monte de derrotas eleitorais não só aqui no Brasil, mas no mundo inteiro. Então esses jornalistas de Esquerda tentaram construir essa narrativa escrota de que a Direita estava propagando notícias falsas, que isso teria influenciado nos resultados das eleições e inventaram essa palhaçada de fact-checkers. Isso não colou, né, porque todo mundo sabe que quem inventa mentira, quem propaga notícia falsa, são os militantes, travestidos de jornalista, da extrema Esquerda. Então, assim, resumindo, esses tais de fact-checkers não passa de censura velada e nós não vamos aceitar que ninguém tente nos censurar.

A princípio, é necessário esclarecer que as *fake news* ou notícias falsas sempre existiram. Boatos, como assegura Frias Filho (2018), não surgiram no ano passado, como alude Francine, mas sempre estiveram presentes na sociedade, fossem eles relevantes ou não, inclusive com influências no âmbito político. Exemplo disso ocorreu em 1985, com a morte de Tancredo Neves em razão de uma septicemia derivada de uma provável falha médica, sobre o que foram divulgadas notícias falsas de que, na realidade, ele teria sido vítima de um atentado dissimulado por autoridades. Estes boatos ganharam popularidade e, através dos anos, fez com que a população desacreditasse no motivo do óbito oficialmente alegado.

Necessário atentar para o fato de que a publicação dessas notícias falsas é, sempre, intencional, mas sua propagação a partir de compartilhamentos não. Isto porque, sobretudo no terreno fértil atualmente encontrado das redes sociais, a difusão destas notícias transpõe as barreiras espaço-temporais e acabam sendo propagadas por pessoas que, inicialmente, não as produziram e as compreendem como verídicas.

Delmazo e Valente (2018) trazem, ainda, que, apesar de intencionalmente falsas, as *fake news* são também intencionalmente aptas a serem verificadas como tal. Seus criadores não têm a preocupação de que a mentira seja revelada porque compreendem que, mesmo se e quando isto ocorrer, a “desinformação política” já terá alcançado níveis de compartilhamento elevados e, portanto, produzido os efeitos pretendidos.

Além disso, um dos grandes problemas das *fake news* é que, muitas vezes, elas têm alguma relação com o mundo cultural e acadêmico, sendo proferidas por artistas populares, jornalistas de renome, economistas reconhecidos, políticos consagrados ou outras pessoas com formação acadêmica. Isto confere ao que é dito

o peso da autoridade instituída, levando à repetição da mentira por inúmeras outras pessoas que, em razão desta autoridade, não ousam questionar a informação recebida.

Castells (2018, p. 28) traz as *fake news* como um resultado da já mencionada personalização da política, servindo como uma tentativa dos operadores políticos de manipular ou mesmo fabricar materiais prejudiciais e destrutivos da imagem de um pretense candidato, dando origem ao que tencionou chamar de política do escândalo, inserida no que afirma ser um “mundo da pós-verdade”.

Conceitualmente, Genesini (2018) traz que a pós-verdade é um adjetivo que remete à ideia de que alguns fatos objetivos têm menor influência na formação da opinião pública do que o apelo a emoções ou crenças subjetivas. Agindo neste sentido, as *fake news*, portanto, a despeito de serem pautadas em fatos e dados inverídicos, tem capacidade de influenciar a opinião pública por meio do apelo a emoções.

Esta era da pós-verdade também foi trabalhada por Tiburi (2019) como um processo de *gaslighting* ao contrário. Enquanto o *gaslighting* consiste em produzir em uma pessoa o sentimento de que ela está louca para que duvide de si mesma, as *fake news* são uma versão contemporânea de manipulação que produzem o mesmo sentimento, mas em relação a outra pessoa, normalmente uma figura pública ou política, produzindo discursos que oferecem desinformações a essas pessoas na forma de verdades prontas.

Isto significa que, ao contrário do que argumenta Francine em seu discurso, as notícias falsas influenciam nas eleições, ainda que de forma indireta. Isto porque, como afirma Castells (2018), os indivíduos filtram as informações que recebem em razão de suas próprias convicções, arraigadas nas emoções que sentem, e, a partir delas, deliberam acerca da veracidade ou não dessas notícias, sem, por vezes, realizar qualquer exercício crítico ou de confrontação de dados. A deliberação eleitoral é, portanto, secundária, de modo que primeiro recebem as informações e as selecionam para, depois, permitirem que estas produzam influência em seu voto.

Justamente por esta razão, existe, hoje, um empenho jurídico, político e jornalístico no combate às *fake news* que, ao contrário do que argumenta Francine em seu discurso, não significa uma censura ou uma restrição à liberdade de expressão. Por outro lado, é uma tentativa de redução dos riscos de manipulação

dos processos eleitorais e, por conseguinte, uma garantia de preservação da pluralidade democrática e da credibilidade das informações.

Obviamente, as *fake news* se encontram presentes nas estratégias políticas de muitos movimentos, candidatos, eleitores e partidos, independente do espectro político ao qual pertençam. No entanto, Guess et al. (2018), em pesquisa realizada a respeito do consumo de *fake news* nas últimas eleições presidenciais dos Estados Unidos que elegeram Donald Trump, verificaram que 60% das pessoas que visitam sites ou postagens com notícias falsas são de viés conservador, bem como a maioria destas informações se mostravam atentatórias a candidatos progressistas e, conseqüentemente, benéficas a candidatos conservadores. A mesma pesquisa também indicou que nenhum dos entrevistados que leu as notícias falsas chegou a checar as informações recebidas.

Saliente-se que esta mesma estratégia também foi utilizada pelo MBL, o qual, inclusive, já fora condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia em 2018 devido a uma notícia falsa publicada nas redes sociais do movimento em relação ao então candidato ao Senado Jaques Wagner, do PT. No mesmo ano, a rede social Facebook desativou 197 páginas e 87 contas pessoais por participação em rede coordenada de divulgação de *fake news*, muitas delas utilizadas por membros do MBL. Recentemente, já em 2019, o movimento voltou a espalhar notícias falsas contra David Miranda e Marcelo Freixo, do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, que, após revelada a sua falsidade, forçaram o MBL a publicar nota de retratação e pedido de desculpas (PITOMBO, 2018; ROVAI, 2019; WENDLING, 2018).

Da mesma forma, a atribuição à Esquerda da propagação de informações falsas também não é uma estratégia nova, mas adotada por partidos conservadores e liberais há tempos. Isto pode ser visualizado, inclusive, na opinião de Reed (2018), presidente da Fundação para a Educação Econômica, organização defensora do livre mercado, que se prestou a editar um livro específico para desmistificar supostas mentiras contadas pela Esquerda. Segundo o autor, estas “mentiras”, como, por exemplo, a de que a assistência médica é um direito, que o livre mercado ignora os pobres e a de que a igualdade contribui para o bem comum, se tornaram clichês quase universais em razão do uso das redes sociais. São falácias que, em sua concepção, não são verdade, ainda que repetidas muitas vezes pela Esquerda.

O ataque às supostas notícias falsas propagadas pela Esquerda, neste sentido, tem o condão de deslegitimar não somente uma única informação em si ou

sua inverdade, mas todos os aspectos que formam sua ideologia, atribuindo a elas um caráter de mentira que corrompe a força teórica do movimento de Esquerda.

A inteligência desta tática liberal, portanto, ultrapassa a estratégia dos próprios *fact checkers*, os quais, a despeito de trabalharem para checar a veracidade de informações propagadas, principalmente, nas redes sociais, não conseguem atingir a autoridade ou a legitimidade das pessoas ou instituições que as publicam, mas somente condenam a própria publicação.

Desse modo, na concepção popular, sobretudo daquelas pessoas que são favoráveis às ideias da pessoa/grupo que produziu a *fake news*, ou a falsidade foi produzida em decorrência de erro ou o *fact checking*, como insinuou Francine, é uma ferramenta de militantes da Esquerda que tem o objetivo de censurar as opiniões da Direita.

Outro discurso de conotação expressamente liberal foi o proferido por Rebeca Hadassa, também militante do MBL, e publicado no canal do movimento no YouTube no dia 30 de outubro de 2017 sob o título “Veja como o Senado pode acabar com o Uber e porque isso gera desemprego”.

Amanhã, terça-feira, vai ser votado em regime de urgência no Senado o PL 28/2017 que burocratiza os aplicativos de mobilidade urbana, como o Uber, o CabFire e o 99. Acontece que esse Projeto de Lei cria um nível de burocratização tão grande, exigindo placas vermelhas, limitação do número de motoristas, licenças específicas, que é impossível para os aplicativos continuarem atuando. Fora que qualquer mercado muito burocratizado ele tende a ter seus preços aumentados porque a empresa precisa pagar esses custos de regulamentação e isso desestimula completamente o pequeno empresário que quer começar negócio, pois não aguenta pagar por todas essas coisas. Além de excluir o consumidor mais pobre que também não tem condição de pagar pelos preços mais altos. [...] Isso é, o Governo tá decidindo por 17 milhões de pessoas o que é melhor pra elas, sem perguntar a opinião de ninguém. Pra finalizar, o Governo ainda tá desempregando 500 mil pessoas que encontraram no meio dessa crise o Uber e esses aplicativos como uma fonte de renda. A desculpa que foi dada é que a concorrência entre esses aplicativos e o táxi é injusta. Mas porque que ao invés de regulamentar os aplicativos, os taxistas não tão brigando pra desregulamentar o táxi?

Ao contrário do que ocorre com os demais discursos anteriormente publicados, o de Rebeca Hadassa não tem conotação eminentemente de crítica política, mas revela-se como o primeiro discurso feminino publicado pelo MBL que

discute teorias econômicas liberais, ainda que aplicadas a um tema tão específico como a regulamentação dos serviços prestados pelos aplicativos de mobilidade urbana.

Ao indicar a necessidade de desburocratização para que se estimule a criação de novos empreendimentos e para que as pessoas possam trabalhar livremente, Rebeca invoca os autores clássicos das teorias econômicas liberais, dentre eles Adam Smith (2009), para quem a livre circulação de mão de obra é o alicerce de todo o sistema de livre comércio.

Para Smith (2009), a criação de obstáculos à livre circulação de mão de obra, ou seja, a possibilidade de que um trabalhador mude, livremente, de um emprego para outro, estorva a circulação de capital, provocando desigualdades. Isto porque, a princípio, limita a concorrência no que se refere a alguns empregos, delimitando-os a um número menor de pessoas do que o número das que, sem esse limite, se sentiriam dispostas a disputá-los. Ainda, estes obstáculos aumentam a concorrência na disputa de outros empregos, para os quais, muitas vezes, não existe demanda suficiente para empregar todos os trabalhadores que por eles competem.

O discurso de Rebeca carrega em seu interior, assim, um conjunto de conhecimentos produzidos pelas teorias econômicas liberais clássicas tornados acessíveis e claros para atingir as camadas mais populares da sociedade que acessam sua publicação.

As alocações trazidas por Rebeca trazem, portanto, a definição mais simples do liberalismo econômico, o qual pode ser expresso na ideia de que o mercado deve ser livre para comandar tudo. Isto significa, segundo Chomsky (2018), deixar o Estado de fora da elaboração de regras que limitem as potencialidades do mercado, que aumentem os custos de produção, que possam reduzir a lucratividade ou que restrinjam a competição.

Segundo Hayek (2017), a ideia de que a competição entre os homens não é algo bom advém da má compreensão do princípio ordenador do mercado. Para ele, a competição, na verdade, é um procedimento que faz parte da evolução humana e que leva o homem a reagir a situações novas, aumentando, gradualmente, sua eficiência.

Ao aumentar a eficiência do homem, a competição ou concorrência, por conseguinte, aumenta a eficiência do mercado. É esta a pretensão incutida no discurso de Rebeca ao sugerir, ao invés da regulamentação da atividade de

motoristas de aplicativos de mobilidade urbana, a desburocratização das atividades de táxi, o que tornaria a concorrência paritária ante a redução de custos para ambos os segmentos e, portanto, estimularia o aumento da eficiência do mercado na prestação desses serviços.

Este também é o entendimento de Constantino (2015) que, de modo simples, explica que, para um liberal, a economia deve funcionar livremente, sem as amarras da interferência estatal. Os liberais são céticos em relação às boas intenções dos políticos e empresários, compreendendo que o melhor instrumento de incentivos é a livre concorrência, pois, através dessa, as empresas procuram sempre atender a demanda dos consumidores da melhor forma com a finalidade de alcançar maior clientela, o que, finalmente, favorece a maioria.

A discussão acerca da regulamentação destes serviços continuou com o discurso de Joice Hasselmann, publicado, a princípio, em suas redes sociais pessoais e, posteriormente, reproduzido pelo canal do MBL no Youtube no dia 27 de fevereiro de 2018 sob o título de “Joice Hasselmann explica projeto anti-uber e dá exemplo da burocracia que querem nos empurrar!”.

Da mesma forma que o vídeo de Rebeca Hadassa, este também traz, em seus 8min31seg de duração, inúmeros elementos discursivos que se coadunam com teorias liberais de ordem econômica. Chamando-a de Lei do Retrocesso, Hasselmann explica que a lei que tenta regulamentar os serviços de mobilidade prestados por aplicativo:

[...] pode inviabilizar o Uber no Brasil, ela tira o nosso direito de escolha, tira a nossa liberdade de escolher se a gente quer andar de táxi, de Uber, a pé, de ônibus, de bicicleta, cada um escolhe o que quer. Tira o pão da boca de 500 mil motoristas, meio milhão de motoristas, o que significa um impacto em até 2 milhões de famílias, é muita coisa. [...] no Brasil, com essa estupidez de legislação, quando uma coisa tá dando certo ao invés de você trabalhar para reduzir a regulação daquela que não está dando certo, que é o táxi, você trabalha pra melar o que tá dando certo. [...] Sobretaxar o Uber, encher de imposto, fazer um monte de regulação, criar licença específica. Ah! Vão pro diabo que os carreguem! Que é isso? Que palhaçada é essa? Tudo o que a gente tem que fazer é pressionar os parlamentares para que a burocracia não seja a palavra de ordem na Câmara dos Deputados pra que a Lei do Retrocesso não seja aprovada. [...] Então o governo tem que ficar longe, o mais longe possível. (Ah! Tem que criar regras, pra proteger o cidadão). Sim, aí eu concordo, tem que ter lá no aplicativo, tem que ter um cadastro, obviamente desses motoristas pra proteger o cidadão, o passageiro, né? Mas criar mais burocracia? Implantar a Lei do Retrocesso? Não!

Em sua fala, Hasselmann retoma a ideia, já debatida por Hadassa, de que a burocratização produz desemprego. No entanto, inova ao discutir acerca das limitações à liberdade individual que esta regulamentação gera não propriamente para os motoristas que prestam aquele tipo de serviço, mas aos pretensos usuários, ou seja, à população como um todo.

A relevância da liberdade individual para o campo liberal também está presente em teorias clássicas, como a de Hayek (2017), por exemplo, que explica que é necessário permitir ao indivíduo que seja livre para buscar os próprios fins, sendo este o fundamento no qual ele pode formar sua personalidade distintiva e criar ambientes distintivos. Isto não significa, entretanto, a disposição de uma liberdade individual ilimitada. Para o autor, a liberdade só é possível pela delimitação de direitos individuais claros e dos meios de que pode dispor para alcançar seus objetivos. A liberdade geral, assim, é impossível, pois isto criaria conflitos e cada um submergiria na falta de limites do exercício da liberdade do outro.

É neste ponto, portanto, que a interferência do governo, segundo Hayek (2017), se faz necessária, ou seja, apenas para fazer valer regras abstratas que restrinjam uniformemente a liberdade e, por meio delas, proteger o indivíduo contra a coerção arbitrária por outras pessoas e impedir que cada um invada a liberdade do outro.

Necessário ressaltar que, na teoria liberal, não existe unanimidade quanto às possibilidades de intervenção do Estado na vida dos cidadãos, mas, em todos os casos, existe a compreensão de que a atuação do Estado deve ser sempre no sentido de preservar a liberdade e a autonomia dos indivíduos na esfera privada da sociedade civil. É este, notadamente, o argumento presente na inauguração do discurso de Hasselmann quando fala que “ela tira o nosso direito de escolha, tira a nossa liberdade de escolher se a gente quer andar de táxi, de Uber, a pé, de ônibus, de bicicleta”. Neste trecho, ela milita pela possibilidade de que o indivíduo possa exercer sua liberdade de escolha livremente, sem impedimentos externos indevidos, com relação à opção por um serviço de mobilidade urbana ou outro.

Esta ideia pode ser melhor compreendida no célebre discurso proferido pelo ex-Presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan (1981, p. 5) quando de sua posse. Para ele, a intervenção governamental é necessária para a promoção de determinadas políticas públicas, como nas áreas de saúde e segurança, mas, muitas

vezes, as regulamentações trabalham contra e não pelos interesses do povo. Por esta razão, considera que o Governo existe para nos proteger contra terceiros, mas ele vai além de suas funções quando tenta nos proteger de nós mesmos, ou seja, quando limita a liberdade individual, atuando, nesses casos, não como a solução do problema, mas como o próprio problema.

Inclusive, no discurso de Hasselmann, especificamente no trecho em que diz “então o governo tem que ficar longe, o mais longe possível. (Ah! Tem que criar regras, pra proteger o cidadão)”, existe esta preocupação com a interferência do Estado para a garantia da segurança dos indivíduos, compreendendo-a como necessária.

Observe-se que esta é uma interferência de regulamentação que, como alude o discurso de Reagan acima, protege o cidadão contra terceiros, contra a ingerência, como afirmou também Hayek, de possíveis coerções arbitrárias provenientes de terceiros, que, no exemplo de Hasselmann, são os pretensos motoristas de aplicativo de mobilidade urbana, exigindo, para isso, o que ela chama de cadastro, mas que não implica, diretamente, numa limitação da liberdade dos indivíduos.

Ao final de seu discurso, Hasselmann ainda perfaz críticas à Esquerda e ao socialismo, conforme se pode observar no trecho abaixo:

Eu vou dizer de novo porque tem gente que é meio burrinha e aí eu tenho que desenhar, tá, e sempre tem uns burrinhos infiltrados aqui, uns esquerdinhas infiltrados, então pros burrinhos infiltrados, [...] não se atrevam a aprovar um projetinho vagabundo socialista porque é um projetinho vagabundo socialista, tá minha gente? Porque se fosse um projeto capitalista, ia querer liberdade (vá, trabalhe, ganhe, faça seu dinheiro, quem for melhor, tem mais passageiro, quem tiver o preço melhor, serviço melhor, tem mais passageiro), pronto, cabou [...] vamos fazer esses camaradas entenderem que o patrão é o povo.

Apesar dos insultos e condenações feitas por Hasselmann sobre a Esquerda e o socialismo, sua ideia acerca da diferença entre esta ideologia e a liberal, por ela chamada de “capitalista”, em relação à liberdade não é, de toda forma, um erro. Os fundamentos de seu apontamento, ainda que não de forma clara ou intencional, repousam nas expressões do livro “Sobre a questão judaica”, no qual Marx (2010) enxerga a liberdade individual como antagônica da vida coletiva – e ao próprio coletivismo pregado pela Esquerda – sendo impossível, quando aquela é preservada prioritariamente, a reconciliação entre a esfera privada e o contexto coletivo.

Marx (2010, p. 11) compreende, assim, que, para que a sociedade não seja um conjunto de interesses egoístas em conflito, é necessário que se adote um caráter coletivo e coincidente com a vida do Estado, de modo que o homem deve utilizar suas forças próprias, inclusive a força de trabalho, como forças sociais. Neste sentido, pode-se considerar que, para a Esquerda, ao contrário do defendido pelos ideais liberais, “o Estado é o intermediário entre o homem e a liberdade humana“, pois é ele que irá suprimir todas as desigualdades.

Este coletivismo proposto pelo socialismo de Marx, portanto, é, segundo Constantino (2015), contrário aos ideais liberais que colocam em foco sempre o indivíduo como um fim em si mesmo e não como algo sacrificável em razão de um bem maior, buscando, por isso, defender prioritariamente as liberdades individuais.

Sobre isto, repousa também o conceito de meritocracia, presente no discurso de Hasselmann, o qual reconhece no trecho “vá, trabalhe, ganhe, faça seu dinheiro, quem for melhor, tem mais passageiro, quem tiver o preço melhor, serviço melhor, tem mais passageiro” que os resultados dos esforços individuais serão sempre desiguais quando os sujeitos se encontram inseridos em uma sociedade plenamente livre, tendo em vista as diferenças individuais de habilidade, competência, objetivos e sorte.

A meritocracia é, assim, também um elemento que compõe o ideário liberal. Própria do capitalismo financeiro, como afirma a própria Hasselmann, a meritocracia, conforme Viana e Silva (2018), se perfaz na ideia de que o status social e profissional de um indivíduo é o resultado direto de sua inteligência, virtude e esforço. De um lado, esta ideia convence sujeitos marginalizados socialmente de que a falta de ascensão social provém de sua própria incapacidade. De outro, cria na sociedade um ambiente de competição desenfreada, promovendo a ambição, desencorajando a cooperação e reverenciando a competência que, ao final, são institutos sobressalentes do liberalismo, como já mencionado anteriormente, presentes, inclusive, nas teorias clássicas.

O vídeo de Hasselmann foi seguido de outro gravado por Nanda Xiê, militante do MBL, endossado sob o título “O que a esquerda não quer que você saiba sobre a UNE!”. Publicado no dia 10 de novembro de 2018, este vídeo comporta um dos

maiores números de visualizações dentre os vídeos publicados por mulheres no canal do MBL no YouTube, contando, atualmente, com 144.359 visualizações⁶.

Em seu discurso, Nanda se propõe a discutir acerca das entidades estudantis brasileiras e, especificamente, sobre a UNE – União Nacional dos Estudantes, fundada em 1938 e com participação relevante em inúmeros eventos históricos importantes do cenário brasileiro, tendo atuado em defesa do fim da Ditadura do Estado Novo, da posse de João Goulart, dos movimentos de redemocratização e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, por exemplo. No entanto, segundo Nanda Xiê:

[...] todos esses anos de história, hoje, não valem mais nada. A União Nacional dos Estudantes se define como um espaço democrático e plural e que não possui nenhuma filiação partidária, mas é nítida sua ligação com partidos de Esquerda, principalmente com o PCdoB, que está na presidência da UNE há mais de 20 anos. Alguns de seus ex-presidentes são nomes bastante conhecidos na política atual, como Lindbergh Farias, Fernando Gusmão, dentre outros. Até mesmo Manuela D'Ávila foi vice-presidente da UNE.

A princípio, é necessário fazer algumas ponderações acerca do desenvolvimento histórico da UNE. A pretensa relação entre esta entidade e as ideias de Esquerda tem uma conotação histórica: quando da defesa da democracia, a UNE se pautou contra uma ditadura de características eminentemente conservadoras, proposta por apoiadores da Direita brasileira, fazendo, portanto, com que se posicionasse mais à Esquerda do espectro político nacional.

Conforme Mattos (2014), a partir disso os princípios da entidade foram norteados pelo apelo a políticas desenvolvimentistas, lutando contra a desigualdade social e econômica regional e em defesa das reformas de base, sobretudo do ensino básico e universitário do país, assumindo, principalmente na década de 60, uma aliança com o operariado e o campesinato nacional para reivindicar direitos sociais. Apesar dessas pautas de Esquerda, estas também dividiam espaço com lutas fundamentadas em ideias liberais, como, por exemplo, aquelas com caráter nacionalista que propunham a emancipação política do Brasil em relação aos conflitos externos e o comércio internacional independente.

⁶ O quantitativo de visualizações é referente à data de 12 de novembro de 2018, quando foram coletados os dados em análise na presente pesquisa.

Dessa forma, não se pode afirmar, como fez Nanda em seu discurso, que a UNE possui ligação direta com a Esquerda, tendo em vista que, na verdade, como afirma Sampaio (2017), a trajetória desta agremiação estudantil foi e ainda é heterogênea. Isto porque não esteve sempre atrelada a ideias progressistas, refletindo, inclusive, valores e conflitos internos, de modo que, de tempos em tempos, estudantes de Direita assumiam a liderança da entidade em sintonia com as próprias ideologias emergentes e preponderantes dentro das instituições universitárias em dado momento histórico.

Apesar disso, é interessante salientar que a opinião de Nanda neste sentido não é única. Brenner (2011) traz que o PT e o PCdoB sempre foram partidos que, durante muitos anos, disputaram a liderança nacional dos estudantes brasileiros, de modo que os outros partidos aparecem de forma isolada ou coligados a eles nas disputas das eleições bienais.

Em consonância, Santos (2008) alude que o problema da UNE é ser financiada pelo Governo e, portanto, pelos partidos majoritários. Isto, segundo a autora, resulta de um objetivo comum na maioria de seus militantes: o desejo de integrar movimentos maiores ou mesmo seguir um caminho que lhes concedesse um lugar de destaque na política nacional. A UNE passou a ser, portanto, um lugar de preparação do que a autora convencionou chamar de “intelectuais orgânicos”, na medida em que seus integrantes tendem a ocupar postos de intelectuais em partidos, sindicatos, etc., sendo mais vantajoso a este objetivo vincular-se a partidos e movimentos políticos que já detêm o poder ou que possuem grande representação nacional.

Esta teoria, inclusive, serve ao MBL e ao discurso de Nanda para reiterar a veracidade de seus argumentos quando pontua que muitos dos líderes daquele movimento estudantil estão vinculados a partidos políticos de Esquerda e exercem cargos políticos, a exemplo dos nomes que citou acima, tanto que conclui seu raciocínio afirmando que:

[...] a UNE não representa mesmo os estudantes. Aliás, só representam aqueles que compactuam com seus ideais e os que pretendem fazer carreira na política. A União Nacional dos Estudantes se resumiu a lançar políticos e a defender ideais partidários e não estudantis. [...] A UNE promove partidos e usa estudantes cativos como massa de manobra, mas, para eles, nós que somos ‘manifestoches’.

No entanto, é necessário ressaltar que a lógica também é inversa: ao afirmar que há propensão de que os movimentos estudantis e seus líderes se vinculem a ideias de partidos e movimentos políticos que se encontram no poder ou que possuem grande representação nacional, é correto afirmar que, quando uma linha ideológica conservadora alcança o Governo, ela também influencia na militância estudantil.

A probabilidade desta ideia advém, inclusive, de fatos recentes: a criação da Unecon – União Nacional dos Estudantes Conservadores, entidade estudantil com pretensão inicial de se contrapor à UNE e, posteriormente, de exercer a liderança dentro dela. Segundo Amorim (2019), a criação da referida entidade adveio da observação de seus integrantes, entre os quais misturam-se defensores da ditadura, monarquistas e republicanos, acerca do aumento do espaço, dentro das universidades e escolas, das ideias de Direita.

A crítica feita por Nanda, entretanto, vai além da participação dos integrantes desta entidade estudantil em partidos políticos, discorrendo também acerca de sua discordância em relação às lutas e às formas como a militância foi por eles desempenhada em alguns episódios:

Em 2016, a UNE apoiou a invasão ou, como eles chamam, a ocupação de mais de 1000 escolas. Alunos não podiam estudar e professores não conseguiam concluir o seu trabalho e até mesmo o ENEM foi prejudicado. A prova foi adiada para mais de 8 mil estudantes. Os estudantes que se opuseram a essa baderna não tinham voz no movimento estudantil. Eram esquecidos dentro de um espaço ‘democrático’ e ‘plural’. A pluralidade de ideias só vale quando convém à UNE. O interessante é que essa galera passa por cima da liberdade dos outros.

É necessário contextualizar que a “invasão” das escolas ocorrida em 2016 e relatada por Nanda se deu como um protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional n. 241/55 que tinha o objetivo de congelar os investimentos públicos nas áreas de saúde e educação pelos próximos 20 anos. O movimento tomou projeção nacional e, como forma de pressão ao Governo e ao Poder Legislativo para que a referida PEC não fosse aprovada, os estudantes de todo o Brasil, mesmo aqueles não vinculados à UNE, utilizaram da estratégia de ocupação dos prédios escolares e de universidades públicas.

Segundo Boutin e Flach (2017), as ocupações demonstraram que os estudantes não estavam alheios às questões políticas do país, mostrando-se capazes de promover ampla mobilização em prol da educação. No entanto, as ocupações enfrentaram críticas de alguns setores e movimentos sociais, dentre os quais a mídia e o MBL, o qual, inclusive, se propôs a criar um movimento de embate, sugerindo a desocupação imediata das escolas através de pressão social e ideológica sobre os estudantes.

No entanto, a despeito da bandeira levantada por Nanda Xiê em seu discurso defendendo a pluralidade de ideais e a liberdade individual que, em tese, estariam sendo ameaçadas pelos movimentos de ocupação, o que se observa, na verdade, é que seus argumentos se movem acobertando, justamente, o que as mobilizações de 2016 pretendiam contrariar: a PEC dos gastos públicos.

Esta é, inclusive, como bem lembra Chomsky (2018), uma técnica padrão a que o liberalismo costuma recorrer para alcançar a privatização de um determinado setor da sociedade, como é o exemplo do que tem ocorrido atualmente com os debates liberais em prol da reforma da Previdência Social. Segundo o autor, não existem razões econômicas que impeçam que a educação seja fomentada e garantida a todos. O que existe são razões políticas e sociais embasadas em ideais de prosperidade do mercado.

Para embasar esta ideia, alguns liberais, como Borders (2018), por exemplo, consideram que a educação, a saúde ou qualquer outra necessidade básica não podem ser vistas como direitos fundamentais do ser humano, mas verborragias socialistas que, se forem consideradas como direitos, gerarão, de imediato, deveres sobre os outros indivíduos que terão obrigação de produzir estes direitos e que, portanto, serão tratados pelo Estado como um meio para atingir aqueles fins.

Para o autor, sistemas de educação e medicina socializados possuem incentivos diferentes daqueles privatizados e, por isso, não podem ser planejados de maneira eficaz em termos de qualidade, inovação e acesso pelos menos favorecidos. A solução para isso seria, então, reduzir a interferência estatal nestes segmentos como principal mantenedor financeiro e, assim, remover as barreiras da competição entre público e privado, estimulando os cidadãos a usar serviços de educação e saúde oferecidos pelo mercado (BORDERS, 2018).

Na verdade, como lembra Chomsky (2018), os dias atuais já revelam uma adoção desses ideais liberais na educação, sobretudo quando se observa que

grande parte dos cursos universitários no país é oferecida por instituições privadas e não pelo Estado. Ainda, muitos dos financiamentos estudantis nestas faculdades privadas advêm de mensalidades pagas por bancos ou pelo Estado numa espécie de empréstimo. Isto representa uma mudança nas relações de ensino e um fardo para os estudantes que, caso não provenham de famílias ricas, concluem o curso universitário com uma dívida enorme a ser sanada.

A PEC dos Gastos Públicos, que foi aprovada em 2016 e se tornou a Emenda Constitucional n. 95, somente ressalta, assim, uma realidade já existente e deixa mais evidente o apoio aos ideais liberais acima discutidos e indiretamente manifestados no discurso de Nanda Xiê. Na sequência do seu discurso, ela lança outros argumentos para atacar a UNE:

[...] Em 2014, a UNE emitiu uma nota em apoio ao governo do ditador venezuelano Nicolas Maduro [...] e não é de hoje que a UNE apoia ditadores, inclusive um de seus congressos teve a presença de Fidel Castro, um assassino, ditador e homofóbico que, inclusive, foi nomeado Presidente Honorário da União Nacional de Estudantes. [...] A UNE diz apoiar e defender a democracia, mas você não acha um tanto quanto contraditório homenagear Fidel Castro, que esteve no poder em Cuba por 49 anos? Será que todos os estudantes que a UNE representava na época eram favoráveis que Fidel levasse o título de Presidente Honorário? Um ditador realmente representava todos eles? A União Nacional dos Estudantes também adora Che Guevara. Aquele mesmo que queimou livros, banuiu a música, matou gays, crianças, professores e civis. É visto como ídolo e fonte de inspiração por eles. Em 2013, a UNE demonstrou apoio à Coreia do Norte e chamaram a próspera e democrática Coreia do Sul de 'fantoche' dos Estados Unidos. A UNE chamou o impeachment, que seguiu toda a legislação brasileira e a constituição, de 'golpe' e que é um ataque à democracia.

O apoio da UNE aos governos de Venezuela, Cuba e Coreia do Norte é, no discurso de Nanda, compreendido como uma adesão da própria Esquerda. Na verdade, este também é um argumento há muito debatido pelos movimentos, partidos e idealistas de Direita que, como Constantino (2015, p. 109), consideram que a “cegueira ideológica alimentada pela hipocrisia” da Esquerda prejudica uma análise isenta dos fatos que caracterizam aqueles governos, ditos ditatoriais. Nanda se detém, assim, nas ações autoritárias promovidas pelos líderes socialistas citados, o que, ressalte-se, é sempre uma bandeira levantada por autores e apoiadores de movimentos liberais e conservadores atuais.

É nelas que, segundo Sader (1985), os apoiadores da Direita sugerem residir seu medo, ou seja, no “mau exemplo” de Cuba e que suas características subversão e regime político totalitário possam ser importados para o Brasil. No entanto, esta é uma sugestão falsa. Para o autor, o medo de liberais e conservadores reside, na verdade, na exportação dos benefícios do coletivismo e da integração econômica, social, política e cultural de toda a população como forma de liquidação das desigualdades sociais e, finalmente, do capitalismo.

Antes de promover outras discussões acerca do trecho acima compilado, é necessário, neste ponto, ressaltar que as mesmas ideias nele contidas também estão presentes no último vídeo gravado por uma mulher no ano de 2018 no canal do MBL no YouTube. O vídeo, enunciado também por Nanda Xiê e publicado no dia 30 de agosto daquele ano, foi denominado de “O mundo encantado do PCdoB”, no qual Nanda realiza críticas a então candidata à vice-Presidência da República, Manuela d’Ávila.

Em razão da semelhança entre as ideias que envolvem os dois discursos, é oportuno transcrever este último antes de adentrar nas discussões relativas a ambos. Assim, segundo Nanda, Manuela d’Ávila:

[...] e o seu partido já declararam diversas vezes apoio a governo de ditadores. É, o PCdoB é cheio de incoerências. Um bom exemplo são os inúmeros tweets com notícias falsas. Em ‘Lula condenado sem provas’, há mais de trezentas páginas de provas contra ele. Ou quando a Manuela estava no Uruguai e denunciou as ‘graves violações que ocorreram pelo Brasil desde o ‘golpe’ de 2016’ e o PCdoB disse que ela mobilizou apoiadores pela liberdade de Lula e que, segundo eles, é o primeiro preso político desde o golpe.

O discurso de Nanda aponta, ao final, uma semelhança entre estas ações do PCdoB em apoio à liberdade de Lula e àquelas tomadas pela UNE ao descrever o processo de impeachment como um golpe político-partidário, tendo em vista que, segundo o teor de seus argumentos, tal conduta em defesa dos governos petistas contraria a realidade das provas que apontam a existência de crimes que levaram, primeiro, à destituição de Dilma Rousseff do poder e, posteriormente, à prisão de Lula.

Esta, inclusive, é a mesma associação que faz Rosenfield (2019, p. 12) quando considera que, durante e após o processo de *impeachment*, o PT e seus apoiadores adotaram um alinhamento que o autor optou por chamar de “socialismo

do século XXI”, o qual revela uma afinidade política com Cuba e com a Venezuela em razão do desprezo dos preceitos democráticos e constitucionais personificados na narrativa do golpe, “como se a Constituição e a lei a eles não se aplicassem”, manipulando as regras democráticas como forma de abolir a mesma democracia, posto que aquelas somente servem como mecanismo para a conquista do poder, sendo, posteriormente, desrespeitadas.

Ainda, é importante salientar que o discurso de Nanda também traz uma estratégia argumentativa relevante para deslegitimar as ações da UNE e do PCdoB ao associar essas organizações a regimes ditatoriais. Durante sua narrativa, Nanda faz várias menções do tipo, como nos seguintes trechos dos discursos anteriormente colacionados: “[...] a UNE emitiu uma nota em apoio ao governo do ditador venezuelano Nicolas Maduro [...] e não é de hoje que a UNE apoia ditadores, inclusive um de seus congressos teve a presença de Fidel Castro, um assassino, ditador” e “Manuela D’ávila e o seu partido já declararam diversas vezes apoio a governo de ditadores”.

Essas menções a ditaduras feitas nos dois vídeos trazem semelhanças com o conceito de “ditadura democrática”, abordado por Tocqueville (2000) em “A Democracia na América”. Para ele, a “ditadura democrática” seria instaurada por um líder populista com grande concentração de poder dado pela vontade da maioria do povo ou alcançado por meio de revoluções, o que poderia recair em um poder autoritário-despótico e se converter em uma tirania personalista, a exemplo do fidelismo/castrismo cubano e do chavismo venezuelano.

A partir dos discursos e discussões levantadas, é possível observar a recém-descoberta do MBL acerca da relevância do discurso feminino para promover uma maior divulgação do movimento e da ideia por ele manifestada, além de fomentar uma imagem pública que emanasse um caráter de pluralidade de gênero tanto nestes discursos quanto no próprio movimento.

Além disso, pode-se também afirmar que o uso de discursos proferidos por figuras femininas de destaque no cenário público, como Janaína Paschoal e Joice Hasselmann, também cumprem uma função de valorização do movimento ao denotar que suas ideias se assemelham com as proferidas por aquelas e, assim, alcançar maior penetração na sociedade.

Diz-se que tal descoberta é recente porque o canal do movimento no YouTube data de outubro de 2014, mas o primeiro discurso feminino foi por ele publicado quase um ano depois, em agosto de 2015.

Ainda naquela data, as vozes femininas do movimento não eram ouvidas, tendo em vista que o MBL se deteve em publicar vídeos de mulheres aleatórias com discursos direcionados a criticar ou deslegitimar a Esquerda. Assim, somente em 13 de junho de 2017, como mencionado, é que as militantes inseridas dentro do movimento tomaram um lugar de fala e passaram também a expor suas ideias políticas.

Isso demonstra, portanto, que o MBL, desde sua fundação por universitários e apoiadores, não dispunha de uma organização baseada na pluralidade, o que pode ser visualizado ainda na atualidade, tendo em vista a diferença entre o espaço virtual fornecido aos discursos dos homens do movimento, que, por vezes, chegam a divulgar cinco vídeos por dia, e aquele ocupado pelas mulheres.

No entanto, apesar de ser nova a ocupação feminina desse lugar no movimento, não é possível afirmar que são novas vozes. Na verdade, elas transcorrem acerca de velhas teorias que embasam o pensamento liberal conservador e que fundamentam a luta do próprio MBL. Assim, sua organização, aparentemente, tomou por fundamento um critério ideopolítico, permitindo que todos os discursos de cunho liberal-conservador, inclusive aqueles que ignoram as demandas sociais das mulheres, pudessem ser expressos, reproduzidos e veiculados ao movimento, ainda que não provenientes de militantes ou de apoiadores.

O que se sobressai dentro desta categoria de análise na observação dos vídeos publicados dentro do período determinado para a pesquisa é que, apesar da Esquerda ter deixado o Poder Executivo Federal desde 2016, as críticas àqueles governos ainda são preponderantes nos discursos das mulheres oportunamente discutidos, detendo-se estas militantes na análise da mencionada “herança petista” e de suas consequências para a política atual e futura.

CAPÍTULO IV – UMA QUESTÃO DE GÊNERO

“Nesse diálogo, que também se refere a protagonismo, capacidade de escuta e lugar de fala, façamo-nos as perguntas: Que histórias não são contadas? [...] De quem é a voz que foi reprimida para que a história única do feminismo virasse verdade?”.

Giovana Xavier

4.1 GÊNERO: SIGNIFICADOS

A princípio, é necessário ressaltar que gênero, bem como as questões que lhe são pertinentes, se mostra uma categoria útil para analisar a história em geral e não somente a história das mulheres, servindo à compreensão da história das relações humanas, de homens com homens, mulheres com mulheres e uns com as outras.

Se a sociedade se constitui através das relações entre pessoas, é lógico pensar que todas as instituições e segmentos que a compõem também o são e, portanto, todas podem ser lançadas a luz de uma perspectiva de gênero, tentando esclarecer seus fundamentos, hierarquias e desigualdades que comportam e, eventualmente, reproduzem. Dentre estas instituições está, também, a política.

Conceituar gênero, a princípio, se vislumbra como uma difícil tarefa. Historicamente, como propõe Louro (2007), o conceito de gênero está diretamente ligado à história do movimento feminista contemporâneo e implicado linguística e politicamente em suas lutas, o que remete o início dessa discussão ao século XIX.

Caracterizado por manifestações contra a discriminação feminina e a desigualdade entre os gêneros, o movimento feminista evoluiu, ao longo dos anos, suas pautas e formas de reivindicação, adquirindo visibilidade, inicialmente, com o sufrágio, ao requerer, para as mulheres, direitos que já eram assegurados aos homens, como o voto e a oportunidade de exercer determinadas profissões.

A par deste período inicial, chamado de primeira onda do feminismo, a segunda onda, iniciada na década de 60, defendia não somente a emancipação da mulher, mas também sua libertação. Aginsky e Ferreira (2013) trazem que a emancipação equiparava juridicamente homens e mulheres em direitos políticos e econômicos, enquanto a libertação realçava as condições que regiam a alteridade

nas relações de gênero e ia além, no ímpeto de modificar as tradicionais relações discriminatórias existentes na sociedade.

A segunda onda também ampliou os temas de debate para questões diversas, como a sexualidade, problematizando e criticando teorias já sedimentadas e formalizando outras, surgindo, assim, os estudos da mulher.

“Tornar visível aquela que fora ocultada”, como lembra, Louro (2007, p. 17), inclusive enquanto sujeito da sociedade e da política, se mostra, assim, como um dos objetivos destes estudos. Uma de suas mais significativas marcas, segundo a autora, era seu caráter político, pretendendo não somente um reexame da lógica androcêntrica de determinados quadros teóricos, mas almejando mudanças e a produção de novas explicações propriamente feministas.

Coadunando-se com este entendimento, Joan Scott (1992) dispõe que a emergência dos estudos sobre a mulher exigiu que a historiografia expusesse também a participação feminina na história e formulasse explicações para a opressão das mulheres pelos homens.

A década de 1970, seguidamente, foi marcada por uma transição que envolveu estes estudos da mulher. Segundo Gregori (1998) esta transição visava preencher as lacunas do conhecimento acerca da situação social das mulheres, substituindo a tomada da variável mulher como único recorte empírico para iniciar uma abordagem sobre o gênero.

A ideia seria, então, se interessar tanto pela história de mulheres quanto pela de homens como uma forma de compreender como o simbolismo sexual desses grupos funciona para definir os lugares socialmente disponíveis para cada um e como pode funcionar para modificá-los.

Essa transição possibilitou, assim, o surgimento de teorias sobre gênero e sexo. Explicando as distinções entre os termos, Nicholson (2000) assim dispõe:

De um lado, “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. [...] De outro lado, “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”; [...] sexo nesse sentido deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero. (NICHOLSON, 2000, p. 1).

Essas compreensões acerca de sexo e gênero contornaram as fronteiras da tradicionalidade, de como o feminino e o masculino foram tratados e discutidos até então. Obviamente, “sexo” e “gênero” não são expressões que surgiram a partir dos estudos emergidos após a segunda onda feminista, posto que presentes em diversos discursos mais antigos.

Scott (1989) explica que, ao longo dos anos, essas expressões foram utilizadas deliberadamente para evocar traços de caráter ou traços sexuais, mas foi através das feministas que o sentido literal, sobretudo do termo “gênero”, foi explorado, como uma maneira de referir-se à determinação social da relação havida entre os sexos.

Gênero é, assim, um meio de distinção social cujos parâmetros são socialmente determinados. Isso significa que não se constitui em um conceito fixo, mas em constante movimento, acompanhando as mudanças históricas e evolutivas que perpassam a própria sociedade.

Isso também significa que, ao considerar que as distinções entre homens e mulheres são, fundamentalmente, sociais e não naturais ou ligadas ao sexo biológico que cada um carrega, é possível pensar que provocar mudanças na sociedade pode promover mudanças também nesses fundamentos distintivos.

Foram os movimentos feministas, portanto, que inspiraram teorias e consagraram o conceito de gênero como uma categoria de análise da vida social e das relações de poder, quando utilizado em interfaces com outras temáticas, como trabalho, família, política, sexualidade, dentre outras.

Para Gregori (1998, p. 224), os estudos que elevam o gênero como categoria analítica têm “demonstrado que posições políticas, éticas e morais podem estimular um diálogo profundamente rico com as noções arraigadas na vida social e, também, com aquelas elaboradas pela produção acadêmica”.

No entanto, apesar de terem alcançado notoriedade acadêmica, não são conceitos abraçados por todas as instituições sociais. Muitas instituições ideológicas, como a religião, a família, o sistema escolar, dentre outras, constroem diferentes significados acerca do gênero e da sexualidade, produzindo saberes e ditando aos seus integrantes modelos de normalidade e comportamento.

Não somente estas instituições, como também algumas ideias próprias do pensamento político, presentes, inclusive, nos dias atuais, também constroem significados diversos sobre gênero e sexualidade, como o liberalismo e o

conservadorismo, que rebuscam o tradicionalismo das diferenças dos lugares sociais ocupados por homens e mulheres pra promover a preservação da ordem e da harmonia.

Por esta razão, como recorda Torrão Filho (2005), utilizar gênero, enquanto categoria de análise, também se propõe não somente a compreender as instituições, mas também transformar os paradigmas do conhecimento tradicional, sugerindo um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente, assinalando o interesse da historiografia em uma história que também inclua o discurso dos oprimidos, ao tempo em que analisa o sentido e a natureza dessa opressão.

Sendo a história política brasileira, notadamente, uma história construída, de forma preponderante, pela participação e por discursos masculinos, a partir dos quais os interesses, as opiniões e as reivindicações femininas foram colocadas em um segundo plano, sobretudo em partidos de Direita, nos quais os ideais conservadores patriarcais foram mais protegidos, se faz necessário o dito reexame crítico das premissas deste conhecimento histórico, como se pretendeu neste trabalho.

4.2 DAS TEORIAS DE GÊNERO À CRISE DA LEGITIMIDADE FEMINISTA: “NÃO NOS REPRESENTAM”

Antes de adentrar no mérito das análises dos discursos que foram elencados nesta categoria, é necessário ressaltar que os vídeos aqui considerados como falas relacionadas a(os) gênero(s) não são, necessariamente, argumentos que discutem o gênero como um dos conceitos centrais da crítica feminista, como o fizeram autoras como Judith Butler (2003), Linda Nicholson (2000) ou Gayle Rubin (1993).

Na verdade, o que se apercebe nas falas sob apreciação é o levantamento de temas que, em um contexto amplo, são relevantes para as atuais lutas feministas e suas discussões pertinentes ao debate sobre o gênero feminino, como, por exemplo, direitos reprodutivos, aborto, corpo, maternidade, feminilidade e, inclusive, o próprio movimento feminista.

Assim, os discursos analisados à luz desta categoria versam, de um lado, sobre a incitação a certas formas de construção das identidades individuais e coletivas femininas que são consideradas aceitáveis em uma sociedade

conservadora não só politicamente, mas também em seus valores morais, estimulando características como a beleza, a compostura e a domesticidade e, de outro, sobre críticas a comportamentos e identidades “desviantes” deste padrão, como a liberdade sobre o corpo e a militância por alguns direitos, por exemplo.

Ainda, é preciso explicar que os vídeos que foram analisados não possuem um discurso direto, ou seja, não versam somente sobre questões de gênero. Eles também possuem, ainda que dissimulado nos argumentos das mulheres que os emitem, um forte apelo político de crítica aos ideais de Esquerda, aspecto este que, inclusive, dificultou a inserção dessas falas numa ou noutra categoria de análise e autorizou uma ponderação acerca dos ideais político-partidários que recaem sobre o tema “gênero”.

Esta coligação entre estes ideais e as discussões de gênero, no entanto, não é característica apenas dos discursos aqui analisados. É, ao contrário, histórica e provém do próprio embate entre Esquerda e Direita acerca da defesa ou da recusa dos direitos multiculturais e das minorias como forma de assegurar a igualdade material dos indivíduos.

Ressalte-se que, como bem explica Deleuze (1992), o termo “minorias” não é relativo a um grupo de pessoas em menor quantidade, mas, sim, tudo aquilo que difere das hegemonias presentes na sociedade, definidas, assim, por ordens de grandeza. Isso significa que a maioria está relacionada aos padrões que balizam a existência, que regem os ditames sociais, enquanto a minoria é sempre o “devir”, o processo, a mudança, a exemplo de grupos minoritários como os negros, os pobres, os LGBTQI+ e as mulheres. Esses, quando movidos pelos ideais de igualdade, são capazes de se apresentar como uma força transformadora.

Logo, a defesa da minoria, conforme Ribeiro (2017), não deve ser considerada como uma política reducionista. Na verdade, ela está atenta ao fato de que as desigualdades são produzidas pela forma como o poder articula as identidades desses grupos e são resultantes de uma estrutura de opressão que oferece privilégios a poucos e determinados grupos em detrimento de outros.

Historicamente, tem sido a Esquerda o espectro político que se moveu em defesa dessas minorias. Isto porque a Esquerda, agindo a favor da multiculturalidade e das minorias, defende o que Scheefer (2014) denomina de “discriminação positiva” para assegurar a igualdade, o que seria permitido por meio de políticas públicas que garantam o acesso de bens e serviços àqueles grupos

minoritários. A Direita, entretanto, é opositora deste multiculturalismo e se fundamenta na ideia de que o bom andamento social depende de valores compartilhados e de uma cultura comum, superior.

Bawer (2012, p. 210), posicionando-se contra o relativismo cultural e da defesa das minorias, assim comenta:

Um dos resultados desse relativismo é o estudo de identidade. O problema, com certeza, não é simplesmente uma fixação patológica sobre a identidade do grupo, mas a preocupação com as injustiças históricas de certos grupos, combinada com uma hostilidade virulenta contra o Estado, que é constantemente escalado como o vilão principal nas histórias desses grupos. [...] Eles foram treinados para reduzir as ricas complexidades e ambiguidades da vida humana a fórmulas simples sobre opressores e oprimidos.

Isso significa, portanto, que nos discursos sobre gênero analisados por esta pesquisa, muito se observa o rebatimento desta defesa das minorias, principalmente das mulheres e dos subgrupos também minoritários em que estas se dividem, fundamentado naqueles ideais de Direita a que o Movimento Brasil Livre afirma pertencer. As mulheres que falam em prol deste movimento, portanto, são sujeitos políticos que produzem e reproduzem os discursos dos grupos hegemônicos do país.

Ao contrário dos vídeos gravados por mulheres ou vozes femininas que versam sobre o liberal-conservadorismo, os quais começaram a ser publicados no ano de 2015 pelo canal do MBL no YouTube, os discursos de gênero são mais recentes. Foi somente a partir de 2017 que os assuntos relacionados a esta categoria passaram a ser objeto de debate pelas integrantes do movimento na referida rede social.

O primeiro destes vídeos, intitulado de “Feminista leva lição de moral no twitter”, data de 21 de fevereiro de 2017. Com 1min08seg, este vídeo não conta com um rosto ou nome que lhe personifique, apesar da narrativa em voz feminina, e apresenta uma sequência de imagens de mulheres, as quais o movimento qualificou como sendo feministas, expondo seus corpos nus pintados e com pelos à mostra ocupando as ruas em protesto.

Estas imagens fazem parte de uma estratégia não verbal de linguagem. Elas também têm o objetivo de dizer alguma coisa, passar informações, manifestar opiniões. Este recurso não verbal tem, assim, relações estreitas com aquilo que está

sendo dito pela narradora do vídeo. Neste caso, segundo Guimarães (2013, p. 134), “há a palavra dando sentido à imagem, há a imagem ilustrando o peso da palavra, há o texto harmonizando palavra e imagem e há o discurso absorvendo palavra, imagem e texto”. O vídeo é um editorial do movimento sobre o tema que utiliza: voz feminina, imagens femininas e conteúdo conservador crítico a determinadas posturas das feministas que protestam por igualdade e respeito. O vídeo emite, então, os valores nus e crus defendidos pelo MBL.

Ressalte-se que, apesar da relação entre as imagens do vídeo e o discurso, ambos falam por si quando analisados individualmente. Por trás da exibição de fotos de mulheres militantes feministas mostrando pelos descoloridos nas axilas, seios expostos, um corpo com sobrepeso, cabelos curtos e coloridos e um atitude visualmente histórica ou violenta, a intenção é, justamente, a marginalização desses corpos, a associação do corpo feminista marginalizado com o próprio movimento e, conseqüentemente, a criação de uma imagem que, fugindo das representações sociais sobre o padrão ideal de um corpo feminino, cause repulsa não somente sobre a mulher exposta, mas sobre a ideia que defende.

Carlos, Silveira e Silva (2019), em pesquisa realizada em postagens em redes sociais acerca de críticas ao corpo feminino/feminista semelhantes às proferidas pelo vídeo aqui analisado, consideram que tais práticas assumem uma posição de sujeito antifeminista. Nesta posição, o discurso é utilizado para carnavalizar a mulher feminista, construindo, assim, um estereótipo de mulher peluda, rancorosa, gorda e agressiva, qualidades que remetem à ideia de monstro, de seres misândricos manipuladores de ódio e raiva em relação à figura masculina, sendo, por isso, notadamente homossexuais.

O sobrepeso é, então, associado em oposição à feminilidade, às expectativas sobre o gênero e o corpo feminino, compreendidas como a exibição de um corpo magro, curvilíneo, com seios empinados, fértil, sem marcas, pelos ou celulites aparentes, tradicionalmente voltados para atividades delicadas e que não exigem esforço.

Tais discursos induzem, ainda, uma associação da gordura à falta de educação alimentar, dos pelos à falta de higiene pessoal e do feminismo ao ódio contra todos os homens, deslegitimando o apelo de igualdade das lutas feministas e associando suas conquistas à construção de um poder patriarcal ditador. Apresentam, a partir da valoração dessas características, aquilo que foge à norma

social estabelecida para manchar o movimento frente a sociedade em geral. O diferente, assim, é para o Movimento uma ameaça ao *status quo* e não, propriamente, a expressão de uma singularidade que é sufocada pelas normas sociais estabelecidas.

Esta estratégia, conforme Pedro (2013), não é atual. Durante muito tempo, no Brasil, tem sido comum estabelecer uma dicotomia entre “feminina” e “feminista”. Já no final dos anos 1980, poucas mulheres aceitavam o rótulo de feminista, pois, no senso comum, estava associado à luta de mulheres feias, masculinizadas, mal-amadas, lésbicas, ressentidas e anti-homens.

Há no texto não verbal exposto no vídeo em análise, assim, uma demonstração da apropriação social do corpo feminino e de sua construção discursiva. Deste modo, como assevera Reis (2008), existem discursos que são ou não aceitos pela sociedade que atuam como verdadeiras construções do corpo feminino, de sua identificação com a feminilidade e das suas relações com a função social da mulher – a vida doméstica. Assim, tudo o que é contrário a este discurso, como a militância nas ruas e outras construções corporais, é marginalizado pelas correntes mais conservadoras da sociedade.

A mesma conclusão já havia sido apontada por Mary Douglas (1969), citada por Butler (2003, p. 188), ao discorrer que:

Todo discurso que estabelece as fronteiras do corpo serve ao propósito de instaurar e naturalizar certos tabus concernentes aos limites, posturas e formas de trocas apropriadas, que definem o que constitui o corpo: “(...) as ideias sobre separar, purificar, demarcar e punir as transgressões têm a função principal de impor um sistema a uma experiência intrinsecamente desordenada. Somente pela exageração da diferença entre dentro o fora, acima e abaixo, masculino e feminino, com e contra é que se cria uma aparência de ordem”.

Ao lado destes significados que se extraem dos discursos não verbais proferidos no referido vídeo – “Feminista leva lição de moral no twitter” – existe também um discurso verbal com o seguinte teor:

Feministas mostram, a cada novo dia, sua crescente hipocrisia. Recentemente, uma feminista xingou muito no twitter ao reparar que em pleno carnaval haviam mulheres trabalhando no bar. Enquanto a ativista de plantão curte a vida de foliã, suas ‘irmãs’ trabalham sob sol escaldante. No século 20, o feminismo ensinou que as mulheres

podem sim trabalhar para conquistar sua independência. Mas parece que, para as feministas do século 21, 'lutar pelos direitos das minas' é sair pelada no carnaval. É muito fácil criticar a atitude alheia no conforto de sua vida fácil. Pelo menos, sempre existirão as feministas de verdade. As trabalhadoras.

No referido discurso, há a qualificação da conduta da mulher que fez críticas ao trabalho de outras mulheres durante o carnaval e que se afirmou feminista como uma "hipocrisia" em comparação ao fato de que, no século passado, a luta feminista era, justamente, para garantir às mulheres o direito de trabalhar e ter independência.

A despeito de considerações acerca da legalidade ou não dos trabalhos exercidos por mulheres durante feriados e sem adentrar no mérito sobre se esta forma de labor é ou não correta, o que se depreende do discurso anteriormente citado, a princípio, é que sua interlocutora realiza uma diferenciação entre as pautas feministas do século XX e as do século XXI. Para ela, enquanto as primeiras lutavam pelos direitos sociais das mulheres, a luta atual é "pelos direitos das minas" saírem "peladas no carnaval".

Por um lado, não é possível afirmar que tal declaração está totalmente errada. A Segunda Onda Feminista no Brasil, surgida a partir da década de 1960, como debatido no capítulo anterior, guardou algumas particularidades em relação ao movimento no exterior em razão da conjuntura política nacional existente na época, marcada pelo regime ditatorial.

Segundo Pedro (2013), os obstáculos à liberdade de expressão e ao exercício de outros direitos levaram a lutas políticas e sociais com vieses de Esquerda, as quais contavam com grande participação de mulheres que também estavam envolvidas no movimento feminista e nas lutas sindicais. Com isso, a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora, como baixos salários e condições insalubres, tornaram-se, inicialmente, uma prioridade sobre tantas outras pautas feministas da época.

No entanto, em pouco tempo e ainda no século XX, as demais demandas ganharam força, dando destaque para temas como corpo e sexualidade, requerendo autonomia e liberdade sobre eles. O movimento feminista persiste, assim, como um movimento libertário que não somente requer a inserção da mulher nos espaços públicos, como na vida pública, na educação e no trabalho, mas também realizando, conforme Gregori (2017, p. 57), uma crítica radical à condição do ser feminino, ganhando as ruas com o slogan "nosso corpo nos pertence e o privado também é

político”, resistindo à dominação do homem sobre a mulher e levantando questões sobre o domínio do próprio corpo, a busca pelo prazer sexual, a violência doméstica e sexual, aborto, maternidade, etc.

Assim, segundo Barreto (2011), ao contrário do afirmado no discurso do vídeo, os movimentos artísticos feministas que emergiram a partir dos anos de 1970 já tinham o objetivo de quebrar os valores hegemônicos vigentes, sobretudo em relação às representações do corpo da mulher, realçando, por meio da nudez feminina, categorias como identidade, gênero e sexualidade.

A partir de então e até o presente século, o nu feminino não tem mais a intenção de expor a feminilidade da mulher ou incitar o desejo masculino, mas de dar visibilidade a outras construções de corpos, representações alternativas que rompem com os padrões sobre o corpo até então considerados normais, questionando desigualdades e propondo debates sobre a condição da mulher na sociedade. A nudez, assim, não é restrita a si mesma, à mera exibição: ela é uma forma de impugnar a ordem social vigente, de construir imagens femininas com identidade própria e (sim!) de permitir que as “minas” tenham direito de “sair pelada no carnaval”.

Além dessas discussões, o que se percebe no discurso anteriormente transcrito é a proposta de uma divisão entre o que o Movimento Brasil Livre costuma chamar, inclusive em outras publicações em suas redes sociais, de “feminismo de agora” e “feminismo de antigamente”. Observa-se que não há na fala um distanciamento ou mesmo uma crítica das mulheres do MBL às “feministas de verdade”, notadamente as do século XX que reivindicavam direitos trabalhistas, mas somente às do século XXI.

É uma condenação do que Ferreira (1988) denomina de “pós-feminismo”, cuja ideia é a de que o feminismo é um movimento ultrapassado, que teve utilidade em um dado momento da história, notadamente para o alcance de direitos para as mulheres. Mas, após cumprir sua missão no momento em que a história e o progresso exigiram, sua filosofia e formas de organização se tornaram obsoletas, não sendo útil às novas conjunturas sociais.

De fato, os novos parâmetros sociais que modificaram a situação da mulher na sociedade não podem ser equalizados com aqueles presentes há quase 50 ou 100 anos, não sendo também possível, logo, que o movimento feminista adote as mesmas práticas e discursos do século XX. Não afirmo que o tema “mulher e

trabalho” não mereça maiores debates ou que as mulheres já alcançaram todos os direitos naquele sentido, mas é necessária uma contínua e recorrente redefinição das reivindicações do movimento feminista para que, sempre que possível, sejam melhoradas as condições sociais da mulher e mitigadas as desigualdades entre os gêneros, não havendo, portanto, espaço para que se limite a pautas do “feminismo de antigamente”. As reivindicações do século XXI, assim, atingiram outro patamar, no qual o corpo, a sexualidade, o respeito ao sujeito feminino não como expressão do biológico, mas como expressão das relações sociais, dominam a cena do feminismo.

Ainda no ano de 2017, o canal do MBL no YouTube postou outro vídeo discorrendo acerca de questões de gênero. Tal vídeo, denominado “Feministas não vão denunciar machismo de Lula porque não defendem as mulheres”, foi publicado em 17 de maio daquele ano e seu discurso é narrado por Francine Galbier, forte ativista do movimento que também já protagonizou outros vídeos naquela plataforma.

No referido vídeo, Francine inicia fazendo críticas a um suposto fato de que o ex-Presidente Lula teria culpado sua então esposa, Dona Marisa Letícia, pelo recebimento de um triplex. Este fato estaria sendo apontado pela Operação Lava-Jato como um abatimento de propinas que o Grupo OAS teria de pagar a ele e ao Partido dos Trabalhadores pelo favorecimento em obras da Petrobrás durante seu mandato. E continua:

[...] E nessas horas nós queremos saber onde é que tá o movimento feminista. Eu te respondo: as feministas não vão denunciar a falta de caráter do Lula, porque a prioridade delas não é a defesa das mulheres. O que existe hoje é um movimento de Esquerda empenhado em destruir as características do feminino e disseminar o ódio contra os homens. [...] Basta prestar atenção no comportamento autoritário e lunático da militância. Mas muitas adolescentes acabam seduzidas pelo movimento. Um tempo depois elas sofrem, praticamente, lavagem cerebral. Você que é menina, que é adolescente, saiba que o que existe hoje não é um movimento pelas mulheres. É um movimento que censura que manipula mulheres. O movimento feminista não vai te ajudar. Ele vai te manipular, ele vai desconstruir todas as suas características femininas, vai te ensinar a odiar homens e vai te usar para fazer militância política para partidos autoritários de Esquerda.

Sem realizar ponderações acerca da Operação Lava-Jato e das acusações proferidas contra Lula ou outros acusados, observamos que o principal questionamento de Francine, visível na frase “onde é que tá o movimento feminista”, trata da ausência de envolvimento do movimento na defesa de Dona Marisa contra as associações feitas pelo próprio marido entre ela e o imóvel objeto de corrupção.

A aversão ao movimento feminista neste discurso, portanto, não diz respeito, inicialmente, à contrariedade de Francine ou do MBL a suas pautas e reivindicações, mas a caracterização do mesmo como um “movimento de Esquerda”. Enquadrar a luta feminista como um mero “movimento de Esquerda” não se mostra apenas como uma forma de incitação do ódio e/ou discordância dos indivíduos que se encontram à Direita do espectro político, como também um meio de associar suas reivindicações a uma estratégia de tomada de poder da Esquerda.

Esta associação pode ser explicada, talvez, pela inclinação da Esquerda, como já explicado anteriormente, para a defesa do multiculturalismo e das minorias, dentre as quais, obviamente, encontram-se as mulheres. Não que a Direita não se empenhe na defesa desse grupo, mas não o enxerga como grupo minoritário, de modo que a defesa de seus direitos é um reflexo da garantia de direitos gerais.

Ademais, como afirma Astelarra (1983), a trajetória do movimento feminista contemporâneo brasileiro, que se origina na década de 60, perpassa, de fato, o âmbito dos partidos de Esquerda e esteve, ao longo dos anos, vinculado a eles. No entanto, vai muito além deles, tendo em vista que expressa uma série de problemas que a Esquerda não foi capaz de assumir.

Além disso, Pinto (1994) explica que os espaços de participação política nas democracias obedecem a uma lógica diversa da participação através dos movimentos sociais, principalmente em razão da forma como os discursos se constituem no interior destas lógicas: nos discursos políticos há uma pretensão à hegemonia, enquanto nos dos movimentos sociais, inclusive no feminismo, existe uma tendência corporativista.

Estou chamando de "pretensão à hegemonia" à construção de visão de mundo dos sujeitos partidários do campo político que buscam adesão através da construção de Interesses gerais da sociedade. Este discurso, malgrado suas divisões ideológicas internas, tende a lutar pela conservação de um espaço privilegiado de disputa política, dificultando a incorporação de novas lutas. O corporativismo, por sua vez, qualifica o discurso dos novos movimentos sociais e mormente

do feminismo, não por seu conteúdo mas pela forma com que defende princípios inarredáveis e pela dificuldade de articular-se a novas e/ou outras lutas, não criando condições para ameaçar o campo das práticas com pretensão hegemônica. (PINTO, 1994, p. 257).

Isso significa que as lutas feministas, apesar de significativas para o âmbito político e, por vezes, decisivas nas eleições de partidos de Esquerda, bem como a despeito de terem se originado e estarem mais inclinadas à agenda de Esquerda, com eles não se confunde. Obviamente, o alcance dos Poderes por aliados e partidos de Esquerda podem favorecer as pautas do movimento, justamente tendo em vista as promessas de defesa das minorias, mas isso não implica dizer que a tomada de poder é condição ou objetivo da existência do movimento.

Seguidamente, no final do trecho do discurso acima colacionado, Francine associa o feminismo e, por consequência, a Esquerda ao objetivo de “destruir as características do feminino e disseminar o ódio contra os homens”. Assim, este discurso não deixa de ter viés político-partidário, mas, ao contrário dos discursos que foram analisados no capítulo acerca do liberal-conservadorismo, a crítica realizada por Francine não diz respeito a questões propriamente políticas, que versem sobre o poder ou a administração político-pública, mas a qualidades associadas ao feminismo enquanto movimento de Esquerda.

Neste trecho, Francine usa do senso comum para manipular o próprio senso comum, tendo em vista não haver embasamento teórico que fundamente tal afirmativa, apenas a compreensão de que o empoderamento de mulheres, tal qual proposto pelo movimento feminista, advém da corrupção das características femininas e do ódio generalizado contra homens. Apesar disso, muitos são os que concordam com tal afirmativa, desconsiderando, assim, a importância do movimento para promover a igualdade de gênero.

Para Pondé (2016, p. 60), por exemplo, o feminismo nega um dado cultural importante: a “condição de fragilidade” da mulher, sua dependência em relação aos homens. A partir de então, as feministas acusam os homens de usarem e abusarem das mulheres, demonstrando que o feminismo “só conhece homens ruins e seus efeitos só se abatem sobre homens bons”, os quais não usufruem das possíveis consequências da emancipação feminina.

Em entendimento similar, Silva (2004) afirma que o feminismo teria as mesmas concepções do machismo, operando, no entanto, no polo contrário a partir

da inversão do problema das diferenças entre homens e mulheres ao propor uma escravidão do homem pela mulher.

Esta confusão entre os termos “machismo” e “feminismo” tem sido comum, principalmente para pessoas que não dialogam com a temática, mas também tem sido utilizada como uma estratégia para subverter as características do movimento feminista, tal como o fez Francine em seu discurso.

Apesar da similitude dos termos, a diferença entre eles é, inicialmente, conceitual: o machismo é uma forma de sexismo, de discriminação fundamentada no sexo, supervalorizando as características físicas e culturais masculinas em detrimento daquelas associadas ao gênero feminino, cuja ideia contraposta seria o femismo, que prega, por outro lado, a superioridade da mulher em relação ao homem.

O feminismo, por sua vez, é o oposto destes ideais extremistas, constituindo-se na ideia de que, a partir não do ódio aos homens, mas de uma luta integrada de mulheres e da participação de outros indivíduos e setores da sociedade, é possível alcançar a igualdade entre os gêneros e a ruptura da cultura sexista.

Francine também chega a afirmar em seu discurso que o movimento feminista está “empenhado em destruir as características do feminino”, colocando o feminismo e feminilidade, assim, como conceitos antagônicos. Conforme Beraldo (2014), a feminilidade é, realmente, um conceito culturalmente naturalizado e muito controverso entre as feministas, tendo em vista que aparece, historicamente, como um fator de ligação entre a mulher, enquanto sujeito, e a construção social da imagem ideal da mulher segundo os interesses de um sistema regido, majoritariamente, por homens.

A feminilidade, neste sentido, não está associada somente ao corpo feminino ou à (hetero)sexualidade, mas às regras culturais que impõem um dever-ser sobre a estética, a roupa, o comportamento, a função, a ocupação, entre outras características que tornariam a mulher, de fato, uma mulher e que, segundo Bourdieu (2003, p. 40), concorrem para fazer da experiência feminina de si e do corpo o limite do “corpo-para-o-outro”, ante a valorização social de condutas como:

[...] sorrir, baixar os olhos, aceitar as interrupções etc., as pernas que não devem ser afastadas etc. e tantas outras posturas que estão carregadas de uma significação moral (sentar de pernas abertas é vulgar, ter barriga é prova de falta de vontade etc.). Como se a

feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena”, mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível, limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo, sobretudo em lugares públicos. Essa espécie de confinamento simbólico é praticamente assegurada por [...] poses ou as posturas mais relaxadas, como o fato de se balançarem na cadeira, ou de porem os pés sobre a mesa, que são por vezes vistas nos homens – do mais alto escalão – como forma de demonstração de poder, ou, o que dá no mesmo, de afirmação são, para sermos exatos, impensáveis para uma mulher. (BOURDIEU, 2003, p. 40).

Ao insinuar que o movimento feminista vai contra todas essas características, o discurso de Francine incita o medo do feminismo, bem como o receio, em algumas mulheres, de se declararem feministas e serem associadas, por uma sociedade permeada de desigualdades e preconceitos, a uma mulher esteticamente masculinizada, vulgarizada e homossexual.

No entanto, segundo Carvalho (2004), tanto a feminilidade como a masculinidade não possuem significados fixos e, sendo construções variáveis e plurais no tempo e no espaço, se modificando conforme as classes sociais, a origem, a religião, entre outros determinantes culturais, estão sempre sujeitos a disputas políticas pela atribuição de significados.

Dentro dessas disputas, está a proposta pelo movimento feminista que, ao contrário do afirmado por Francine, não demanda a destruição das características do feminino, mas uma reconstrução das expressões de feminilidade que atualmente se impõem, rompendo com a ideia conservadora de que somente a maternidade, a domesticidade, o recato, a subserviência, o corpo magro, depilado e esbelto e o casamento seriam características essenciais para afirmar a mulher como mulher. O que se requer, portanto, é a compreensão de que não existe somente um modelo de feminilidade, mas múltiplos e múltiplas também as formas de ser e se sentir mulher, as quais devem ser reconhecidas e valorizadas socialmente.

No mesmo vídeo, Francine continua:

[...] Discorda de qualquer pauta de Esquerda perto de uma feminista pra você ver. Pra elas, tudo o que não é de Esquerda não presta. Vocês se lembram quando ameaçaram a Joice Hasselmann de morte, de estupro? Quando foram machistas com a Janaína Paschoal, com a Marcela Temer, com a Rachel Sherazade, com a esposa do Trump? As feministas falaram alguma coisa? Claro que não. Nenhuma delas defende pautas de Esquerda, então, para as feministas, elas não prestam. Agora mesmo nessa semana, a nova

Miss dos Estados Unidos tá sofrendo ataque do movimento feminista porque ela não concorda com ele [...].

O que Francine relata na sua narrativa é, em outras palavras, o que autores como Andrade (2019), além de fóruns e rodadas de debate, tanto favoráveis quanto contrárias ao movimento feminista e que levantam opiniões de Esquerda e Direita, comumente têm chamado de “feminismo de ocasião”. Não existe na literatura pertinente um conceito já definido sobre este termo. No entanto, é possível compreender o feminismo de ocasião como a situação na qual uma pessoa se apropria de concepções feministas e, até mesmo, se declara feminista em uma situação pontual para obter algum benefício sobre sua imagem pessoal ou a de alguém, mas, em outra oportunidade, demonstra comportamentos e ideias que são contrários aos ideais do movimento.

Assim, o feminismo do movimento feminista, segundo o discurso de Francine, possui limites: ele compreende somente a proteção de determinadas mulheres, daquelas que defendem as pautas de Esquerda, deixando de lado todas as demais que as critiquem, as contrariem ou que defendam as pautas de Direita.

O mesmo argumento também parece se fazer presente em outro discurso proferido por Francine em um vídeo publicado pelo canal do MBL no dia 13 de junho de 2017. Sob o título “Petistas atacaram jornalista e culpam a vítima”, Francine relata agressões feitas por eleitores do Partido dos Trabalhadores (PT) contra a jornalista Miriam Leitão em razão dos textos que publica no Jornal O Globo. Sobre o assunto, afirma que:

[...] o movimento feminista não soltou nota nenhuma porque as feministas não defendem mulheres, elas não são preocupadas com as mulheres, então elas não vão sair em defesa da Miriam, assim como elas não saíram em defesa da Thaís Godoy, a professora que foi impedida de ministrar a sua palestra na UFG e teve que ser escoltada por seguranças pra não ser agredida fisicamente pela militância de extrema Esquerda que tava lá pra atrapalhar a palestra dela.

Ainda, a mesma discussão também foi aposta em outro vídeo publicado pelo MBL no dia 6 de junho de 2018 em seu canal do YouTube e intitulado “Pra quê serve o feminismo?”. Neste vídeo, Nanda Xiê, outra militante do movimento, afirmou que:

[...] Os que não falam e fazem o que eles querem são boicotados e calados, como foi o caso da cantora Lana Del'Rey que, em 2014, disse: 'a questão do feminismo só não é um conceito interessante' e que estava mais interessada em questões tecnológicas. Como já esperado, ela recebeu críticas de todas as partes, como sites, jornais e blogs, além de outras personalidades. Aqui fica claro como há intolerância com quem pensa diferente.

Assim, apesar de tratar de questões relacionadas a gênero, as falas de Francine e Nanda nos referidos vídeos guardam um discurso ideológico, retratado por meio de um sentimento de exclusão que também está presente no discurso de muitos autores liberais quando discutem sobre a Esquerda e a defesa das minorias, como as mulheres, por exemplo.

Neste sentido, Constantino (2014, p. 269) aponta que uma das marcas registradas da Esquerda e por ela vendida ao grande público é, segundo a própria narrativa deste espectro político e dos movimentos que dele derivam, a completa ausência de preconceitos, com exceção “aos neoliberais, e aos capitalistas defensores do lucro, e aos especuladores, e aos conservadores de direita, e aos republicanos...”, aos quais demonstra ódio.

Ressalte-se que esta também é uma crítica feita pelas próprias integrantes do movimento feminista, principalmente às celebridades e empresas que, de alguma forma, se apoderam do feminismo e da defesa de outras minorias como forma de angariar fãs e consumidores e o apoio de movimentos, mas cujo discurso não se sustenta na prática.

Esta é, inclusive, uma discussão trazida no vídeo de Nanda Xiê acima descrito, no qual ela compara a fala proferida pela cantora norte-americana Taylor Swift quando do recebimento de um prêmio no Grammy Awards com outros atos de apoio ao movimento feminista realizados por artistas, assim:

[...] Em seu discurso ela prega a união das mulheres e diz que alguns tentaram derrubá-la, porém o discurso não teve nada de apoio às mulheres. Na verdade, foi apenas uma oportunidade pra atacar o rapper Keyne West que polemizou com ela há alguns anos atrás. A real é que existe muita hipocrisia e malandragem nessa história. Esses artistas querem parecer engajados para saírem bonitos nas fotos e a imprensa divulga aqueles que aderem à agenda. Quem contraria vira párea e é perseguido. Por exemplo, na indústria musical, há canções que empoderam as mulheres e são cantadas por artistas que são consideradas ícone do feminismo. As letras das canções, porém, foram escritas por homens. Isso sim é lugar de fala! Um bom exemplo do falso ativismo é a cantora norte-americana

Beyoncé. Em 2010, a artista fez um show privado para Hannibal Gaddafi, filho do ditador Muamar Gaddafi [...]. Uau! Que empoderada, divou, lacrou. Hashtags criadas em redes sociais não salvam vidas. Militar na internet não te torna uma heroína ou ícone do movimento. Até aquele '#metoo' que denuncia os abusos sexuais cometidos na indústria hollywoodiana até agora não levou nada além de denúncias. Harvey Weinstein produtor cinematográfico é acusado por centenas de atrizes, como Cara Delavigne e Angelina Jolie. Até agora, absolutamente nada aconteceu com ele ou com os outros. No máximo, homens acusados são expostos no twitter e rendem manchetes em sites sensacionalistas. Na prática, tudo é convertido em autopromoção e vaidade. Curiosamente, o movimento costuma ganhar força em épocas de premiações e de tapetes vermelhos. Usar roupas completamente pretas, usar rosas brancas nas roupas, usar broches do movimento 'timesup' no Oscar, parece que os artistas hollywoodianos tiveram uma aula com Paola Oliveira que pintou as unhas de branco pedindo por paz. Sério! Tô emocionada. Isso tudo é, na verdade, uma grande jogada de marketing para que essas falsas ativistas vendam cada vez mais álbuns, ingressos e shows e tudo o que envolve o nome delas. Mas sabe quem é o grande palhaço desse circo? Você! [...] O feminismo, no fim, não passa de um esquema de marketing hipócrita que premia quem segue sua agenda, mas se esquece das mulheres que morrem e sofrem no Oriente Médio, África e Ásia.

Sobre o assunto, Andrade (2019) sustenta que a publicidade está, atualmente, na disputa pela consciência do movimento feminista, confirmando um feminismo de ocasião ao se apropriar do debate para, através dele, apresentar empresas e pessoas como portadoras de alguma responsabilidade social que, na prática, inexistente.

Constantino (2014) também alude que, através de um discurso em prol da justiça social, muitos ricos e famosos se tornam combatentes da desigualdade no mundo, sem deixar de lado o poder ou distribuir o dinheiro de que desfrutam. Muitos artistas, assim, falam publicamente em prol das mulheres, enquanto, na privacidade de seus lares, agridem suas esposas e filhas.

Apesar do forte apelo que a voz desses famosos tem em relação aos seus fãs, podendo, inclusive, dar visibilidade a pautas sociais e influenciar seus seguidores a serem favoráveis a elas, como o feminismo, por exemplo, e ainda que a militância de alguns destes seja, de fato, de ocasião, não é correto afirmar, contudo, como o fizeram Francine e Nanda, que a corrupção dos seus interlocutores e falsos militantes significa a corrupção do próprio movimento feminista.

O feminismo não se limita ou se concentra, assim, nos episódios de militância de celebridades. Ele resiste e, enquanto movimento social, nunca esteve tão vivo,

atuante e mobilizado. Alcança, atualmente, setores da sociedade que as primeiras ondas feministas não abarcaram e, com isso, permite a luta pelos direitos de quem antes não tinha voz, como as mulheres do morro, as trans, as negras, as indígenas, entre muitas outras.

Apesar disso, continuamente, no mesmo vídeo, Nanda já esclarece que seu intuito é mostrar “como o feminismo atual é muito contraditório e, porque não, hipócrita”. Ela se declara como ex-participante do movimento feminista e relata:

[...] Como vocês devem imaginar, eu não passava de uma chata e mimizenta. Pois é, galera, as propostas reais e importantes do feminismo se perderam há muito tempo. Hoje, o movimento é totalmente vitimista, não defende pautas importantes e tá repleto de contradições.

Neste trecho, Nanda retoma a ideia já abordada por Francine de que existe uma dicotomia entre a luta feminista atual e o feminismo de outrora, cujas pautas, segundo ela, eram importantes e versavam sobre propostas reais. Em sentido contrário, o feminismo de hoje é “mimizento” e “vitimista”.

Ambas as palavras são termos que perpetuam estereótipos e preconceitos contra as minorias. Estes termos representam uma crítica a toda reivindicação feita por estes grupos – negros, LGBTQI+, mulheres, etc. – e que, embora simples, são essenciais para promover sua dignidade e a forma como são vistos e tratados pela sociedade.

Scaldeferri et al. (2017) explicam que, a partir deste ponto, a linha mais conservadora da sociedade faz uma associação pobre e genérica entre todos estes grupos, considerando-os como vitimistas e com complexo de opressão, cujas reclamações são “mimimi” porque nem tudo que reivindicam guarda relação com a verdade ou com a justiça.

Segundo Gregori (1993), a atual abordagem vitimista realizada pelo feminismo revela uma tentativa de apontar a responsabilidade exclusiva dos homens, fornecendo para os problemas enfrentados pela mulher na vida cotidiana e na sociedade uma explicação globalizante que atribui sempre culpa aos outros, sem considerar que, nas relações que trava com eles, a mulher também age, condena e agride. Assim:

[...] a mulher aparece como ser passivo, ou melhor, vitimado. Desde que ela não é sujeito constituinte de sua situação ou destino, é vítima, inclusive quando age contra os outros. Esta é uma noção que leva a argumentação a um dilema cujos efeitos são pouco favoráveis à ação política. O "vitimismo" é o pior caminho, seja para compreender o fenômeno, seja para estimular a ocorrência de transformações substantivas nas relações entre os sexos. (GREGORI, 1993, p. 143).

Tais termos utilizados por Nanda trazem, assim, a ideia de que as pautas feministas atuais são reclamações generalizadas que, além de se atentarem para fatos insignificantes, culpam terceiros pela situação em que as mulheres se encontram, as quais são utilizadas, principalmente, para obter regalias do Estado e a piedade dos cidadãos que não pertencem ao movimento feminista.

Obviamente, considerar todas as pautas feministas atuais como vitimismo é uma tentativa de deslegitimar suas reivindicações. Este pensamento favorece os ideais conservadores, posto que defende, ainda que indiretamente, a ausência de mudanças nos valores e nos usos e costumes sociais que versam acerca de como a mulher é vista ou tratada na sociedade ante o não atendimento das demandas feministas.

A postura do feminismo é apresentar o cenário real das mulheres, entendendo que é preciso denunciar para que a sociedade tome consciência em seu cotidiano do que vem acontecendo. As situações ocorridas com as mulheres, que antes eram naturalizadas, agora são expostas, trazidas à baila, para que se tome conhecimento do que ocorre no âmbito do privado.

Ao trazer à cena essas situações, o movimento pretende, assim, que se discuta e se questione os por quês dos acontecimentos. A mudança não ocorre sem que se conheçam os fatos, sem que se apontem os envolvidos, sem que se questionem se não poderia ter sido de outra forma. Portanto, é uma estratégia de luta, de transformação do *status quo* e isso não é linear. As contradições estão aí presentes.

No mesmo vídeo, Nanda continua:

[...] As feministas dizem que as mulheres devem amar os seus corpos e se aceitarem como são, mas a gente sabe que não é bem assim. Em propagandas, como a de bebidas alcoólicas, sempre houve uma bela mulher, com corpo escultural, que era paga e muito bem paga, entretanto esse tipo de trabalho nunca foi reconhecido pelo movimento e, na verdade, as garotas-propagandas eram

atacadas, pois as militantes diziam que elas não representavam o corpo real das mulheres, uma prova de intolerância e falta de coerência do movimento.

Apesar de, em uma primeira leitura, ser possível identificar que o discurso de Nanda traz a ideia de discussão do corpo da mulher, este, na verdade, é somente utilizado como argumento para retomar a ideia já debatida por Francine. Para elas, existem grupos de mulheres que são excluídas da representatividade feminista – neste caso, as mulheres que usam sua imagem e “corpo escultural” para promoverem trabalhos publicitários –, pontuando-o, novamente, como um movimento excludente.

Pondé (2016, p. 46) concorda com o posicionamento tomado por Nanda quando afirma que o feminismo, enquanto movimento opressor, persegue os corpos femininos de “menor massa”, ou seja, os corpos magros, porque julga que a mulher, quando usa de sua beleza como forma de sobrevivência, está sendo vítima do homem, de abuso de poder.

Ressalte-se que, no último século, a publicidade reposicionou o olhar masculino para o corpo feminino, sugerindo que as mulheres que encenavam os anúncios publicitários tinham confiança em seus corpos e na avaliação de sua aparência. Mas a beleza que atraía o consumo, até pouco tempo, não implicava diversidade: ela era o retrato de uma silhueta magra, branca, corpo malhado e cabelos longos.

Historicamente, este padrão de beleza provém dos ideais sanitários do início do século XX que aconselhavam a manutenção de um corpo saudável a partir de dietas nutritivas. O que fez com que o descuido das mulheres com o peso resultasse não somente em falta de atrativos para os homens, mas também em críticas provenientes de outras mulheres. A vontade de ser desejada e admirada fez com que muitas mulheres, se espelhando no que viam nas propagandas, combatessem a gordura corporal por meio do controle da alimentação, uso de espartilhos, cintas modeladoras e atividades físicas, aprofundando a associação entre corpo magro e saúde. Após diversos estudos, essa associação se mostrou falsa e, além disso, um incentivo a doenças e transtornos alimentares (LANA; SOUZA, 2018).

Para Goffman (1979), este tipo de publicidade reflete sentidos sociais de feminilidade, determinando um vocabulário imagético da mulher ideal. A discussão feminista neste sentido, contrariando o afirmado por Nanda, não se volta contra o

corpo “escultural” da mulher, tampouco contra a sua forma de trabalho, mas contra a ausência de diversidade nos corpos representados e contra a exploração das mulheres como objeto/mercadoria. A crítica das feministas é para que, de fato, as consumidoras multifacetadas possam se reconhecer no anúncio e ser induzidas antes ao consumo do produto do que, propriamente, do corpo da modelo e da homogeneização das aparências.

Tratando de uma temática diferente, outro vídeo publicado no canal do MBL no YouTube traz uma ex-militante feminista e ex-integrante do grupo Femen, Sara Winter, debatendo acerca do tema aborto. No vídeo, intitulado “Aborto e genocídio negro por Sara Winter” e publicado no dia 18 de junho de 2018, Sara se declara uma ativista “pró-vida, pró-família e pró-defesa”, predicados comumente utilizados por pessoas que se mostram contrárias ao aborto com base em fundamentos conservadores da sociedade.

Biroli (2018, p. 134) compreende que, nas primeiras décadas do século XXI, a “defesa da família” tem sido a palavra de ordem no Brasil, como já o fora em outras épocas em que se levantavam bandeiras em defesa de “Deus, pátria e família”. Estas práticas têm o objetivo de “retroceder nas exceções existentes à criminalização do aborto”, firmando o entendimento de que “família, sexo e parentalidade são da ordem da natureza, não fatos sociais”.

Em um discurso sob estes fundamentos, Sara relata a legalização do aborto em alguns países e da possibilidade de sua legalização também no Brasil. No intuito de mobilizar opiniões contrárias ao aborto, ela mescla a questão do aborto com a possibilidade de que, caso legalizado, haja um genocídio negro em muitos países, dando, como exemplo, o caso da Organização Não Governamental (ONG) *Planned Parenthood*, nos Estados Unidos. Para Sara:

A *Planned Parenthood* é uma ONG dos Estados Unidos gigantesca que é responsável, segundo a sua própria atual presidente, Cecile Richards, por 30,6% por todos os abortos realizados nos Estados Unidos. Essa ONG foi criada no início do Século XX por [...] Margaret Sanger, uma enfermeira cujo movimento feminista vende a sua biografia como uma mulher empoderada que sonhava em empoderar e emancipar todas as mulheres da América. [...] Sanger, na verdade, era uma supremacista branca e eugenista, ou seja, ela acreditava que as pessoas brancas eram muito mais inteligentes, bonitas, fortes e capazes do que as pessoas negras, hispânicas e orientais. [...] O desprezo de Margareth Sanger, eugenista e feminista, a fez criar a *Planned Parenthood*, a fim de dizimar toda a população

afroamericana. [...] Você que tá me assistindo agora que é pró-vida ou que é feminista que vive chamando nós de racistas, de fascistas, saiba que a sua querida musa criadora, inspiradora dos direitos reprodutivos das mulheres era uma supremacista branca que odiava negro, hispânico e deficiente. Infelizmente, toda essa lavagem cerebral funcionou e em 2012 Margaret Sanger ficou na lista das 100 pessoas mais influentes do século pela revista Times. [...] Você sabia que a maior parte das clínicas de aborto da *Planned Parenthood* foram colocadas estrategicamente em bairros onde a maioria da população é negra? São de afroamericanos? [...] 800 bebês são abortados, mortos, assassinados por dia. Dias úteis multiplicados, são 201.600 bebezinhos mortos todos os anos. [...] Tu vai continuar sendo abortista? Tu vai continuar apoiando o aborto sabendo que o aborto foi feito não pela emancipação das mulheres, pra lutar pelos direitos reprodutivos das mulheres, foi feito por uma eugenista, supremacista branca com um único objetivo de dizimar e reduzir a população negra. Pensa bem, esquerdista, pensa bem, feminista.

Inicialmente, é preciso considerar que garantir o direito da mulher de realizar o aborto é reconhecer que esta prática existe, ainda que não legalizada, e que se efetiva em todas as camadas populacionais por mulheres de todas as classes. No entanto, também é considerar que, ao ser realizado de forma clandestina, não existe a garantia de que todos os procedimentos médicos necessários à garantia da saúde e bem-estar da mulher serão assegurados, principalmente daquela pertencente às classes mais pauperizadas da sociedade, as quais, por falta de outros recursos, chegam a realizar tal procedimento em casa, em ambientes insalubres e por pessoas sem o devido preparo, incidindo, assim, em risco de morte.

Aparentemente, o direito sobre a sexualidade, a reprodução e a maternidade – e, conseqüentemente, sobre o aborto – deveria ser dado ao indivíduo como uma liberdade, tendo ele a possibilidade de exercê-la ou não e de fazê-lo a sua maneira. No entanto, ao longo da história, tem sido perceptível o seu caráter político, tendo em vista todas as intervenções sociais que requerem seu controle e limitação.

Este caráter político já havia sido, inclusive, confirmado por Rubin (1993, p. 143) quando afirmou que “o sexo é sempre político”, posto que tem suas próprias políticas internas, desigualdades e modos de opressão e são imbuídos de conflitos de interesses. No entanto, explica que existem períodos históricos em que a sexualidade é nitidamente mais contestada e mais explicitamente politizada, renegociando a vida erótica e todas as suas nuances.

Coadunando-se com este entendimento, Biroli (2018) explica que, no atual momento em que reações conservadoras se acumulam na sociedade após anos de

conquistas de direitos, são os corpos que estão no centro das disputas políticas e sociais que exigem sua regulamentação, afirmando e rejeitando identidades e direitos com fundamento em diferentes sistemas de crenças e perspectivas morais.

Assim, a tomada de posições contrárias à realização ou legalização de abortos no Brasil é uma característica da politização da sexualidade recorrente no presente momento histórico. Por isso, a contestação desta prática não é exclusividade do MBL ou de outros movimentos de caráter político-partidário, mas tem sido uma bandeira levantada pela parcela mais conservadora da população, na qual a reprodução:

[...] é promovida em termos simbólicos a um nível identitário, essencial, portadora de um destino social ancorado no corpo. Objetiva-se, dessa forma, a iminência que faz das mulheres este corpo fractal: é a apropriação social do corpo construído em mulher que confere a todas as mulheres um destino biológico, quase uma fatalidade. (SWAIN, 2007, p. 205).

Os argumentos neste sentido exploram as mais diversas teorias e contextos, sendo os mais comuns o sofrimento fetal, o pecado capital e o direito de nascer. Por outro lado, Sara, em seu discurso, traz uma teoria pouco conhecida nos debates acerca da legalização ou não do aborto: o genocídio negro.

Apesar de não basear-se em dados estatísticos, o apelo de Sara tem este sentido e é confirmado quando se estima que as mulheres negras abortam mais que as brancas. No Brasil, por exemplo, esta é uma realidade já informada pela Pesquisa Nacional de Aborto – PNA, cujos dados levantados em pesquisa nacional apontam que o índice de aborto provocado entre mulheres negras é de 3,5%, enquanto que em mulheres brancas é de 1,7%, o que significa que mulheres negras chegam a abortar o dobro das brancas (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017).

Tais dados, entretanto, não implicam dizer que está ocorrendo um genocídio negro, mas que, sob uma análise social, as mulheres negras, sobretudo as residentes em periferias e zonas rurais, têm menos acesso a métodos contraceptivos, seja em razão da falta de acesso à educação, notadamente de educação sexual, ou das precárias condições de atendimento em saúde pública que possa lhes fornecer não só os métodos de prevenção, mas explicar a necessidade de usá-los e a importância deles para o planejamento familiar.

Desprovidos deste fundamento social, os argumentos de Sara têm, por outro lado, o sentido de realizar uma associação entre o feminismo e a eugenia, ao alegar que o movimento feminista e suas reivindicações pela legalização do aborto, pelos direitos reprodutivos e pela emancipação feminina tomam por base e “musa inspiradora” Margaret Sanger, criadora da ONG *Planned Parenthood*, eugenista e supremacista branca.

Na década de 1920, Sanger, que se declarava feminista, popularizou o controle de natalidade por meio de contraceptivos e foi percussora de movimentos em favor do planejamento familiar após suas experiências como enfermeira em bairros humildes de Nova York, nos quais teve contato com mulheres pobres que não queriam engravidar e realizavam abortos autoinduzidos ou clandestinos (GOÉS, 2015).

No entanto, conforme Mesquita (2010), ao ser vastamente contestada pela camada mais conservadora da sociedade e presa em razão de suas ideias, Sanger buscou apoio médico e do discurso eugenista como forma de obter legitimidade para sua causa, marcando, assim, a entrada de profissionais de saúde e eugenistas no debate sobre aborto e controle de natalidade. A partir de então, Sanger passou a se preocupar não somente com as altas taxas de mortalidade materna e infantil associadas à gravidez indesejada, mas também com a qualidade da raça e a limitação de nascimento da classe operária.

Segundo Faludi (2001), em defesa dos direitos reprodutivos, o movimento feminista daquela época passou por cima das diferenças de classe e raça, bem como dos discursos eugenistas de Sanger, não se vinculando a eles, apesar de dar popularidade aos métodos de controle de natalidade por ela lançados e que garantiam a liberdade e o prazer sexuais femininos.

Ressalte-se que Sanger não foi a única eugenista a se declarar feminista, compartilhando desta ideia também nomes importantes no movimento, sobretudo em sua Primeira Onda, como Aldazira Bittencourt e Paulina Luisi. No entanto, a generalização feita por Sara é errônea, no sentido de que o movimento comporta distintas concepções sobre o tema “controle de natalidade”, de modo que nem todas as feministas concordam com o aborto e, mesmo as que concordam, podem não relacioná-lo à noção de eugenia, mas a de liberdade sobre a vida, o corpo e a reprodução.

O interessante no discurso proferido por Sara pela criminalização e não legalização do aborto é que, ao ser publicado no canal do MBL, ele demonstra que, ao contrário do que alega veementemente o referido movimento, ele não se classifica somente como liberal, tendo em vista que o princípio máximo do liberalismo político é, justamente, a liberdade individual, consubstanciada no desenho de limites para a ação estatal e no traçar de fronteiras entre o que é privado e o que é público.

Conforme Reed (2018), a intervenção do estado naquilo que é privativo do indivíduo só é necessária quando para garantir a ele mais liberdade, caso contrário, assim como no mercado econômico, deve deixar a “mão invisível” o guiar.

Apesar do apoio a esta teoria liberal, o MBL, no discurso proferido por Sara, demonstra adesão à proteção de valores sociais conservadores, notadamente a maternidade e a família tradicional – pai, mãe e filhos. Assim, o MBL assume a ideia de “conservadores nos costumes, liberais na economia”, colocando-se na linha de um liberal-conservadorismo que é rechaçado por Friedrich Hayek (1983), a quem o próprio MBL declara seguir, o qual considera que conservadores, socialistas e liberais encontram-se em uma tríade piramidal com fronteiras bem nítidas e que não se fundem uns com os outros.

Seguidamente, em 28 de junho de 2018, data em que acontecia a Copa do Mundo FIFA 2018 na Rússia, o MBL postou um vídeo em seu canal para tratar de um tema bastante polemizado na imprensa nacional e internacional. No vídeo, Nanda Xiê rebate as reações contrárias às atitudes de torcedores brasileiros que publicaram um filme nas redes sociais proferindo gritos de “buceta rosa” se referindo a uma russa que não compreendia a língua portuguesa.

A despeito dos comentários relacionados ao próprio vídeo, as problematizações do discurso de Nanda são voltadas para a reação da mídia frente ao episódio. Assim, no vídeo denominado “Precisamos falar sobre B*C*T* rosa”, Nanda reflete:

Mas o pior veio no último domingo com o Fantástico dedicado inteiro à pauta feminista. [...] Pra começo de conversa, é o mesmo Fantástico que tinha a modelo Isadora Ribeiro aparecendo seminua em sua abertura nos anos 80. Seminua e hipermagra, reforçando estereótipos de beleza, um estereótipo que, aliás, a medicina tem insistido não ser nem um pouco saudável. Estamos falando de um programa da Rede Globo, aquela que fez da nudez de Valéria

Valença um ícone do seu carnaval. [...] A Rede Globo sempre ganhou dinheiro objetificando as mulheres. E continua ganhando. Basta assistir a reportagem do mesmo 'Fantástico feminista' no domingo sobre o Rock in Rio. Como não notar as mulheres de biquíni na piscina? Ou o show da dupla Anavitória com pouquíssima roupa e sensualizando ao máximo? E a chave de ouro: com Anitta e seu clássico 'Vai Malandra', onde ela ensina que o máximo da malandragem feminina é seduzir os homens usando a bunda. [...] É preciso acabar com isso. Inclusive, pelo verdadeiro respeito que as mulheres merecem. [...] Todo mundo aproveita para se parecer legal, mas a verdade é que não se passa de puro fingimento em massa.

O discurso proferido por Nanda, assim como muitos dos anteriormente analisados neste capítulo, traz o corpo feminino como pauta do debate. No entanto, o interessante a ser analisado é que, neste, há uma contradição em relação aos demais: enquanto em vídeo que fora publicado apenas 22 dias antes a própria Nanda defende as mulheres magras, "com corpo escultural" que apareciam em propagandas de bebida alcoólica e criticava o movimento feminista por, supostamente, não defender estas mulheres, no vídeo ora sob análise Nanda as censura, afirmando que elas reforçam "estereótipos de beleza, um estereótipo que, aliás, a medicina tem insistido não ser nem um pouco saudável". Isso mostra que o discurso pode mudar quando o argumento ajuda a defender suas ideias conservadoras, mesmo que existindo contradição no que diz.

A narrativa de Nanda também traz de volta as discussões acerca do "feminismo de ocasião", já debatido, o qual, segundo o teor de seus argumentos, seria constantemente praticado pela mídia brasileira, especialmente pelo programa dominical "Fantástico", da Rede Globo. Para ela, o programa foi incoerente ao dedicar-se "à pauta feminista" quando saiu em defesa da mulher russa e criticou os brasileiros que a ofenderam, tendo em vista que o mesmo programa, bem como o canal exibiam performances de artistas nuas e seminuas em sua programação.

O discurso dela desconhece a dialética da vida, pois quem antes defendia determinado ponto de vista tem a possibilidade mudar suas concepções e comportamentos, sem entrar aqui nos interesses comerciais e capitalistas da emissora. Seu discurso exclui, portanto, que a emissora mudou a abertura do referido programa, inclusive incluindo a diversidade e deixando de expor as mulheres negras nuas em seu anúncio de carnaval. Não se pode, portanto, negar as mudanças.

No entanto, em análise a fatos semelhantes, Souza (2016, p. 76) considera que se trata de uma estratégia midiática, no intento de se aproximar de movimentos com grande repercussão popular, a reprodução de formas mais toleráveis de manifestação através de uma abordagem pseudodemocrática dos movimentos sociais, inclusive do feminista. Assim, através do que chama de “feminismo sofisticado”, as instâncias midiáticas tentam aproximar o feminismo de conceitos midiaticamente mais vendáveis, como, por exemplo, a sensualidade e a popularidade que algumas mulheres e artistas possuem, como Anitta, por exemplo, para, sob este discurso, se desvincularem da ideia estereotipada de mulheres masculinizadas.

Mas, para a referida autora, este tipo de feminismo demonstrado pela mídia através da sensualidade dessas artistas “são valores que contrariam as premissas contestatórias e os questionamentos em torno das relações hegemônicas e binaristas de gênero que continuam a definir papéis e posições de sujeito” a estas mulheres, o que denigre, ao fim, a figura emancipatória feminista, pois os referenciais identitários que emergem desta exposição convergem para representações que não colidem e não desestabilizam o ordenamento social (SOUZA, 2016, p. 77).

Ainda sob o aspecto do discurso de Nanda anteriormente discutido, é possível concluir que ela estabelece um contrassenso entre a defesa dos direitos e do respeito às mulheres, o que seria uma pauta feminista, e a exibição da nudez feminina, o que seria desrespeitoso às mulheres e contrário ao feminismo, inferindo-se, portanto, que o Fantástico seria um “falso feminista” ou “feminista de ocasião”.

Ocorre que, também em relação a isso, Nanda comete um desvio daquilo que Francine havia descrito em outro vídeo ao supor que o movimento feminista atual somente servia para “lutar pelo direito das minas sair pelada no carnaval”.

Tais contradições fazem crer que existem dúvidas destas interlocutoras, bem como do próprio MBL em relação às pautas do movimento feminista. No entanto, é necessário considerar que existem várias nuances acerca do corpo feminino que são abordadas pelo feminismo, o que pode causar confusão aos que não se aproximam dele. Neste caso, como lembra Medeiros (2017), corre-se o risco de confundir o uso do corpo voltado para a emancipação com aquele voltado à objetificação do corpo feminino.

Esta confusão, inclusive, também está presente na interlocução de autores que se qualificam como liberais, como Constantino (2014, p. 301), para quem a “mulher objeto”, aquela que sabe explorar sua beleza e sensualidade, “é a inimiga número um das feministas” que chegam a lutar pela proibição de propagandas com este perfil. Seguidamente, o autor afirma não compreender esta luta, pois, se a ideia seria lutar contra a mulher objeto, as feministas não deveriam ir às ruas com os peitos de fora em busca de atenção masculina.

O uso do corpo como forma de emancipação feminina, diz Santaella (2008), é um dos novos matizes do movimento e da luta feminista, preocupado com a aparência, com a sensualidade e, inclusive, a sedução como formas de liberdade e empoderamento feminino, mas recusando que todas essas características funcionem para tornar o corpo da mulher um ornamento para o homem, uma vitrine que exhibe o desejo masculino.

A objetificação, contra a qual o feminismo se posiciona, diz respeito à banalização do corpo e da própria mulher, retirando sua posição de sujeito que dispõe de desejos e vontades próprias e transformando-a em um objeto a serviço da vontade e desejo dos outros para quaisquer fins. O uso da imagem da mulher com esta finalidade segue, portanto, um padrão de corpo e aparência previamente definido pelas preferências sociais e culturais de determinada época e lugar, como forma de atrair público, influenciar opiniões e promover o consumo, notadamente pela mídia ou pelo capital. A mulher assim exibida, retomando Bourdieu (2003), existe para os outros como coisa disponível e atraente.

O interessante é que é justamente sob esta perspectiva que o corpo feminino interessa ao capital: como meio atrativo aos olhos, como objeto em que se espelhar e que atrai o consumo em razão da instigação da vontade em ter corpo semelhante. Fazendo uso de roupas, assessórios, cirurgias plásticas, perucas, intervenções estéticas, etc., produzindo lucro que, logicamente, interessa ao liberalismo, para o qual o livre mercado pode lançar mão de todos os recursos disponíveis para melhorar a competitividade. Mas é justamente esse o aspecto, o “estereótipo” de beleza difundido pela mídia que, aparentemente, Nanda critica em seu discurso, destoando assim, dos ideais liberais defendidos pelo MBL. Seu discurso denota, portanto, uma contradição de princípios em relação ao MBL.

Continuamente, a discussão sobre o corpo no final do discurso de Nanda volta-se para outro aspecto relevante para as discussões de gênero: as pessoas trans.

Não vimos reação alguma do movimento feminista quando um homem, fantasiado de mulher resolveu jogar na liga feminina de vôlei. Aliás, pelo contrário, boa parte do movimento feminista achou legal uma competição completamente desigual, além do fato óbvio de ter um espaço feminino invadido por homens. [...] O movimento feminista e sua linha auxiliar que tomou a redação do jornalismo da Globo não dá um pio quando homens lutam para usar banheiros femininos sob o pretexto ridículo da inclusão dos trans.

Este mesmo tema, de modo específico, foi tratado por Nanda em outro vídeo publicado logo após aquele em que foi proferido o discurso acima, razão pela qual ambos serão analisados de forma simultânea. No vídeo, intitulado “Espanha elege HOMEM como Miss!”, publicado no dia 6 de julho de 2018, Nanda discorda do resultado do concurso e tece os seguintes comentários:

Era um entretenimento desprovido de maior significado, senão o de buscar a mulher mais bela e o homem mais belo de um determinado tempo e local. Mas, eis que estamos na era do politicamente correto. Essa maldição que se empenha 24h por dia, 7 dias por semana, a negar a realidade. Para o politicamente correto, não existe sexo definido. É tudo uma questão de construção social. Não importa que mulheres nasçam com genitálias femininas e homens com genitália masculina. Tudo seria uma imposição, uma conspiração de uma sociedade má e que não respeita a diversidade. Não esperem coerência. É loucura pura e simples. Eis que o politicamente correto invadiu os concursos de beleza. Primeiro foi o Miss América, anunciando o fim do desfile de biquíni e das avaliações pautadas pela beleza propriamente dita das suas concorrentes. Já era loucura, mas sempre dá pra piorar. Eis que, na última semana, o Miss Espanha elegeu um homem como a mulher mais bonita do país. Não, você não entendeu errado. É isso mesmo. Ángela Ponce, nome social do homem que venceu o concurso. [...] Vivemos dias muito estranhos. Homens disputam esportes femininos. Vencem, batem recordes numa disputa completamente desproporcional com as mulheres. Agora homens também disputam concursos femininos. Vencem e ocupam espaços que nunca pertenceram antes ao universo masculino. O pior de tudo é que vemos feministas fanáticas que odeiam homens com todas as forças aplaudindo isso e achando bonito.

Assumindo posição semelhante à de Nanda e contrária a esta inserção da minoria trans em espaços considerados eminentemente femininos, Constantino

(2014, p. 290) retoma a discussão entre sexo e gênero, afirmando que não se pode fugir da biologia humana, ainda que algumas pessoas possam imaginar que a sexualidade é uma construção social alterável à vontade.

Para ele, os integrantes do movimento LGTQI+, enquadrados em uma única categoria – a do “movimento Gayzista” -, não querem saber de igualdade perante as leis, liberdade individual ou discricção na vida sexual privada, mas inúmeros privilégios que atentam contra o pudor. Sugere ele que, ao invés do moralismo da visibilidade gay, os homossexuais, incluindo as pessoas trans, deveriam retornar à vida privada, à descrição e ao anonimato, resistindo à politização, pois acredita haver um limite para as “conquistas” sexuais.

Em claro embate com as primeiras teorias feministas sobre o gênero, o referido autor, assim como Nanda, valorizam as características eminentemente biológicas, o corpo sexuado do indivíduo para determinar seus espaços na sociedade. Espaços estes pertencentes a homem e mulher, macho e fêmea, não havendo possibilidade de ampliação desses espaços ou do próprio gênero.

Visivelmente, este é um posicionamento tradicional, conservador, que desconsidera todas as interlocuções do sujeito com a sociedade e todas as influências desta sobre ele no que diz respeito ao gênero. Tal pensamento destina o indivíduo a morrer da forma como nasceu e a seguir, ao longo de toda sua vida, sobre uma linha sexual reta, sem descontinuações ou interseções, sem “invadir” o espaço do sexo oposto.

Para Butler (2018), entretanto, a ocupação destes espaços, como o do vôlei feminino, do banheiro feminino e do Concurso Miss Universo por mulheres trans, é uma ocupação política, tendo em vista que, na sociedade atual, o campo da aparência é altamente regulado e não admite a todos, demarcando zonas em que se espera que muitos sujeitos não apareçam ou que sejam proibidos legalmente de fazê-lo. Esta ocupação permite, assim, a abertura de caminhos para diversas formas de viver o gênero que desafiam as normas sociais predominantes de reconhecimento. É o exercício do performativo, do direito de aparecer, de exercitar a liberdade, uma demanda corporal por ser quem se é.

Butler (2018) também explica o apoio de “boa parte do movimento feminista”, como afirma Nanda em seu discurso, à inserção de mulheres trans em espaços definidos pelo sexo. Para ela, isso significa uma aliança entre minorias ou populações consideradas descartáveis, de modo que o espaço por elas ocupado,

seja nos esportes ou nas passarelas, opera como um lugar de aliança entre grupos que, de outra forma, não teriam muito em comum ou seriam antagônicos. Esta aliança vem do reconhecimento de que a liberdade é mais frequentemente exercitada com os outros, não produzindo uma identidade coletiva, mas um conjunto de relações entre os grupos que incluem suporte, solidariedade e ruptura.

No último discurso, Nanda realiza uma crítica ao que chama de “politicamente correto”, uma prática que, segundo ela, nega a realidade. Esta é uma crítica conservadora bastante recorrente nos dias atuais, sobretudo frente a pautas dos grupos minoritários que requerem mudanças de perspectivas sociais, inclusão e reconhecimento de seus direitos, tendo em vista que isso vai, justamente, em via contrária ao tradicionalismo pregado pelas correntes mais conservadoras.

Ao contrário do que Nanda sugere, entretanto, o “politicamente correto” não estabelece discussões aprofundadas sobre diferenças entre sexo e gênero. Na verdade, como explica Jatene (2016), o “politicamente correto” tem a intenção de proteger as minorias por meio da linguagem (em sentido amplo), deslocando os estigmas que as caracterizam de qualquer manifestação de pensamento como forma de, assim, enfraquecer o preconceito e a discriminação histórica por elas vivida.

Em sentido semelhante, Pondé (2012) explica que o “politicamente correto” é um ramo do pensamento de Esquerda norte-americano que, como conceito, nasceu no final dos anos 60, com a ascensão social dos negros. Este conceito foi retomado a partir dos anos 80, com a ascensão dos gays, com o objetivo de moldar os gestos, comportamentos, hábitos e linguagem para promover a inclusão desses grupos e de outras minorias.

Dessa forma, a onda do “politicamente correto” tem sido responsável, por exemplo, pela defesa da neutralidade linguística, pelas restrições do humor ácido praticado por muitos comediantes, pela repreensão das cantadas a mulheres, entre outras práticas que, para uma grande parcela da sociedade, são vistas como conquistas de igualdade. Para outros, entretanto, é visualizada como “uma praga, um câncer em metástase que avança sobre as células da liberdade de forma cada vez mais rápida” (CONSTANTINO, 2014, p. 295).

Para a linha mais conservadora, portanto, o politicamente correto age em um cenário de aberto conflito contra as liberdades, principalmente a liberdade de expressão, sob o pretexto de respeito a doutrinas morais e valores a que esta

liberdade possa se chocar ou agredir. Dessa forma, a contrariedade do discurso de Nanda ao “politicamente correto” não advém, somente, de sua defesa aos ideais conservadores, mas também dos liberais, tendo em vista a observação de que esta perspectiva limita as garantias de liberdade individual.

Ressalte-se que este embate entre o liberal-conservadorismo e o “politicamente correto” também advém da conclusão de muitos pensadores de que este, enquanto movimento político, tem sua origem não na ascensão de minorias, mas na Escola de Frankfurt, intimamente ligado ao marxismo cultural, numa tentativa de lançar o comunismo à cultura, conforme expõe Lind (2004, p. 6):

Marxismo cultural, ou politicamente correto, compartilha com o marxismo clássico a visão de uma “sociedade sem classes”, ou seja, uma sociedade não meramente igual em oportunidades, mas igual em condições. Já que esta visão contradiz a natureza humana – porque pessoas são diferentes, eles terminam diferentes, independentemente do ponto de partida – a sociedade não concordará com isto a não ser forçada. Então, ambas as variantes do marxismo são forçadas. Este é o primeiro e o principal paralelo entre o marxismo clássico e o marxismo cultural: ambos são ideologias totalitárias. A natureza totalitária do politicamente correto pode ser vista nos campi dominados pelo “PC”: liberdade de expressão, de imprensa e até de pensamento são eliminados.

A liberdade e a propriedade do pensamento, em todas as suas matizes, são, assim, as bandeiras levantadas pelos movimentos liberais, como o MBL, contra o “politicamente correto”, associando-o a limitações propostas pela Esquerda como uma forma de exercício de poder político sobre estas garantias.

A partir dos discursos e discussões levantadas nesta categoria de análise, é possível observar que estes se diferenciam dos demais discursos pertencentes às outras categorias, a princípio, porque os rostos e vozes emprestadas a eles são familiares ao MBL. São, assim, argumentos proferidos por militantes do próprio movimento, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com vídeos relacionados a discussões sobre o liberal-conservadorismo, cujos discursos também são emprestados de mulheres que, apesar de se firmarem à Direita do espectro político, não integram o MBL.

Também ao contrário daqueles, os discursos relacionados a questões de gênero não trazem o debate de grandes teorias relacionadas ao tema, vinculando-se

mais a concepções pessoais sobre tais questões, o que provoca, em muitos casos, a contradição de ideias expostas em um e outro vídeo.

Da mesma forma, estes contrassensos de argumentos também demonstram um conhecimento raso acerca do movimento feminista, das pautas que defende e das formas de reivindicação por ele utilizadas, mesmo nos discursos das mulheres que alegaram já terem sido dele integrantes.

CAPÍTULO V – PATRIARCADO E RELAÇÕES DE PODER

“As tradições sociais importantes não são apenas costumes arbitrários. [...] Existem porque dão a informação necessária sem a qual a sociedade pode não ser capaz de se reproduzir”.

Roger Scruton

5.1 O PODER PATRIARCAL E SUA INFLUÊNCIA NA DETERMINAÇÃO DO LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE

Ao longo da história, muitos foram os períodos em que a mulher era visualizada socialmente como um ser inferior ao homem em diversos aspectos, sendo colocada em uma posição submissa à figura masculina, ideia que, subjetivamente, sobrevive nos dias atuais, inclusive de forma acentuada na cultura de determinadas nações.

Em razão disso, como afirma Magalhães (2010), as reivindicações femininas que se sucederam ao longo dos anos podem ser resumidas na busca pelo princípio de Direito Natural de que todos nascem iguais, ainda que não biologicamente, e que, em razão disso, devem ser tratados igualmente.

Assim, não há como negar que, no decorrer da história da humanidade, a mulher e, em especial, a mulher brasileira, conseguiu conquistar inúmeros direitos nesse panorama de desigualdade, evoluindo em direitos e deveres e garantindo sua capacidade de reger-se socialmente de forma independente.

De forma sumária, Sousa e Guedes (2016) explicam que esta mudança restou caracterizada pela independência na postura adotada pelas mulheres, as quais, deixando de ser somente esposas com deveres ligados aos cuidados domésticos e familiares, assumiram responsabilidades antes só exercidas pelos homens.

A análise histórico-evolutiva do papel da mulher e de sua recente valorização no seio social se inicia a partir do estudo das próprias modificações observadas nos valores, cultura, crenças e costumes de cada nação em particular, pois, como ensina Ishay (2006), o alcance da igualdade de direitos entre homens e mulheres encontra-se diretamente relacionado com o desenvolvimento das sociedades.

É preciso salientar que, conforme Silva e Londero (2016), o início da história da humanidade é marcado pelo poder central da mulher, então considerada como

um ser sagrado por sua capacidade de procriação, tendo, por isso, um papel social importante, inclusive dentro dos cultos religiosos, caracterizando, assim, o período chamado matriarcado. Enquanto isso, o homem era visto como um ser marginalizado, tendo em vista que seu papel na produção da vida ainda não era compreendido.

Este período, no entanto, perdurou em unanimidade até que as necessidades de sobrevivência demandassem atividades que necessitavam de grande força física, como a caça, a pesca, a coleta e a defesa das tribos, atributos estes mormente relacionados à figura masculina. A partir de então, a força física, aliada à compreensão de seu papel reprodutivo, concedeu ao homem a supremacia entre os gêneros.

É a partir deste momento, marca da Antiguidade histórica, que se deve observar também o início da visualização da mulher como ente social desvalorizado, ainda que necessário ao progresso e à continuidade da sociedade.

Essa posição social inferior que a mulher ocupou na Antiguidade foi, inclusive, reafirmada pelo Direito de então, fortemente influenciado pelas crenças religiosas que viam no homem a fonte de todo o poder na sociedade, inclusive o poder familiar, chamado de *pater familias*. O homem, assim sendo, exercia a mais alta função no lar, representando, sozinho, seus descendentes e sua esposa e sobre eles fazendo vigorar sua vontade.

Silva e Londero (2016) apontam que, a esta época, surgiu na sociedade uma teoria formulada para explicar e naturalizar a desigualdade existente entre homens e mulheres: o patriarcado. Segundo esta teoria, as sociedades são, naturalmente, patriarcais, ou seja, regidas pelo poder masculino, na medida em que os homens são hierarquicamente superiores às mulheres em atributos físicos, morais e intelectuais, de modo que somente a ele cabia a última e, por vezes, a única palavra em todos os ambientes sociais, particulares e públicos.

Para Castro e Lavinias (1992), o patriarcado seria, assim, uma forma de dominação em que a lei é o senhor e na qual o domínio é exercido dentro das próprias comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição.

Coadunando-se com este entendimento, Safiotti (1992, p. 194) compreende o patriarcado como uma “organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes”, não estando presente tão

somente no contexto familiar, mas como uma dinâmica social intrinsecamente presente no inconsciente coletivo.

Os ideais patriarcais, assim, preponderaram na sociedade e se fortaleceram, principalmente, em razão da grande influência exercida pela Igreja Católica e, conseqüentemente, pelos conceitos bíblicos na mentalidade dos indivíduos. Segundo Bloch (1995), com a instituição do casamento pela Igreja no século XI, a maternidade e o papel da boa esposa passaram a ser exaltados, cumprindo com a função de saciar e controlar as pulsões femininas. Dentro do casamento, a mulher estaria limitada a somente um parceiro, o qual, no uso de seu pátrio poder, deveria dominá-la, educá-la e fazer com que tivesse uma vida pura e casta.

Considerada a base da sociedade, a família e, portanto, os valores nela imprimidos possuía, assim, uma influência macro, transferindo para as demais relações sociais as suas próprias características, a principal delas, logicamente, o patriarcalismo. Desse modo, sob influência da figura do *pater familias*, até então se entendia explicitamente pela incapacidade da mulher de se reger sozinha na sociedade e sua dependência à figura masculina se originava em sua própria família de origem, submetendo-se ao poder de seu pai, e sendo transferida, sequencialmente, para o seu marido. Não tinha, portanto, poder de decisão, nem tampouco espaço para opinar em assuntos públicos ou na administração doméstica.

Nestas sociedades pré-industriais, a divisão sexual do trabalho também colocava homens e mulheres em papéis diversos, apesar de dividirem o mesmo local de trabalho, posto que normalmente desempenhado dentro do próprio ambiente doméstico: elas trabalhavam no campo, na criação dos filhos e na cozinha, enquanto eles se dedicavam ao comércio e ao artesanato.

Após as mudanças na economia que culminaram na Revolução Industrial, entretanto, tanto os papéis sociais quanto os locais de trabalho tornaram-se diferentes: as mulheres continuaram no desempenho das atividades do lar, sendo, por isso, valorizadas como produtoras e reprodutoras da sociedade, cuidando de trabalhos secundários para que os homens pudessem dedicar seu tempo à produção fabril.

Como explica Martins (2015), mesmo após o desenvolvimento do capitalismo exigir maior demanda por mão de obra, a situação feminina não sofreu grandes alterações: ainda se submetia ao poder patriarcal que, aliado ao poder do dono da fábrica que lhe empregava, a subjugava e a mantinha no dever de desempenhar

tanto as atividades fabris quanto as domésticas, ganhando um salário menor que o dos homens, o que as forçava a depender financeiramente do *pater familias* para sobreviver.

No século XX, simultaneamente ao distanciamento do Estado em relação à Igreja, chamado laicização, novos fenômenos surgiram. A liberação dos costumes, a revolução feminina, fruto do movimento feminista e do aparecimento dos métodos contraceptivos, e a evolução da genética, que possibilitou novas formas de reprodução, foram fatores que contribuíram para redimensionar o conceito de família. (SIQUEIRA, 2010, p. 20).

Durante este período, apoiada nos ideais revolucionários de 1789 que pregavam a igualdade entre todos, a mulher passou a questionar sua situação social, principalmente quanto à sua dependência em relação aos homens. Enquanto trabalhadoras, viam com repulsa o fato de exercerem as mesmas funções que os homens e, ainda assim, ganharem menores salários. Enquanto mães, não aceitavam a condição de submeterem os filhos e a si mesmas à vontade do marido. Estavam se tornando independentes financeira, intelectual e socialmente.

Esses foram os primeiros passos para um movimento social, político e filosófico que propunha a igualdade de direitos entre homens e mulheres e que serviu como marco histórico para grandes mudanças na situação da mulher na sociedade: o feminismo.

Seu objetivo principal foi o de igualar o direito entre os gêneros, ressaltando o término de casamentos arranjados e o fim da ideia de que o homem tem a posse de sua esposa e filhos. Estas primeiras iniciativas tinham por objetivo o aumento do poder de influência política. No âmbito histórico, destacaram-se campanhas que defendiam a liberdade sexual e o direito ao livre relacionamento, sem constrangimento ou repressão. (SOUZA; KAZMIERCZAK; COUTO, 2012, p. 06).

Conclusivamente, pode-se observar que tais conquistas femininas foram significativas para a modificação do papel da mulher na sociedade, relativizando, ainda que minimamente, as distinções entre feminino e masculino que se mostraram uma herança dos ideais patriarcais presentes na Antiguidade, deixando a mulher de assumir o papel único de filha, mãe e esposa para assumir o controle de sua condição social.

Hoje, vê-se que a mulher atua ativamente em todos os setores da sociedade, seja intelectual, política, familiar ou através de sua mão de obra, em condições equivalentes as dos homens, buscando, como explicam Godinho e Silveira (2004), uma igualdade fundamentada no respeito e no reconhecimento do seu papel na sociedade.

Note-se que todas essas mudanças ocorridas no ideário dos indivíduos ao longo dos anos e que garantiram a inclusão social da mulher também se mostraram aptas a influenciar as concepções dos brasileiros sobre o tema, chegando mesmo a se confundir com o próprio processo histórico-evolutivo de desenvolvimento do país.

O ponto culminante da consagração dos direitos femininos no país somente ocorreu no ano de 1934, a partir da Constituição promulgada nesta data, a qual se preocupou em delinear uma diferença de condições entre homens e mulheres, reconhecendo sua capacidade de trabalho fora do ambiente familiar e concedendo a elas o direito ao voto.

Destarte, a partir de então, a ideia de uma sociedade patriarcal começou a entrar em decadência, deixando de se considerar o homem como detentor de maior importância dentro da comunidade e da família. No entanto, não é possível, por outro lado, afirmar que os valores patriarcais foram substituídos inteiramente por uma nova concepção de tratamento equitativo entre os gêneros.

Apesar de presentes e independentes nas mais diversas conjunturas da sociedade, o patriarcalismo ainda pode ser visualizado como um costume arraigado na cultura, influenciando ideias, comportamentos e preconceitos, inclusive entre as próprias mulheres, que, por vezes, consideram os valores desta cultura como uma tradição importante e que deve ser preservada para a proteção e perpetuação da sociedade moderna, razão suficiente para que seja elencado como categoria sob a qual os discursos levantados nesta pesquisa devem ser analisados.

5.2 O DISCURSO PATRIARCAL: A POLÍTICA DO CONTROLE E DO MEDO

O presente trabalho, apropriando-se do explicitado por Saffioti (2004), considera que gênero constitui uma categoria analítica mais vasta e mais genérica do que o patriarcado. Considero, assim, que o patriarcado é essencial para a análise da dinâmica das relações hierarquizadas entre os gêneros, principalmente entre

homens e mulheres, nos vários espaços em que elas se perfazem, como na família, no trabalho e nas diversas instituições sociais.

Esta também é a concepção exposta por Cunha (2014, p. 154):

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador (es) e dominado (s).

Em razão disso, o que se propõe é, assim como sugerido por Saffioti (2004), o uso simultâneo dos conceitos de gênero e patriarcado, mantendo-se a coerência teórica. Dessa forma, a escolha do patriarcado como categoria de análise neste trabalho tem o objetivo de permitir que as análises dos discursos aqui elencados se concentrem nas relações de poder entre homens e mulheres produzidas e reproduzidas na sociedade, com foco na exploração-dominação masculina.

As relações de poder consequentes do patriarcado, como já vastamente abordadas anteriormente, são históricas e, apesar das transformações sociais ao longo dos anos, elas ainda se fazem presentes no cotidiano das relações entre os gêneros, sendo produzidas e reproduzidas tanto pelos homens, como sujeitos dominadores, quanto pelas próprias mulheres que agem em defesa de valores patriarcais ou os assimilam passivamente.

A continuidade das expressões dessas relações de poder na sociedade, portanto, guarda relações com o apego ao tradicionalismo, a práticas, costumes e crenças que detêm relações estreitas com a legitimação do poder patriarcal. Desta forma, fazem com que os indivíduos passem (ou queiram) acreditar que a sociedade “é assim porque ela é” e que qualquer mudança na dinâmica das relações entre homens e mulheres, em que aqueles são vistos como superiores em detrimento da inferioridade e submissão dessas, alteraria, negativamente, a dinâmica da própria sociedade.

Esta manutenção do *status quo*, da sustentação de relações baseadas não em afeto, capacidade, competência ou solidariedade das partes (homem e mulher), mas no poder de uma sobre a outra, notadamente o poder patriarcal, traz implicações que, de forma clara, remetem ao conservadorismo enquanto projeto histórico e ideológico das classes dominantes.

Conforme Oliveira (2005), ao acentuar valores e práticas de ordem conservadora, o patriarcado se fortalece e se difunde, o que pode ser demonstrado nas contraposições à ampliação dos direitos das mulheres, às lutas feministas, à sua inserção no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens, às leis e políticas públicas que garantem, ao reconhecer as diferenças entre homens e mulheres, a isonomia, entre muitas outras. Daí se insurge também a relevância de elencar o patriarcado como categoria de análise neste trabalho, tendo em vista o caráter conservador observado nos discursos proferidos pelas mulheres do Movimento Brasil Livre.

De pronto, também é necessário explicar que os problemas que permearam o enquadramento dos discursos nesta categoria dizem respeito à dificuldade de elucidar nos argumentos das mulheres militantes do MBL a influência e a defesa das relações de poder patriarcais, notadamente porque presentes de forma indireta, não se anunciando em um primeiro momento de leitura.

Isto se explica porque, como elucidam Miranda e Viana (2017), o poder patriarcal foi sendo diluído pra todos os indivíduos e em todas as relações em que estes integram com as mulheres, não se restringindo mais ao poder dos pais sobre os filhos. Esta forma de poder foi atualizada para continuar existindo, de modo que, na contemporaneidade, o patriarcado é fraternal, contratual e uma estrutura da sociedade civil capitalista, desprendendo-se, assim, de seu sentido literal, original.

Assim, na atualidade, o patriarcado ainda guarda relações com sua base histórica, determinando ainda uma condição de propriedade, de submissão feminina, mesmo que esta não se concretize por meio de determinações diretas dos homens, mas esteja imbricada em seus hábitos, comportamentos, pensamentos, etc. O patriarcado como sistema atual, logo, comporta as seguintes características:

1. Não se trata de uma relação privada, mas civil;
2. Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição;
3. Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
4. Tem uma base material;
5. Corporifica-se;
6. Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

Um exemplo da invasão do patriarcado nos mais diversos espaços da sociedade está na diferença salarial entre homens e mulheres que exercem trabalho de igual valor e mesma função. Debatendo este tema, Francine proferiu um discurso

em vídeo publicado no canal do MBL no dia 30 de março de 2017 e intitulado “Francine refuta tese de diferença salarial apontada com Gal Gadot”.

No vídeo, ela analisa uma notícia de grande repercussão que informava que a atriz Gal Gadot, intérprete da personagem Mulher Maravilha nos cinemas, teria ganhado apenas 300 mil dólares para participar do primeiro filme da heroína, valor muito inferior ao recebido por Henry Cavil, o intérprete do Superman, que teria sido remunerado em 14 milhões de dólares em seu primeiro filme como o personagem. Francine, assim, discorre sobre o tema:

Tá circulando hoje uma notícia de que a Gal Gadot, a atriz que interpreta a Mulher Maravilha, teria ganho apenas 300 mil dólares para fazer o primeiro filme da heroína no cinema enquanto o Henry Cavil, que faz o Superman, teria ganho 14 milhões de dólares no primeiro filme do Homem de Aço. E aí começou a encheção de saco, a problematização porque a sociedade é patriarcal e Hollywood é machista e as mulheres ganham menos do que homens e todas essas coisas que não têm o menor fundamento.[...] Tem nada a ver essa historinha de que mulher ganha menos que homem em Hollywood. Tanto não tem a ver que a Scarlet Johansson, que faz a Viúva Negra nos filmes da Marvel, ganha mais que o Thor, o Capitão América e o Hulk juntos.

Outros autores que se situam no liame do ideário liberal-conservador também guardam a mesma opinião proferida por Francine em seu discurso. Constantino (2014), por exemplo, alega que a discriminação entre os sexos tem sido uma das grandes bandeiras levantadas pelo feminismo, cuja evidência demonstrada são os salários médios mais baixos das mulheres.

O autor considera, entretanto, que esta é uma análise simplista e um uso indevido de estatísticas espúrias, pois ignoram que as mulheres tendem, ao longo da vida, a se afastar mais vezes do trabalho por questões familiares, como gravidez e puerpério, ou escolher trabalhos mais flexíveis por esta mesma razão, ao contrário do que ocorre com os homens. Isto, portanto, afetaria na diferença salarial entre eles, reduzindo as chances de que as mulheres alcançassem promoções no decorrer de sua carreira.

Coadunando-se com esse entendimento, Horwitz (2011) dispõe que todas as escolhas que afetam o capital humano também afetam os salários, como a tendência feminina em interromper a carreira para tomar conta dos filhos. Desse modo, a discriminação existente no mercado não é necessária para explicar as

diferenças salariais entre homens e mulheres, pois estas tendem a ficar pra trás em experiências de trabalho e em se manter atualizadas em suas profissões em razão de suas escolhas pessoais.

Sob outro argumento, Bradley (2018) assegura que o mercado liberal e o capitalismo não exacerbam as disparidades gênero-salariais, tampouco exploram as mulheres. Para ela, os livres mercados dão o seu melhor, por meio da isonomia perante a lei e da fluida oferta de emprego, para ajudar as mulheres a melhorar suas habilidades, oferecendo oportunidades para que aumentem seu nível educacional e sua vantagem comparativa e, assim, ofereçam seus serviços a outras pessoas.

Ao contrário da intenção de seus interlocutores, tais argumentos denotam, na verdade, a importância da manutenção dos valores patriarcais para o capitalismo – e vice-versa. Isto porque o patriarcado tem sido, ao longo dos anos, um dos fundamentos do antagonismo capital-trabalho, bem como da divisão sexual de tarefas e das raízes materiais da desigualdade entre homens e mulheres.

Obviamente, isso não significa que o patriarcado não esteve presente em outras formas de exploração do trabalho. Segundo Federici (2018), todos os sistemas sociais que exploram o trabalho humano também exploram, de forma particular, as mulheres, se aproximando e tentando controlar seu corpo, porque são elas que (re)produzem os trabalhadores, são seus corpos que geram riqueza e mão-de-obra.

No entanto, o capitalismo as explora sob relações diferentes, tendo em vista que os sistemas de exploração anteriores não associavam a riqueza ao trabalho, mas à propriedade. Considerando o trabalho como uma riqueza, posto que é dele a capacidade de produzir valor a um produto/serviço e, conseqüentemente, o lucro, a mão-de-obra passou a ser o alimento do sistema capitalista e a mulher, conseqüentemente, sua produtora.

A partir do reconhecimento da importância da mulher neste sentido, Aguiar (2000) aponta que o capital e o patriarcado iniciam o controle de sua capacidade reprodutiva, o que fazem a partir da proibição (e da luta pela proibição) de sua liberdade sexual, do aborto e de métodos contraceptivos, por exemplo, sendo seu dever procriar e cuidar de sua prole diariamente e em condição invisível e não paga, produzindo mão-de-obra de forma barata.

A desigualdade salarial, então, se inicia já neste ponto, tendo em vista o exercício de um trabalho feminino que, ainda que dotado de valor, não é

remunerado, qual seja, a vida doméstica e materna, o que não ocorre com o trabalho exercido por homens. Assim, além do controle sobre o corpo e a reprodução, o capitalismo e o patriarcado também se apropriam do trabalho feminino, o que fazem por meio de sua remuneração.

Isto, por conseguinte, modifica as bases do patriarcado presentes em outras construções sociais anteriores, de modo que não se instaura mais, por exemplo, pela diferença entre poderes familiares de homens e mulheres ou por sua (in)capacidade de atuar na vida pública. São novas as formas de patriarcado e estas se relacionam com o trabalho, originando também novas formas de relações dos homens, instituições e do próprio Estado com as mulheres.

Assim é que, por exemplo, o homem recebe um salário em razão de seu trabalho, mas a mulher que o reproduz não. Da mesma forma, é possível visualizar que nas instituições conjugais existem sempre duas forças de trabalho, duas mãos-de-obra utilizadas pelo capital, mas, comumente, somente uma delas é remunerada: a do homem, que exerce trabalho externo.

Essa condição de “um-salário-dois-trabalhadores” traz importantes impactos para as relações homem/mulher, pois conduz à dependência feminina não ao homem *di per si*, mas ao matrimônio, já que somente através dele recebe, indiretamente, a remuneração que o capital deveria lhe conferir. Além dessa dependência econômica, esta condição também favorece o exercício do poder patriarcal, inclusive nos moldes originais, ou seja, o poder do homem, do pai-de-família sobre a mulher e os filhos, que o exerce de forma arbitrária e desigual, reduzindo os direitos da mulher de forma a, por vezes, tirar-lhe sua condição de humanidade, tornando-a coisa a seu dispor.

Esta condição é o que Federici (2018, p. 17) chama de “Patriarcado do Salário”:

Esta dependência do salário masculino define o que tenho chamado de “patriarcado do salário”; através do salário se cria uma nova hierarquia, uma nova organização da desigualdade: o varão tem o poder do salário e se converte no supervisor do trabalho não pago da mulher. E tem também o poder de disciplinar. Esta organização do trabalho e do salário, que divide a família em duas partes, uma assalariada e outra não assalariada, cria uma situação onde a violência está sempre latente.⁷

⁷ No original: “Esta dependencia del salario masculino define lo que he llamado «patriarcado del salario»; a través del salario se crea un nueva jerarquía, una nueva organización de la desigualdad: el

Esta, entretanto, não é a única forma de influência do patriarcado sobre o salário: as hierarquias sexuais que ele determina também influenciam nas condições de trabalho externo das mulheres, justificando sua remuneração em patamar inferior àquela percebida por homens que exercem a mesma função.

Para isso, Saffioti (2004) traz a explicação de que os desníveis salariais entre homens e mulheres ocorrem, sobretudo, em razão da marginalização do trabalho feminino. As causas desta marginalização são variadas, podendo-se apontar, como exemplo, o tradicional menor acesso de mulheres a uma educação adequada e de qualidade para a obtenção de um melhor desempenho de trabalho ou, por vezes, da dupla jornada de trabalho, que divide o tempo e a disposição da mulher entre o labor doméstico e o externo.

Ocorre que esta marginalização também é própria do modelo de dominação-exploração do sistema patriarcal. É ele que, segundo Guillaumin (2005), oportuniza a apropriação do tempo da mulher, principalmente daquela que se encontra em um “contrato” de casamento, o qual, ao contrário do que ocorre nos contratos de trabalho clássicos, não possui qualquer limitação, ocupando o tempo que ela poderia dedicar-se à qualificação ou a um melhor desempenho do trabalho. Da mesma forma, o patriarcado, além do tempo, também se apropria da individualidade da mulher, fazendo com que, em prol de um projeto familiar ou dos desejos masculinos, ela abandone seus projetos pessoais e profissionais.

Assim, ao contrário do que afirma Francine em seu discurso, os argumentos acima utilizados tentam apontar que o patriarcado tem tudo “a ver com essa historinha de que mulher ganha menos que homem” e que esta é uma condição que se projeta em todos os níveis do sistema capitalista, inclusive nos salários milionários pagos em Hollywood, cujas disparidades entre atores e atrizes podem ser visualizadas anualmente nas listas da Revista Forbes dos mais bem pagos.

As desigualdades entre os gêneros provenientes das relações de poder de homens sobre mulheres também foi tema de outro vídeo do canal do MBL com uma interlocutora mulher. Intitulado “Deputada faz verdadeiro discurso pela valorização

varón tiene el poder del salario y se convierte en el supervisor del trabajo no pagado de la mujer. Y tiene también el poder de disciplinar. Esta organización del trabajo y del salario, que divide la familia en dos partes, una asalariada y otra no asalariada, crea una situación donde la violencia está siempre latente”.

da mulher” e publicado no dia 20 de junho de 2017, o discurso foi proferido pela então Deputada Federal pelo Estado de Rondônia Mariana Carvalho, cujo teor é decorrente de sua resposta a uma pergunta feita por um estudante, que questionou:

A senhora tem uma carreira política brilhante e é consideravelmente notável que Vossa Excelência é a única mulher da mesa e é formada em Direito, formada em Medicina, tem um histórico de militância partidária e com a juventude muito forte, e eu queria saber de Vossa Excelência se ainda existe muitas barreiras pra mulher na política e se ainda existe preconceito também dos deputados ou parlamentares antigos da casa e como tem sido essa militância partidária buscando a participação da juventude na política?

Tendo em vista que o objetivo previamente estabelecido deste trabalho foi a análise restrita aos discursos femininos publicados pelo canal do MBL no YouTube e considerando que a referida pergunta foi elaborada por um estudante homem, não me deterei na análise dos pormenores que envolvem a questão para não fugir do proposto, ainda que considere que a mesma seja permeada de significados importantes. A análise, portanto, recairá sobre a resposta fornecida pela Deputada Mariana Carvalho, abaixo exposta:

Eu não sinto nenhum tipo de preconceito, eu acho que a própria mulher ela cria um preconceito contra ela. Eu não tive nenhum benefício, nenhuma facilidade por ser mulher e estar aqui. Eu concorri na igualdade com todos os candidatos tanto pra Prefeita, quanto pra Vereadora, e hoje pra Deputada Federal, como pra estar na mesa diretora. Não entrei numa condição de ser mulher e de um lugar de mulher na mesa. Mas eu posso dizer pra você que, inclusive todos que estão aqui, eu tenho um grande aprendizado, um grande respeito, aqui a gente não sente essa diferença. Eu acho que a mulher que acaba sentindo uma diferença no tratamento é quando ela própria se vitimiza e se coloca num lugar de coitada, de que é mulher, e eu acho que a gente pode mostrar sim que o nosso sexo não é apenas só um sexo frágil, é um sexo forte, e chegar onde a gente quer, é só a gente acreditar, como eu disse pra vocês no primeiro dia, acreditando nos nossos sonhos é capaz da gente chegar aonde a gente quiser.

Em sua fala, Mariana nega a existência de qualquer tipo de desigualdade ou preconceito por parte de seus colegas de trabalho em relação ao fato de ser ela uma mulher e verbaliza que é “a própria mulher que cria um preconceito contra ela”. A deputada desconsidera, assim, possíveis raízes socioculturais do problema ao

considerá-lo algo eminentemente subjetivo, proveniente dos sentimentos da própria vítima.

Ressalte-se que Mariana é a única mulher eleita para o cargo de Deputada Federal em seu Estado, que dispõe de um total de oito deputados na Câmara. Apesar desta visível desproporção, Mariana insiste em alegar uma “igualdade de concorrência” com todos os demais candidatos, tendo em vista que teve de se submeter às mesmas etapas do processo legislativo e nas mesmas condições.

O preconceito pela condição de mulher não é, assim, de seus pares, ou seja, de seus colegas de assembleia propriamente, mas sociocultural, posto que proveniente de uma cultura de perpetuação da divisão sexual do trabalho, a qual, durante séculos, como discutido anteriormente em tópico específico, retirou da mulher o seu direito de participar da vida política, considerando-a como pertencente somente aos lugares destinados ao privado, notadamente, ao ambiente doméstico.

Por anos, ser uma “mulher pública” foi sinônimo de uma vida promíscua, ligada à prostituição e não à política, como ocorria com os homens. O alcance de direitos que garantiram à mulher a possibilidade de votar e ser votada não foi suficiente, contudo, para permitir que sua candidatura e elegibilidade ocorressem em igualdade de condições com os homens. A prova disso é, justamente, a disparidade entre o número de homens e mulheres eleitos como Deputados Federais pelo Estado de Rondônia, do qual Mariana faz parte. O número de homens eleitos em detrimento das mulheres por si só já representa quem são os privilegiados no contexto e não apontar o privilégio é compactuar com as regras postas pelo sistema patriarcal, de domínio dos homens, e relevar a questão da meritocracia.

Isto porque, como já afirmado, esta hierarquia entre os gêneros que determina quem deve ocupar lugar público não é uma simples questão de quem obteve mais votos, mas de quais barreiras históricas, sociais e culturais foram derrubadas para que aquela mulher pudesse ser uma mulher pública.

Esta hierarquia, portanto, como bem afirma Kergoat (2009), não pode ser explicada sem que se leve em conta a divisão sexual do trabalho. Isto porque é ela quem determina, historicamente, qual a competência da mulher, quais os trabalhos que podem ser por ela desempenhados e quais lugares sociais ela pode ocupar, produzindo, neste sentido, possibilidades diferenciadas para os gêneros que podem ser traduzidas em vantagens e desvantagens na esfera do trabalho.

Mas, quem determina estes lugares ocupados socialmente por homens e mulheres? A quem incumbe a divisão sexual do trabalho? Para estas perguntas, Biroli (2018) traz uma resposta: os padrões atuais que direcionam ocupações específicas a cada gênero se situam na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado que posicionam as mulheres como um grupo direcionado a ocupações específicas, menos remuneradas e sub-representado na política.

Isto porque, durante muitos anos, o patriarcado foi o responsável por conformar as mulheres ao trabalho doméstico, sendo delas, em razão de sua inferioridade em relação aos homens, o dever de cuidar dos filhos, da casa, da comida, do marido, enquanto este exercia qualquer profissão e, quando o capitalismo, tardiamente, abriu espaço para que os postos de trabalho externo fossem ocupados por homens e mulheres, não só o fez resguardando disparidade entre alguns aspectos, como diferenças salariais e de jornada, mas também garantindo que o trabalho doméstico continuasse sendo, eminentemente, feminino.

Tal fato exigiu, portanto, que a mulher desempenhasse uma dupla jornada de trabalho, dividindo seu tempo e disposição entre o trabalho externo e o doméstico. Para Biroli (2018), foi justamente essa divisão sexual do trabalho doméstico que incidiu, a princípio, nas possibilidades de participação política das mulheres, posto que alocou desigualmente recursos fundamentais para essa participação, especialmente o tempo livre e a renda. Assim:

[...] práticas e valores que sustentam a divisão sexual do trabalho fundada em concepções convencionais do feminino e do masculino têm impacto no acesso das mulheres a cargos políticos e que a ausência da mulher na esfera política não pode ser posta unicamente na conta dos limites da democracia liberal, com o funcionamento seletivo de suas instituições e suas limitações estruturais para incluir novos sujeitos. (BIROLI, 2018, p. 24).

A divisão sexual do trabalho, portanto, comprometeu as possibilidades femininas de ingressar nesta vida política e, mesmo quando as mulheres alcançaram os direitos que lhe permitiram falar e atuar neste espaço, isto não ocorreu (e não ocorre) de forma igualitária, em paridade de condições com os homens. Notadamente, é menor o número de mulheres que não somente se elege para cargos políticos, mas também que se candidata a eles.

Fonseca-Silva (2012) esclarece que a construção da consciência no campo das ideias feministas de que as próprias mulheres são competentes e capacitadas para governar ainda é um campo pouco explorado pela sociedade, sobretudo, sobre as camadas femininas mais pauperizadas e marginalizadas da população que, historicamente, sempre se viram sob a regência de governos masculinos, o que faz com que, muitas vezes, não haja empenho ou vontade destas mulheres em lançar candidaturas ou mesmo em votar em outras mulheres.

Isto explica, inclusive, o fato de que existe uma maioria masculina presente tanto nos cargos eletivos do Poder Legislativo quanto no Executivo, os quais são representativos do povo, mas o próprio povo é constituído de uma maioria de mulheres.

A igualdade defendida por Mariana em seu discurso, portanto, não se legitima como uma igualdade material ou de oportunidades, como afirma, mas em uma igualdade formal, perante a lei, que assegurou a ela e a outras mulheres a ideia de que, respeitando os requisitos necessários exigidos em normas eleitorais, possam se candidatar e, alcançando votos, exercer mandatos.

É necessário, entretanto, fugir desta concepção igualitária proposta por Mariana para reconhecer, conforme Piscitelli (2008, p. 263), a “multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social”, promovendo uma interseccionalidade como forma de entrelaçar distintas desigualdades sociais existentes entre as próprias mulheres.

Esta interseccionalidade, inicialmente formulada em 1989 por Kimberlé Crenshaw, também já foi debatida por Butler, ao afirmar que:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é [...] o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas [...] e se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2003, p. 20).

Assim, se faz necessário considerar que as opressões existentes atualmente na sociedade e que levam a diferentes possibilidades às mulheres de ocuparem ou não determinados postos na sociedade não se relacionam, unicamente, com as desigualdades entre os gêneros, mas também com outros fatores que produzem relações desiguais entre as próprias mulheres, como o racismo, a exploração de

classe, a heteronormatividade, entre muitos outros que permitem que algumas mulheres consigam se expressar livremente na sociedade enquanto outras são silenciadas.

O interessante do posicionamento de Mariana é que, em muito, ele se coaduna com a compreensão de Edmund Burke (1901, p. 110) sobre a questão da igualdade natural entre os indivíduos e sua relação com a política. Para ele, os seres humanos são mais ou menos iguais em habilidades naturais e, justamente por isso, deseja que somente aqueles que forem adequadamente formados e treinados possam assumir posições no governo. Essa igualdade natural, portanto, não determina direitos iguais de governar, o que o fez lamentar que “nesse esquema de coisas, um rei é somente um homem; uma rainha é somente uma mulher, e uma mulher é somente um animal, e não da ordem mais elevada”⁸.

Esta igualdade de oportunidades relatada por Mariana ou a igualdade “natural” de Burke não fazem, assim, com que todas as mulheres possam alcançar participação política. Sobretudo quando consideramos que a trajetória de Mariana na política se iniciou em conjunto com uma carreira bem conceituada como advogada e médica no estado de Rondônia e precedências familiares na política, visto que seu pai fora vice-governador do referido estado. Tal histórico colocou Mariana, uma mulher branca, em uma posição social e econômica vantajosa, fornecendo-lhe, diante do senso comum, visibilidade e competência para governar.

Não existe, assim, uma igualdade de oportunidades propriamente dita, aproximando-se mais da “igualdade natural” pregada por Burke, na qual somente os indivíduos com formação e treinamento adequados podem assumir posições de governo, como mencionado anteriormente.

Isto, segundo Biroli (2018), se explica porque a divisão sexual do trabalho não incide somente em relação aos gêneros, mas se aplica a partir de uma conjugação entre gênero, classe e raça, a partir das quais as posições sociais se estabelecem de fato. Assim é que as mulheres brancas têm mais oportunidades de escolarização e profissionalização, além de acesso a postos de trabalho, como cargos políticos, por exemplo, próximos dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação a mulheres e homens negros que integram a faixa mais pauperizada da população.

⁸ No original: “On this scheme of things, a king is but a man, a queen is but a woman; a woman is but an animal, and an animal not of the highest order”.

Levin (2017), coadunando-se com este entendimento, afirma que governar ainda é um privilégio das famílias nobres e, quando as mulheres alcançam posições de governo, isso não deriva do direito de igualdade, mas sim das oportunidades de educação permitida por seu herdado acesso ao tempo livre. O governo não é, assim, mais que uma associação nacional fomentada a partir de princípios sociais, de modo que, quando o patriarcado e o conservadorismo que aquele impõe estão dentre tais princípios, isto se reflete no povo e na forma como escolhe seus representantes.

Dito isso, não é possível considerar que, como menciona Mariana em seu discurso, a mulher poderia “chegar aonde quer” somente “acreditando nos sonhos” tendo em vista todas as barreiras socioculturais e econômicas que impedem que ela alcance determinadas posições sociais. Exige-se antes, portanto, um rompimento com os valores conservadores e patriarcais tanto da sociedade como um todo quanto das próprias mulheres que, por vezes, os reproduzem.

Em outro momento, o canal do MBL no YouTube publicou um vídeo de Nanda Xiê intitulado “Espanha elege HOMEM como Miss!” no dia 6 de julho de 2018. O discurso proferido neste vídeo já foi parcialmente analisado no tópico destinado à categoria gênero, no entanto, um trecho específico nele contido guarda similitude com relações de poder entre os gêneros que são reflexos do patriarcado sobre o corpo feminino, razão pela qual será devidamente analisado neste tópico.

No vídeo, como já explicitado em outra oportunidade, Nanda faz reflexões acerca da eleição de uma mulher trans como Miss Espanha naquele ano. No entanto, antes de adentrar no mérito desta questão, Nanda elabora um pequeno histórico dos concursos de Miss desde a Antiguidade, passando por Heródice, a primeira mulher a ganhar um concurso do tipo, e lembrando episódios importantes para o Brasil, como o alcance do segundo lugar no concurso Miss Universo de 1934 pela brasileira Marta Rocha. Sobre o tema, Nanda comenta:

[...] Reza a lenda que Marta Rocha só não seguiu a tradição de Heródice por ter duas polegadas a mais de quadril que a vencedora. Brasileiros gostam de quadris mais largos. Os americanos não curtiem. E assim perdemos a chance de elegermos a nossa própria Miss Universo.

A princípio, o discurso de Nanda dá a entender que, ao “perder a chance” de se tornar Miss Universo, Marta Rocha demonstrou não ter se esforçado suficiente

para ter um quadril menor e mais adequado aos padrões americanos de corpo feminino ideal.

Assim, neste trecho, o corpo é, novamente, o tema central. No entanto, a despeito das discussões acerca deste tema e que já foram debatidas oportunamente, este fragmento, em específico, dá a oportunidade de discorrer acerca de outro determinante sociocultural que recai sobre os padrões corporais femininos: o patriarcado.

Assim, retomando as discussões de gênero anteriores, é preciso trazer à memória a afirmação de que o masculino e o feminino, assim como seus corpos, são construções que se dão dentro de um contexto histórico e social sobre o qual os valores de dado lugar e época incidem forças. Butler (1987) já havia trabalhado esta mesma ideia quando aduziu que as escolhas sobre as vivências, a estética e os usos do corpo, masculino ou feminino, aludem a estilos corporais que já estão estabelecidos social, histórica e culturalmente.

Isso significa que não somente o corpo feminino pode ser compreendido como um objeto da determinação do patriarcado, mas todos os corpos, inclusive o masculino. Conforme Saffitoti (2008), a dinâmica da estrutura patriarcal rege-se entre o controle e o medo e, embora comumente se refira a relações entre homens e mulheres, as quais são as principais vítimas da dominação-exploração deste modelo de sociedade, ele também está vinculado a relações entre homens. Eles também vivem sob tensão e pressão, uns controlando os outros e sendo também controlados por eles, inclusive no que diz respeito à estética corporal.

No cotidiano, os valores que justificam e naturalizam esses controles podem ser ativados pelas religiões organizadas, pelos meios de comunicação, pela escola, por pais ou companheiros, por outras mulheres. Ao mesmo tempo, a violência contra as mulheres que não respondem a esse controle se dá no âmbito institucional e no das relações interpessoais. Mas a regulação não se dá apenas pela recusa de certos comportamentos e identidades ou pela punição dos “desvios”. Ela também ocorre pela incitação de formas de vida “aceitáveis”, pelo estímulo a certos modos de construção das identidades individuais e coletivas. (BIROLI, 2018, p. 137).

No contexto atual, no qual os valores conservadores vêm ganhando força na política e em outros setores da sociedade, o patriarcado (foi e) continua sendo um dos grandes determinantes destas construções. Historicamente, conforme Moura e Oliveira (2016), o controle sobre o corpo e a sexualidade feminina tem sido

apropriado pelos homens como um mecanismo que ampara e estrutura o patriarcado. Desta forma, garantem mais poderes concentrados em suas mãos e retiram das mulheres a capacidade de autonomia sobre elas mesmas e seus próprios corpos, não só na forma como são usados em favor de sua sexualidade, mas também em sua estética.

O correto é observar que, ao longo de anos, o corpo feminino foi dividido, pelo patriarcado, em duas facetas: a do corpo-que-reproduz, destacando a maternidade, como dito anteriormente, como um atributo feminino de grande valor social, e a do corpo-que-seduz, valorizando os corpos jovens que se encaixam dentro de um padrão de beleza e deleitam os desejos masculinos. Notadamente, ambos não se confundiam e, ainda que o corpo reprodutor se encaixasse dentro dos padrões, sua função era a de gerar indivíduos e não a de ser visto, apreciado, elogiado por outras pessoas além do próprio marido.

Isto, durante muito tempo, marginalizou características femininas associadas à maternidade, considerando que elas não se enquadravam no padrão de corpo-que-seduz para que fossem exibidas. Disso, particularidades muito relacionadas ao corpo que reproduz, como estrias, seios grandes, flacidez, manchas na pele, aumento de peso, quadris maiores (“ancas largas”) e inúmeras outras, foram esteticamente rebaixadas, não sendo, portanto, dignas de serem expostas em público ou apreciadas em concursos de beleza.

São as condicionantes baseadas na estrutura patriarcal que determinam, assim, quais os corpos mais bonitos, quais são mais adaptados a determinado padrão para ingressarem em concursos de beleza, quais dos corpos padronizados são mais interessantes, quais são capazes de ganhar tais concursos e a diferença entre eles é observada em polegadas, nos mínimos detalhes.

O interessante dessa leitura do discurso de Nanda é a observação de que, segundo Rezzutti (2018), os valores conservadores patriarcais, ao tempo em que determinam que a mulher não deve ser “pública”, também tratam o seu corpo de maneira pública, estimulando a grande massa a decidir o que é bom ou não para a estética feminina, a ponto de torná-lo uma barganha eleitoral, tal qual ocorre nos concursos de beleza.

A beleza recebe, assim, como ensina Bourdieu (2006), um valor no mercado porque passa a determinar numerosas mudanças de normas relacionadas à estética, como o vestuário, a cosmética e todo um conjunto de transformações na

imagem legítima daquilo que é associado à feminilidade e às funções femininas mais tradicionais. Este controle patriarcal sobre o corpo feminino serve, assim, não somente à continuidade da estrutura deste modelo societário patriarcal, mas também ao sistema capitalista.

Assim, as mulheres, segundo Veiga (2011), vivem sob a égide de uma sociedade patriarcal/capitalista que estabelece exigências para que permaneçam “competitivas” nesse mercado. Pois, somente de tal modo, podem ser consideradas sedutoras o suficiente para alcançar o desejo dos homens e, quiçá, uma relação duradoura. Dentre tais exigências, destacam-se o respeito ao padrão estético de determinado tempo e lugar, o cuidado permanente com seus corpos e a busca constante de uma aparência mais aproximada à da juventude.

Finalmente, os últimos discursos femininos em destaque no canal do MBL no YouTube no ano de 2018 tratam, especificamente, de um tema relevante não somente para a discussão acerca da amplitude dos efeitos do patriarcado sobre a sociedade, mas também para fundamentar embates entre a Esquerda e a Direita com relação à luta pelos direitos femininos.

Em ambos os vídeos, publicados no dia 6 e 30 de agosto de 2018 e intitulados “Lute como uma garota? Não me engane mocinha...” e “O mundo encantado do PCdoB”, respectivamente, o debate diz respeito à desistência de Manuela D’ávila de sua candidatura à Presidência da República nas eleições daquele ano. Logo depois, ela anunciou seu apoio à candidatura de Lula e, na sequência, após a substituição deste por Fernando Haddad, figurou como sua candidata à Vice-Presidência.

Sobre o tema, o primeiro vídeo narrados por uma interlocutora não nomeada expõe o seguinte:

A Manuela ficou pra trás e foi só usada, tipo uma paqueta, uma malabarista do socialismo e você tá fazendo papel de trouxa. Lute como uma garota. Que bonito, né? Lutar como uma garota. Aí você vai lá e desiste como? Como uma garota? Como um menino mimado? Como o que? O que que foi tua desistência, ô Manuela D’ávila? Que exemplo você tá dando pra tantas meninas que queriam lutar como garotas como você, acreditando naquela pataquada que você falou, Manuela? Aí você fala ‘não, estou aqui agora para ser vice’, sendo que aquilo é um teatro e você sabe que é um teatro pra lançar outro homem como candidato a Presidente, o Fernando Haddad. Você está cumprindo um papel duplamente subserviente. E a luta das mulheres? Como é que fica? Como é que

fica a construção da candidatura feminista? Na hora do pau, na hora do acordão, na hora que o jogo começa, seu sonho de lutar como uma garota fica guardadinho numa gavetinha e aí os homens se sentam ali, a estrutura patriarcal da Esquerda brasileira, com Dirceu, com Lula, com Orlando Silva, eles se sentam, eles se reúnem e decidem o que será feito. E decidiram que você vai ter um papel de uma espécie de paqueta. [...] uma menina fetichizadora do socialismo, vai ficar brincando, rostinho bonito, dá uma declaraçõzinha polêmica aqui, faz uns vídeos coloridos ali e pronto. Você dá uma corzinha. É essa posição que eles querem que você assuma e o que eles querem que as garotas de Esquerda assumam ali também, ou não é isso? Ou não é esse o papel que as meninas do movimento feminista cumprem no final da história na estrutura de vocês? Uma posição de instrumento, de ferramenta. São um ferramental político de um projeto de poder. O feminismo é tão importante pro movimento de Esquerda quanto ele é útil pra levar a Esquerda ao poder. A causa em si pouco importa, ela serve pra dividir, ela serve um pouco de engenharia social, mas ela serve muito pra poder levar um discurso a determinados grupos sociais para votarem ou a defenderem e militarem em uma causa, que, enfim, que no final das contas é uma causa altamente patriarcal liderada por homens. O exemplo que a candidatura 'feminista' da Manuela deixa é muito ruim, é um exemplo justamente do que há de pior no machismo da Esquerda, que é o uso da mulher só como fetiche, só como brinquedinho pra animar, pra alegrar ali o joguinho do PT pra que, na hora que as cortinas se abrem, você encontre os mesmos de sempre: Lula, Haddad e o PCdoB, e o PCO e os partidos.

O vídeo seguinte, narrado por Nanda Xiê, traz ideias semelhantes, razão pela qual serão analisados em conjunto. Neste, o discurso de Nanda retrata Manuela D'Ávila como:

[...] Aquela feminista que desistiu de sua candidatura, pois um macho alfa bandido pediu pra ela desistir. Foi só o bandido estalar os dedos que ela baixou a cabeça para o patriarcado, patriarcado que ela sempre criticou duramente.

Sem adentrar no mérito sobre as razões que levaram à desistência da candidatura de Manuela e seu lançamento como vice-Presidente de um candidato homem, tendo em vista todos os pormenores da esfera política brasileira que exigem concessões e coalizões para que determinados grupos possam alcançar o poder e, de fato governar, os discursos anteriormente transcritos ressaltam uma importante e atual discussão: as implicações do patriarcado nos partidos da Esquerda brasileira, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

O reconhecimento de que os efeitos do patriarcado também subsistem à Esquerda do espectro político não consistiu numa crítica somente das mulheres

integrantes do Movimento Brasil Livre ou de outros movimentos de Direita como forma de deslegitimar a luta feminista pelos direitos das mulheres e a crítica dos partidos de Esquerda ao patriarcado.

Integrantes dos próprios partidos deste espectro político também já se pronunciaram a respeito, como, por exemplo, a Deputada Federal Luíza Erundina, do Partido Social Brasileiro (PSB), que, em entrevista à jornalista Luciana Araújo (2011), expressou que mesmo nos partidos mais progressistas, populares e de Esquerda, há uma resistência à emancipação política das mulheres, fruto de direções autoritárias, totalizadoras e machistas, de modo que, durante os processos eleitorais, os partidos não apoiam ou estimulam a candidatura feminina.

Ainda, autores como Cisne (2018, p. 213) também trouxeram debates acerca desta temática, compreendendo que, mesmo no campo da Esquerda, é possível encontrar não apenas resistências ao feminismo, mas também “posturas patriarcais que reforçam privilégios masculinos enquanto reproduzem opressões, desvalorização ou mesmo violência contra as mulheres”. Isto porque, segundo a autora, o patriarcado está engendrado no modo de produção capitalista, mas também no campo dos valores, da cultura e da ideia. Neste contexto, é comum ouvir relatos de homens de Esquerda que defendem, ainda que indiretamente, as relações de poder, de dominação-exploração entre homens e mulheres que garantem privilégios pra uns em detrimento de outras.

Saffioti (1987), por sua vez, traz uma explicação para isso. Segundo ela, as pessoas situadas à Esquerda na política, especialmente as comunistas, não admitem que a luta contra o patriarcado se dê em pé de igualdade com a luta de classes, a qual é privilegiada em razão da crença em que a contradição entre as classes é a base que sustenta as sociedades patriarcais, racistas e capitalistas. Assim, crê-se que, socializando os meios de produção, as classes sociais se desfazem e, com elas, o próprio patriarcado, chegando com menor esforço à igualdade entre os gêneros, rotulando, de tal modo, a luta contra o patriarcado e a própria emancipação feminina dela decorrente como uma luta menor, secundária.

Assiste razão à referida autora quando se observa que, historicamente, as questões relativas às mulheres, aos seus direitos específicos e as reivindicações do movimento feminista estiveram, por muito tempo, ausentes das reuniões dos partidos de Esquerda brasileiros.

Neste sentido, Bastos (2007) esclarece que a luta contra a exploração capitalista e as desigualdades das organizações de Esquerda não davam espaço à discussão acerca da dominação patriarcal, rejeitando a luta das mulheres e fazendo com que elas estruturassem seus próprios espaços de discussão para abordar temas como patriarcado, sexualidade, trabalho e outros que, após anos, foram incorporados ao debate político. Para esta autora, a inserção do tema da luta contra o patriarcado nas organizações de Esquerda somente se deu a partir da percepção de que, com a criação daqueles grupos de debate, perderiam a participação ativa e massiva das mulheres.

Este risco pôs para as forças políticas de Esquerda o desafio de rearticular suas lutas, ações e processos organizativos para incluir também as pautas femininas, inclusive a luta contra a ofensiva patriarcal. Assim, apesar de, de fato, o patriarcado também produzir e continuar incidindo efeitos sobre apoiadores e líderes de Esquerda, não se deve concluir que todo o espectro está maculado pelo predomínio das relações de poder baseadas na dominação-exploração de mulheres.

Inclusive porque, utilizando das palavras de Zibechi (2018, p. 31), “não vejo como não vir do lado esquerdo soluções para nenhum desafio posto hoje”, inclusive a própria superação da ordem patriarcal. Embora fale-se em um esgotamento de um determinado modelo de Esquerda, que rotulava todas as lutas que não fossem contra as classes sociais como lutas secundárias, isso não implica em que uma Esquerda renovada possa partir por outro caminho.

Os discursos acima colacionados, portanto, estão corretos em apontar o fato de que a Esquerda, cujos partidos, atualmente, são, em sua maioria, liderados por homens, reproduzam um sistema político patriarcal. No entanto, a generalidade das narrativas não se opera, principalmente quando consideramos que, no Brasil, os partidos de Esquerda são, perceptivelmente, mais propensos a lançar candidaturas femininas do que aqueles situados ao Centro ou à Direita.

Esta generalidade, talvez, tenha sido uma tentativa de deslegitimar as lutas anti-patriarcais da Esquerda no sentido de diminuir o apoio feminino, sobretudo quando, conforme Costa (1998), são as mulheres que, proporcionalmente, mais apoiaram, ao longo dos anos, o Partido dos Trabalhadores (PT) e os demais no mesmo espectro político.

Enfim, é possível perceber que, assim como já afirmava Saffioti (2004, p. 60), “não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado

é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias”. Ele está presente não somente dentro das estritas relações entre homem-mulher, mas engendra todas as esferas da vida pública e privada e caracteriza com minúcias comportamentos, hábitos, gestos e discursos, assim como os analisados neste capítulo.

Tais discursos, por sua vez, ao reproduzir argumentos que valorizam o sistema patriarcal, demonstram que o liberalismo e o patriarcado não se encontram em lugares antagônicos. Isto porque, segundo Biroli (2018), a divisão entre público e privado e a defesa das liberdades pelas ideias liberais ainda têm sentidos muito distintos entre homens e mulheres e, ainda que estas participem ativamente de movimentos sociais com este ideal, tal como o MBL, não o fazem de forma igual aos homens, os quais, conforme se denota da disparidade entre o número de vídeos com rostos e vozes masculinas e femininas, têm mais vez e voz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procurei demonstrar como o Movimento Brasil Livre, movimento de ideais manifestamente liberais-conservadores e representativo dos interesses das classes mais abastadas da sociedade brasileira, conseguiu, ao menos nos últimos seis anos, ser bem sucedido na mobilização de massas populares e na integração de mulheres para a ação política.

Analisei, assim, como e porque estas mulheres, historicamente conservadas no ambiente privado e discriminadas no domínio público, foram inseridas no contexto do movimento e em que medida os seus discursos foram atrelados às concepções por ele defendidas, recorrendo e promovendo, por meio das redes sociais, em especial pelo YouTube, enquanto novas estratégias de apelo para a arregimentação popular, à atuação política discursiva feminina.

Para iniciar o debate acerca desta temática, este trabalho se dedicou, ainda, em mostrar como as mulheres se descobriram e se tornaram atores políticos ao longo da história brasileira, com foco naquelas que se inseriram em movimentos de ordem conservadora ou sob outros vieses de Direita e sua importância para as mudanças no cenário político nacional.

Assim, mais do que uma crítica ao Liberal-Conservadorismo, aos ideais que propaga e aos movimentos que o defendem, este trabalho se referiu ao protagonismo feminino, à disposição de escutar e à observação de seu lugar de fala, retratando histórias não contadas de mulheres que, assim como aquelas pertencentes à luta feminista, têm se mostrado presentes e atuantes no cenário político nacional e agido, assim, como sujeitos políticos importantes para transformar a sociedade.

Djamila Ribeiro (2017), em sua obra “O que é lugar de fala?”, já afirmava a necessidade de se pensar a partir de novas premissas para se desestabilizar verdades. Sob este foco, ainda que me considere feminista e me posicione à Esquerda do espectro político nacional, sendo, portanto, contrária aos valores liberais e conservadores e, assim, aos próprios ideais pregados pelas mulheres participantes do Movimento Brasil Livre, não posso, contudo, deixar de reconhecer que, ao lado do meu discurso contra hegemônico, existem outras narrativas que disputam com minhas ideias e que, por e apesar disso, são essenciais para a construção de uma sociedade democrática, ainda que desigual.

Meu ímpeto dissertativo fundamentou-se, portanto, na máxima proferida por Hall (1868) de que “discordo do que você diz, mas defenderei até a morte seu direito de dizê-lo”. A partir disso, considero que os discursos aqui analisados, são, assim, importantes componentes para o entendimento do que seja o povo e da própria democracia, mesmo que sejam parciais e que se operem, não em praça pública, mas nas redes sociais. A atuação dessas mulheres e seus discursos devem, portanto, ser vistos como práticas sociais de resistência, sobretudo de resistência à mudança, lutando pela manutenção de um *status quo* social que defende o tradicionalismo dos costumes e a não-intervenção do Estado na economia.

Ressalte-se que esta defesa pessoal dos direitos das mulheres cujos discursos foram integrados no MBL não me coloca em uma posição de “feminista de ocasião” por não agir, neste momento e durante as minhas análises, em defesa veemente da luta feminista. Meu trabalho, na verdade, é justamente em sentido contrário a este tipo de feminismo, posto que defendo a liberdade de todas as mulheres, sem distinção de ideias, de falar aberta e publicamente, ainda que não concorde com todas elas.

Da mesma forma, o conhecimento e reconhecimento destas mulheres, de seus lugares de fala e dos seus discursos são também necessários para que todos os argumentos contrários da Esquerda possam ser formulados para que, de fato, seja um embate de ideias e não apenas um jogo de palavras infundado, uma “mitada”, como diria o próprio MBL.

Isto é necessário quando considero que parte de nossa derrota – da derrota da Esquerda – na arena política nos últimos anos, particularmente nas eleições presidenciais de 2018, deve-se, justamente, à nossa incapacidade de discernir entre quais divergências e lutas são necessárias e quais são questões periféricas.

Ativemo-nos, durante esses anos, em discutir pormenores da política, a criticar elementos pouco significativos, a promover debates infundados e inflamados nas redes sociais, sem, contudo, basearmos nossas críticas em uma análise atenta daquilo que a Direita estava pregando e desejando, sem ter em mente todas as tendências liberais e conservadoras que estavam por materializar-se para que, assim, pudéssemos atacá-las em seus fundamentos. Fomos, por conseguinte, politicamente derrotados.

A princípio, é necessário ressaltar que as análises propostas neste trabalho não tiveram o ímpeto de discutir projetos de governo ou propostas políticas. Seu

escopo foi, na verdade, o de encarar as mulheres que os proferiram como efetivos sujeitos políticos que produzem e reproduzem discursos hegemônicos como estratégias de alcance e manutenção do poder e o fazem por meio de uma linguagem didática e acessível.

Assim, os discursos femininos incluídos na categoria “liberal-conservadorismo” analisados neste trabalho são reafirmações do antigo lema “Deus, Pátria e Família”, denotando grande apego à religião, ao nacionalismo e aos valores conservadores. São, ainda, uma representação das contradições internas da democracia que, apesar de sugerir um governo para o povo, em uma luta permanente para incluir a todos, acaba por, finalmente, considerar que uma parte do povo, aqueles que o MBL entende como opositores ou como uma ameaça aos interesses da maioria e do seu ideal liberal-conservador, não é representativa da maioria.

Esta falta de sentimento representativo não se limita, entretanto, ao povo em si mesmo, mas também aos representantes eleitos, o que torna o Estado, em todos os seus âmbitos de Poder, suscetível a uma crise institucional que, ao fim, deslegitima mandatos políticos. Esta estratégia promovida por tais discursos teve parte dentro do contexto socioeconômico nacional e internacional que levou à derrubada de Dilma Rousseff da chefia do Poder Executivo Federal em 2016 e seu resultado é, justamente, o que vemos e predizemos na política nacional atual: a consolidação de regimes autoritários como alternativas às “falhas” da democracia de alguns anos atrás.

Acreditamos que foram essas “falhas” da democracia, caracterizadas tanto pela distância crescente entre a classe política e a população, quanto pela eleição de pessoas cujo interesse no poder e no patrimônio público voltava-se à esfera privada e não ao bem comum, que deram azo a movimentos como o MBL. Além disso, a falta de sentimento representativo tanto nos políticos que assumiram o poder, quanto nos próprios partidos políticos também produziram o campo necessário para o surgimento de tais movimentos que negam vínculos partidários e se colocam, nas eleições, como uma nova face dos legítimos representantes do povo, ainda que sob as velhas roupagens da Direita.

Os discursos femininos que defenderam tais ideais são, portanto, expressões significativas do resgate da ordem liberal e do caos conservador há muito intentado pelo “anti-Esquerdismo” nacional, como discutido neste trabalho. Este resgate tem,

assim, claros objetivos de uma espécie de “reinício” da sociedade, voltado ao retorno à família como instituição fundante de todo o seio social, a Deus como determinante de quem assume ou não o poder e ao nacionalismo como valor fundamental a ser preservado por todos os concidadãos. Tais discursos trazem, ainda, as já ultrapassadas associações entre Esquerda-Comunismo-Ditadura-Ateísmo como forma de arregimentação da opinião pública para promover a desconfiança nos governos populares.

Quanto à abordagem dos temas relacionados às questões de gênero e patriarcado, os discursos femininos analisados demonstram um apego ao conservadorismo dos costumes. Além disso, são voltados a percepções sobre o corpo feminino que o limitam a determinados padrões para que seja considerado bonito, útil e digno de exposição.

Talvez por isso a maioria dos discursos analisados volte-se, justamente, para esta temática, seja para elaborar determinações acerca do corpo-que-trabalha, do corpo-que-reproduz ou do corpo-que-se-mostra. O corpo feminino foi, então, o tema mais sobressalente dentro da categoria gênero, englobando discussões rasas de suas interlocutoras a respeito de diversidade, inclusão, sexualidade e expressões corporais.

Considerando a inferioridade do quantitativo de vídeos publicados que se inserem nas categorias “patriarcado” e “gênero” em comparação àqueles classificados dentro da categoria “liberal-conservadorismo”, percebe-se que a discussão acerca daquelas questões não constitui uma prioridade do MBL ou das mulheres que o integram, inclusive porque os mesmos aparecem de forma esporádica nas publicações do canal do YouTube do movimento em detrimento daqueles de cunho político.

Da mesma forma, em observação superficial de todos os vídeos publicados pelo movimento, os temas de gênero também não são dados somente às vozes femininas. Existem muitos vídeos protagonizados pelos homens do MBL que tratam de temas como feminismo, desigualdade salarial, corpo feminino, empoderamento, etc., ocupando, assim, lugares de fala que deveriam ser dados ao grupo historicamente oprimido das mulheres, porque delas é a propriedade para falar de tais assuntos.

Em razão dessas considerações, não avalio que a organização deste grupo de mulheres dentro do MBL possa ser considerado uma das faces do feminismo

contemporâneo. Tampouco posso afirmar que exista feminismo à Direita do espectro político nacional. Isto porque, tanto sob o viés conservador, que restringe a ocupação de espaços sociais pelas mulheres e seus direitos, quanto sob o viés do liberalismo, cujas ponderações acerca das desigualdades sociais se coadunam não com uma ideia de relações de poder, mas com a meritocracia, a luta feminista se mostra inconsequente, por seu ímpeto em modificar a ordem natural das coisas e dos sexos, e, ao mesmo tempo, desnecessária, posto que incapaz de modificar as bases desiguais da sociedade, as quais dependeriam, unicamente, do esforço individual.

Assim, ainda que haja discussões ou elementos que são caros aos debates levantados pelas feministas nos discursos das mulheres analisados neste trabalho, não existem neles, portanto, argumentos que unam teoria e prática para o combate às desigualdades. Do mesmo modo, não há qualquer aceite das outras formas de ser mulher senão aquelas tradicionalmente pregadas pelo conservadorismo e pelo capitalismo patriarcal, o que impede, assim, que sejam chamadas de feministas.

Também porque acredito que o movimento feminista se situa mais à Esquerda do espectro político, ainda que não limite suas pautas àquelas por ele defendidas. Primeiro, em razão de que tanto o(s) feminismo(s) quanto os movimentos de Esquerda têm concepções semelhantes no que diz respeito à defesa das minorias e do multiculturalismo e, segundo, porque a Direita volta-se, justamente, para o contrário disso, em defesa de uma cultura universal, cuja existência dificultaria as mobilizações sociais e também a união de um grupo de mulheres cujas características edificantes não são reconhecidas por direitistas.

Quando observamos, ainda, a discrepância entre o número total de vídeos publicados pelo MBL em seu canal no YouTube dentro do limite temporal estabelecido para esta pesquisa e o número de vídeos cujo conteúdo foi exposto por mulheres, os quais representam somente 1,17% (um vírgula dezessete por cento) do total, é possível afirmar que o movimento não tem o objetivo de garantir espaços de fala iguais entre os gêneros.

Na verdade, o que o MBL produz em relação a tais discursos em muito se assemelha ao que outros movimentos anti-esquerdistas fizeram durante anos, inclusive aqueles responsáveis pela promoção da Ditadura Militar no Brasil, como debatido no primeiro capítulo deste trabalho: a instrumentalização das mulheres em

razão do reconhecimento de seu potencial político e de sua capacidade de arregimentação da opinião popular.

Ao contrário das mulheres daqueles anos, entretanto, aquelas cujos discursos foram analisados nesta Dissertação não integram o cenário político como mães-esposas-donas-de-casa. Na verdade, elas são estudantes e profissionais cujo engajamento não ocorre de forma meramente passiva, mas por meio de uma participação ativa, rompendo, elas mesmas, com os tradicionais e idealizados papéis femininos.

A autoridade de seus discursos, portanto, não vem dos “atributos” femininos da domesticidade e maternidade, como ocorrera com as mulheres do movimento “Deus, Pátria e Família”, na década de 60, ainda que guardem com elas a defesa de determinados valores, mas de suas capacidades intelectuais, de seus atributos academicistas ou profissionais, cuja conquista, em alguma época, as transferiram do espaço privado do lar para a atuação pública.

Apesar disso, considerando a histórica ausência, omissão e discriminação das mulheres brasileiras nos espaços públicos e políticos, as vozes das mulheres publicadas pelo MBL, potencializadas em razão das próprias características atemporais e sem limites espaciais das redes sociais, produzem desdobramentos positivos no que diz respeito tanto à capacidade de organização política feminina quanto em sua emancipação. Principalmente quando consideramos que, ao contrário das mulheres feministas, as mulheres conservadoras ou de Direita pouco se insurgiram como figuras importantes nas mudanças políticas nacionais ao longo dos anos, sendo esta, portanto, uma oportunidade para serem também conhecidas e reconhecidas como sujeitos políticos autônomos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; FERREIRA, Guilherme Gomes. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223-232, 2013.

AMARAL, Amanda. A nova roupa da direita. **Carta Capital**, [s. l.], 25 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-roupa-da-direita-4795.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

AMES, José Luiz. Religião e política no pensamento de Maquiavel. **Kriterion: Revista de Filosofia**. Belo Horizonte, v. 47, n. 113, 51-72, 2006.

AMORIM, Sílvia. Como foi o primeiro encontro dos jovens conservadores que querem se contrapor à UNE. **Revista Época**, São Paulo, 16 de março de 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/como-foi-primeiro-encontro-dos-jovens-conservadores-que-querem-se-contrapor-une-23529036>. Acesso em: 19 maio 2019.

ANDRADE, Pollyana Labre. **Feminismo capturado pelo mercado**: o caso da Unilever (anos 1990-2016). 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ARALDI, Lucas. O antipetismo no MBL: um breve resumo. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 18., 2017. **Anais [...]**. Caxias do Sul: INTERCOM, 2017, p. 1-14.

ARANHA, Márcio Nunes. Liberalismo e intervencionismo: neoliberalismo, ou liberalismo construtor e intervencionismo social. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 34, n. 135, p. 237-252, 1997.

ASTELARRA, Judith. **Democracia e feminismo**. Madrid: Zona Aberta, 1983.

AYRES, Amanda Rodrigues Jacobina. **Os bastidores do impeachment**: o lobby do Movimento Brasil Livre (MBL) para o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. 2017. 64 f. TCC (Graduação em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. “Movimento Brasil Livre (MBL)” e “Estudantes Pela Liberdade (EPL)”: ativismo político, think tanks e protestos da direita no Brasil contemporâneo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2017.

BARRETO, Nayara Matos Coelho. Personalidades nuas: um estudo sobre a nudez feminista. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011. **Anais [...]**. Recife: Intercom, 2011, p. 2-14.

BAWER, Bruce. **The victims' revolution: the rise of identity studies and the closing of the liberal mind.** Massachusetts: Broadside Books, 2012.

BERALDO, Beatriz. O que é feminilidade? Papéis sociais e feminismo contemporâneo. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CONSUMO*, 4., 2014. **Anais [...]**. São Paulo: ESPM, 2014, p. 1-15.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BLAY, Eva. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, dez. 1975.

BLOCH, R. Howard. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** 3. ed. São Paulo: UNESP, 2012.

_____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDERS, Max. Assistência médica é um direito. *In: REED, Lawrence (org.). **Desculpe-me, socialista: desmascarando as 50 mentiras mais contadas pela esquerda.*** São Paulo: Faro Editorial, 2018, p. 63-66.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem: estudos e pesquisas**, Catalão, v. 15, n. 1, p. 171-182, 2011.

BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários.** 2011. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. Mulher e mundo do trabalho: ponto de vista sociológico. *In: BINGEMER, Maria Clara Luchetti. **Mulher e relações de gênero.*** São Paulo: Edições Loyola, 1994, p. 115-130.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARLOS, Livia Alves Monteiro; SILVEIRA, Éderson Luís; SILVA, Francisco Vieira da. Por uma arqueogenealogia dos discursos antifeministas na *web*: um estudo da

carnavalização do feminismo. **Cadernos Discursivos**, Catalão, v. 1, n. 1, p. 157-176, 2019.

CARNEIRO, Lucianne. Um ano de Temer na economia: inflação e juros mais baixos, mas desemprego e nó fiscal. **O Globo**, Brasília, 1 de setembro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/um-ano-de-temer-na-economia-inflacao-juros-mais-baixos-mas-desemprego-no-fiscal-21769010>. Acesso em: 14 maio 2019.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Mary; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CEPÊDA, Vera Alves. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 75-122, 2018.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da 'nova direita' brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 24-42, 2016.

CHOMSKY, Noam. **Réquiem para o sonho americano: os dez princípios de concentração de riqueza e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

COELHO, André Felipe Canuto. O Estado liberal: entre o liberalismo econômico e a necessidade de regulação jurídica. **Revista Jurídica UNIGRAN**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 179-190, 2006.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Contra a maré vermelha: um liberal sem medo de patrulha**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. **Esquerda caviar: a hipocrisia dos artistas e intelectuais progressistas no Brasil e no mundo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 175-208, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. *In*: NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

DANTAS, Aloísio de Medeiros. Procedimentos de análise de discurso. **Leia Escola**, Campina Grande, v. 13, n. 2, p. 36-46, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2000.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas. *Fake news* nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *In*: BAPTISTA, Carla; CARVALHO, Alberto Arons de. **Ética jornalística para o século XXI: novos desafios, velhos problemas**. Lisboa: Universidade de Coimbra, 2018, p. 155-169.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017.

DONADIA, André Oliva; MULINARI, Filício. Liberalismo e o lugar da religião: uma abordagem rortyana sobre o problema público-privado do discurso religioso. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 28-47, 2016.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. A culpa é da esquerda. **Blog da Boitempo**. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/01/31/a-culpa-e-da-esquerda/>. Acesso em: 14 maio 2019.

FALUDI, Susan. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario: críticas feministas al marxismo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FERREIRA, Virgínia. O feminismo na pós-modernidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 24, p. 93-106, 1988.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, 2010.

FIRMINO, Gustavo Casasanta. Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do "Vem Pra Rua" e do "Movimento Brasil Livre". *In*: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 10, 2016. **Anais [...]**. Marília: Canal6, 2016. p. 1 - 17.

FONTANA FILHO, Maurício *et al.* Da tirania da maioria à tirania da norma fundamental. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 22., 2017. **Anais [...]**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2017, p. 200-213.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1980.

FRIAS FILHO, Otávio. O que é falso sobre *fake news*. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 39-44, 2018.

GAZETA DO POVO. “O MBL é um partido político”, admite Kim Kataguiri. **Gazeta do Povo**. Brasília, p. 1-4. 16 out. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/o-mbl-e-um-partido-politico-admite-kim-kataguiri-07rbcpdkjkemdy6pklw83416z/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GENESINI, Sílvio. A pós-verdade é uma notícia falsa. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 45-58, 2018.

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOÉS, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta do povo em Renato Kehl**. 2015. 276 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Gender advertisements**. New York: Harvard University, 1979.

GOHN, Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GOULART, Michel. O golpe de 1964 e a atuação política da Campanha da Mulher pela Democracia em Santa Catarina. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], ano 14, v. 159, p. 107-113, ago. 2014.

GOUVEIA, Marcelo. Bolsonaro, o “Bolsomito”: um meme cujo passado não resiste a uma pesquisa no Google. **Jornal Opção**, Anápolis, 5 de março de 2016. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/bolsonaro-o-bolsomito-um-meme-cujo-passado-nao-resiste-uma-pesquisa-no-google-60308/>. Acesso em: 14 maio 2019.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 30, n. 2, p. 47-68, 2017.

GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. **Estudos Feministas**, [s. l.], v. , n. 1, p. 1143-149, 1993.

GUESS, Andrew *et al.* Selective exposure to misinformation: evidence from the consumption of fake news during the 2016 US presidential campaign. **European Research Council**, New Hampshire, v. 9, n. 1, p. 1-49, 2018.

GUIMARÃES, Elisa. Linguagem verbal e não verbal na malha discursiva. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 124-135, 2013.

HALL, Evelyn Beatrice. **The friends of Voltaire**. Londres: Scholar Select, 1868.

HAYEK, Friedrich August von. **Os erros fatais do socialismo**. Barueri: Faro Editorial, 2017.

_____. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

HOEVER, Rejane Carolina. Introdução ao Memorando Powell. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 343-360, 2016.

IASI, Mauro Luiz. Nosso guia na floresta de papel: o artífice da palavra clara. *In*: KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 9-22.

ISHAY, Micheline R. (Org.) **Direitos humanos**: uma antologia – principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente. São Paulo: Editora da USP, 2006.

JATENE, Karina Kassis dos Reis. **O “politicamente correto” e a constituição de 1988**: liberdade de expressão e minorias. 2016. 276 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

JEFFERSON, Thomas. **Carta de 8 de jan. 1825, Monticello para William Short**. Disponível em: <<http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/98-01-02-4848>>.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira; SOUZA, Carla Basílio de. A consumidora empoderada: publicidade, gênero e feminismo. **Intexto**, Porto Alegre, n. 42, p. 114-134, 2018.

LEIBÃO, Matheus de Carvalho. Conceitos do liberalismo e educação: indivíduo, liberdade e propriedade na educação brasileira. **Revista Movimento**, ano 2, n. 3, p. 253-273, 2015.

LEVIN, Yuval. **O grande debate**: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LIMA, Deivson Wendell da Costa *et al.* Historicidade, conceitos e procedimentos da análise do discurso. **Revista UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 1-4, 2017.

LIND, William S. **“Political correctness”**: a short history of an Ideology. New York: Free Congress Foundation, 2004.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. Crise capitalista e exploração do trabalho doméstico. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2013. p. 1-9.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUSTOZA, Gabriel Meirelles. **Volta da antiga coordenação do MBL estudantil**. 2019. Disponível em: <https://www.change.org/p/movimento-brasil-livre-volta-da-antiga-coordena%C3%A7%C3%A3o-ao-mbl-estudantil>. Acesso em: 10 out. 2019.

MACEDO, Fausto. Lava Jato acha superplanilha da Odebrecht com valores para 279 políticos e 22 partidos. **Estadão**, São Paulo, 16 de abril de 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/veja-a-lista-de-politicos-na-contabilidade-da-odebrecht/>. Acesso em: 14 maio. 2019.

MAGALHÃES, Teresa. **Violência e abuso**. Coimbra: Estado da Arte, 2010.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARTINS, Terezinha. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília, v. 15, n. 30, p. 475-494, 2015.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Uma história da UNE (1945-1964)**. Campinas: Pontes Editores, 2014.

MBL. Movimento Brasil Livre. **Aborto e genocídio negro por Sara Winter**. [18 jun. 2018]. Interlocutora: Sara Winter. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Ma5JMUU80>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Agência de censura financiada por George Soros persegue MBL**. [27 jun. 2017]. Interlocutora: Francine Galbier. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hcek6SmlpKA>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Como uma estrangeira vê as manifestações no Brasil**. [20 ago. 2015]. Interlocutora: Ollin. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dnCa6UkN23c>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Deputada faz verdadeiro discurso sobre a valorização da mulher**. [30 mar. 2017]. Interlocutora: Mariana Carvalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ALu4Kqt5eAM>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Discurso de Dra. Janaína Paschoal em ato pró-impeachment**. [5 abr. 2016]. Interlocutora: Janaína Paschoal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xif8mqLG6gc>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Espanha elege HOMEM como Miss!**. [6 jul. 2018]. Interlocutora: Nanda Xiê. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z2aWRWhIRXU>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Feminista leva lição de moral no Twitter**. [21 fev. 2017]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2a2EfVcXklw>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Feministas não vão denunciar machismo de Lula porque não defendem as mulheres**. [17 mai. 2017]. Interlocutora: Francine Galbier. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vy6ADI-utRQ>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **FIFA proíbe filmagens de “mulheres bonitas” durante jogos**. [16 jul. 2018]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7THUxrs7p_Q. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Francine refuta tese de diferença salarial apontada com Gal Gadot**. [20 jun. 2017]. Interlocutora: Francine Galbier. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vy6ADI-utRQ>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Joice Hasselmann explica projeto anti-uber e dá exemplo da burocracia que querem nos empurrar**. [27 fev. 2018]. Interlocutora: Joice Hasselmann. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZHnrVtmFu0A>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Lute como uma garota? Não me engane mocinha....** [6 ago. 2018]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FwJ2szBFdJl>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Manifesto por um Brasil Livre**. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/272030822921068/?type=1&theater>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Manifesto**. 2015. Disponível em: <http://mbl.org.br/manifesto/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **O mundo encantado do PCdoB**. [30 ago. 2018]. Interlocutora: Nanda Xiê. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N_UsmjVck7A. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **O que a esquerda não quer que você saiba sobre a UNE! – Nanda Xiê**. [4 jul. 2018]. Interlocutora: Nanda Xiê. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ESgBvoG4dg>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Petistas atacaram jornalista e culparam a vítima.** [13 jun. 2017]. Interlocutora: Francine Galbier. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vy6ADI-utRQ>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Pra que serve o FEMINISMO?** [6 jun. 2018]. Interlocutora: Nanda Xiê. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IT-Oov1soqM>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Precisamos falar sobre B*C*T* rosa – Nanda Xiê.** [28 jun. 2018]. Interlocutora: Nanda Xiê. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IOUjMEJXvfY>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Propostas aprovadas:** primeiro congresso nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015. 2017. 7 f. Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Senadora Ana Amélia destrói Dirceu e seu artigo na Folha de São Paulo.** [1 jun. 2017]. Interlocutora: Ana Amélia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bsq1P6NScjs>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Veja como o Senado pode acabar com o Uber e porque isso gera desemprego.** [30 out. 2017]. Interlocutora: Rebeca Hadassa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zd31k6ApEQ0>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Movimento Brasil Livre. **Vereadora Carol Gomes luta contra aumento de assessores em Rio Claro.** [6 jan. 2017]. Interlocutora: Carol Gomes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ljRncBT3-A>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. Feminismo e neoliberalismo na contemporaneidade: uma “nova razão” para o movimento de liberação das mulheres?. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 146-167, 2017.

MELO, Débora. A que veio o Partido da Mulher Brasileira. **Carta Capital**, São Paulo, ano 22, n. 2, p. 12-14, fev. 2016.

MESQUITA, Cecília Chagas de. **Saúde da mulher e redemocratização:** ideias e atores políticos na história do PAISM. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

MESSIAS, Gabriela de Matos; SOUZA, Cláudio André; ESPÍNEIRA, Maria Victória. Representando as ruas: uma análise (preliminar) do MBL nas eleições de 2016. **Cadernos Adenauer**, [s. l.], ano 18, n. 2, p. 209-230, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. A democracia à beira do abismo. *In:* SILVA, Luiz Inácio Lula da. **A verdade vencerá.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2018, p. 12-23.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MOURÃO, Gerardo Mello. História dos partidos políticos no Brasil. *In*: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estudos eleitorais**. 3. ed. Brasília: TSE, 2008.

MUELLER, Antony. **A esquerda “anti-fascista” tem muito em comum com os fascistas originais**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2868>. Acesso em: 15 maio 2019.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, Leila Scorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2000, p. 1-33.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia**: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo: Contraponto, 2013.

NOTO, Carolina de Souza. Vontade e verdade. **Diálogos Philósofos**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 21-35, 2010.

OLIVEIRA, Rosalira. Em nome da Mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais. **Revista Ártemis**, João Pessoa, n. 3, p. 1-16, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. Michel Pechêux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, 2005.

PAES, Marcela; CORTÊS, Natasha. De lados opostos: quem são as mulheres que protestam contra e pró Lula. **UOL Notícias**, São Paulo, 04 abr. 2018. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/entretenimento/2018/04/04/de-lados-opostos-quem-sao-as-mulheres-que-protestam-pro-e-contra-lula.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

PAIM, Antônio. **História do liberalismo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: LVM, 2018.

PECHÊUX, Michel. Ouverture. *In*: CONEIN, Bernard *et al.* **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda”. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: SEPM, 2007.

PINTO, Célia Regina Jardim. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia participativa. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 256-270, 1994.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

PITOMBO, João Pedro. MBL é condenado por TRE por publicar notícia falsa sobre Jaques Wagner (PT). **Folha de São Paulo**, Salvador, 24 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/mbl-condenado-por-tre-por-publicar-noticia-falsa-sobre-jaques-wagner-pt.shtml>. Acesso em: 18 maio 2019.

PIVA, Paulo Jonas de Lima. Ateísmo e comunismo: o lugar de Jean Meslier na filosofia política das Luzes. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 99-107, 2005.

PMB. Partido da Mulher Brasileira. **Programa**. Disponível em: <<http://www.pmb.org.br/o-programa-do-pmb/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

PONDÉ, Luiz Felipe. A camisa do Feliciano. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08 de julho de 2013. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2013/07/0307843-a-camisa-do-feliciano.shtml>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. **Guia politicamente incorreto da filosofia**. São Paulo: Leya, 2012.

PORTO, Maria de Fátima Silva. **De batom e salto alto: experiências de emancipação de mulheres empresárias**. São Paulo: Annablume, 2002.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do Pai: justificativas dos votos dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 33, n. 96, p. 1-22, 2017.

REAGAN, Ronald. **Inaugural Address (1981)**. Disponível em: https://www.lsrhs.net/departments/history/ShenM/Site/20th_classwork,_handouts_files/reagan_inaugural.pdf. Acesso em: 19 maio 2019.

REED, Lawrence W. **Desculpe-me, socialista: desmascarando as 50 mentiras mais contadas pela esquerda**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

REIS, Ana Regina Gomes dos. **Do segundo sexo à segunda onda: discursos feministas sobre a maternidade**. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil**: a história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 355-378, 2017.

ROSENFELD, Denis Lerrer. Conservadores e liberais. **Interesse Nacional**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 1-16, 2019.

ROVAI, Renato. MBL pede desculpas a Freixo e David Miranda após espalhar fake news sobre os deputados. **Revista Fórum**, São Paulo, 02 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/mbl-pede-desculpas-a-freixo-e-david-miranda-apos-espalhar-fake-news-sobre-os-deputados/>. Acesso em: 18 maio. 2019.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SADER, Emir. Quem tem medo de Cuba?. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 37-41, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SAMPAIO, Thiago Henrique. UNE: espaços, sujeitos, temporalidades e resistência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 48, p. 382-387, 2017.

SANTAELLA, Lucia. Mulheres em tempos de modernidade líquida. **Comunicação & Cultura**, [s. l.], n. 6, p. 105-113, 2008.

SANTIN, Janaína Rigo. **Globalização, direitos sociais e poder local**. 2000. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; CHAGAS, Viktor. Direita transante: enquadramentos pessoais e agenda ultraliberal do MBL. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 189-214, 2018.

SANTOS, Jordana Souza. A influência e a atuação dos partidos políticos no movimento estudantil brasileiro e a semelhança dos movimentos sociais latino-americanos. *In*: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3., 2008. **Anais [...]**. Londrina: GEPAL, 2008.

SCALDAFERRI, Sante Braga Dias. A ideologia conservadora por trás do termo “ideologia de gênero”. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES*, 5., 2017. **Anais [...]**. Salvador: Editora Realize, 2017, p. 1-12.

SCHEEFER, Fernando. Esquerda e direita: velhos e novos temas. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 38., 2014. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2014, p. 1-24.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. EUA: Columbia University Press, 1989.

_____. História das mulheres. *In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 64-65.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SILVA, Cícero Inácio da. **As mulheres de Derrida: sobre se ver visto por uma mulher**. São Paulo: Witz Editora, 2004.

SILVA, Vinicius da; LONDERO, Josirene Candido. Do matriarcalismo ao patriarcalismo: formas de controle e opressão das mulheres. *In: COLÓQUIO NACIONAL DE REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES*, 12., 2016. **Anais [...]**. Campina Grande: CONAGES, 2016, p. 1-10.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. *In: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SIQUEIRA, Alessandro Marques de. O conceito de família ao longo da história e a obrigação alimentar. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2664, p. 12-24, 2010.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Santana: Madras, 2009.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016.

SOUZA, Daryane Ariel; KAZMIERCZAK, Marília; COUTO, Rafaella. Mulher e sociedade: como podemos compreender as mulheres à luz de seus direitos sociais na contemporaneidade?. **Revista Eletrônica Colégio Mãe de Deus**, Porto Alegre, v 3, n. 1, p. 34-42, 2012.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de; OLIVEIRA, Marcelly Batista de. Conservadorismo: ideologia e estratégia política das classes dominantes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018. **Anais [...]**. Vitória: ENPESS, 2018, p. 1-14.

SOUZA, Osmar Martins de; DOMINGUES, Analéia. Emancipação política e humana em Marx: alguns apontamentos. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza, n. 4, p. 67-81, dez. 2012.

SWAIN, Tania Navarro. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. *In*: STEVENS, Cristina (org.). **Maternidade e feminismo**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

TELLES, Helcimara. A Direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19, p. 97-125, 2016.

TERRON, Sonia Luiza; SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

TIBURI, Marcia. **Delírio do poder**: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TONET, Ivo. **A propósito de “Glosas Críticas”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, [s. l.], ano 7, n. 24, p. 127-152, 2005.

TRAVERSINI, Clarice Salete; FERREIRA, Maurício dos Santos. A análise do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, 2013.

TREVIZAN, Karina. Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico. **G1**, [S. l.], 07 de março de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2018.

VATICANO. Constituição Apostólica. **Vultum Dei Quarere**: sobre a vida contemplativa feminina. Roma, 29 de junho de 2016. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-

francesco_costituzione-ap_20160629_vultum-dei-quaerere.html. Acesso em: 20 jul. 2018.

VERDE SOBRINHO, Luís Lima. Os liberais-conservadores. **O Povo**. São Paulo, 09 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2018/06/os-liberais-conservadores.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; SILVA, Hudson Pacífico da. A meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 23, n. 7, p. 2107-2117, 2018.

VON MISES, Ludwig. **Liberalismo segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

WENDLING, Mike. Como o termo “fake news” virou arma nos dois lados da batalha política mundial. **BBC Brasil**, [s. l.], 27 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42779796>. Acesso em: 18 maio 2019.
WOLF, Paulo José Whitaker; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Os Estados de Bem-Estar Social da Europa-Occidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 661-694, 2016.

WOODS, Thomas. O conceito de Mises sobre uma sociedade livre. *In*: VON MISES, Ludwig. **Liberalismo segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 19-23.

XAVIER, Giovana. Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta. **Folha de São Paulo**, 19 de julho de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/JVA9FJ>. Acesso em: 30 ago. 2019.

ZINN, Howard. **Você não pode ser neutro num trem em movimento**: uma história pessoal dos nossos tempos. São Paulo: Expressão & Arte, 2005.